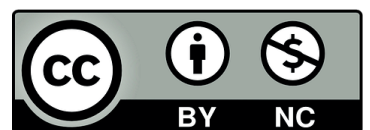


Universidade Federal de Santa Catarina
Centro Sócio-Econômico
Departamento de Ciências Econômicas

Curso de graduação em CIÊNCIAS ECONÔMICAS
a distância

Economia Clássica

NILDO OURIQUES



O93e Ouriques, Nildo

Economia clássica. / Nildo Ouriques. 4.impri. Florianópolis :
Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2014.

102 p.

Curso de Graduação em Ciências Econômicas

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-7426-046-4

1. Economia clássica. 2. Livre-comércio. 3. Adam Smith. 4. Educação a distância I. Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de Ciências Econômicas. II. Título.

CDU: 330

GOVERNO FEDERAL

Presidente da República Dilma Vana Rousseff
Ministro da Educação Aloizio Mercadante
Diretor de Educação a Distância da CAPES João Carlos Teatini de Souza Clímaco

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Reitora Roselane Neckel
Vice-Reitora Lúcia Helena Pacheco
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis Lauro Francisco Mattei
Pró-Reitor de Pesquisa Jamil Assereuy Filho
Pró-Reitor de Extensão Edison da Rosa
Pró-Reitora de Pós-Graduação Joana Maria Pedro
Pró-Reitora de Graduação Roselane Fátima Campos
Secretária Especial da Secretaria Gestão de Pessoas Neiva Aparecida Gasparetto Cornélio
Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento Beatriz Augusto de Paiva
Secretário de Cultura Paulo Ricardo Berton
Coordenadora UAB/UFSC Sonia Maria Silva Correa de Souza Cruz

Diretor Elisete Dahmer Pfitscher
Vice-Diretor Rolf Hermann Erdman

Chefe do Departamento Armando de Melo Lisboa
Subchefe do Departamento Brena Paula M. Fernandez
Coordenador Geral na modalidade a distância Marialice de Moraes

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - PRIMEIRA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Suelen Haidar Ronche
Design Instrucional	Claudete Maria Cossa Renata Oltramari
Revisão Textual	Maria Geralda Soprana Dias
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Design Gráfico	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
Ilustrações	Natália Gouvêa Rafael de Queiroz Oliveira
Design de Capa	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

EQUIPE DE PRODUÇÃO DE MATERIAL - QUARTA EDIÇÃO

Coordenação de Design Instrucional	Andreia Mara Fiala
Coordenação de Design Gráfico	Giovana Schuelter
Design Gráfico	Thiago Alves Vieira
Ilustrações	Rafael de Queiroz Oliveira
Design de Capa	Guilherme Dias Simões Felipe Augusto Franke Steven Nicolás Franz Peña
Projeto Editorial	André Rodrigues da Silva Felipe Augusto Franke Max Vartuli Steven Nicolás Franz Pena

SUMÁRIO

UNIDADE 1

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

UNIDADE 2

ADAM SMITH ERA UM LIBERAL?

2.1 A DIFERENCIAÇÃO ARISTOTÉLICA: CREMATÍSTICA OU ECONOMIA?	25
2.2 O CAPITALISMO É ANTIMERCADO	29
2.3 VÍCIOS PRIVADOS, VIRTUDES PÚBLICAS? A VERDADE SOBRE A “MÃO INVISÍVEL”	31
2.4 LIVRE-COMÉRCIO PARA OS ADVERSÁRIOS, PROTECIONISMO NA PRÓPRIA CASA.....	36
2.5 POR QUE A EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS É OCULTADA NO ENSINO BRASILEIRO?.....	39
2.6 SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR ADAM SMITH COMO UM LIBERAL MODERNO	41
2.7 OS EXPORTADORES NÃO SE IMPORTAM COM A NAÇÃO	45
2.8 SOBRE AS COLÔNIAS.....	46

UNIDADE 3

DAVID RICARDO: A INGLATERRA E A POLÍTICA DO LIVRE-COMÉRCIO

3.1 UMA VELHA POLÊMICA	57
3.2 A INGLATERRA DA ÉPOCA RICARDIANA	61
3.3 A LÓGICA DOS TRATADOS COMERCIAIS	67
3.4 DAVID RICARDO NO PARLAMENTO	73
3.5 RICARDO E A QUESTÃO SOCIAL.....	76
3.6 A TEORIA DO VALOR DE DAVID RICARDO	81
3.7 O QUE RICARDO ENTENDIA POR LIVRE-COMÉRCIO?.....	86
3.8 EPÍLOGO: LIVRE-COMÉRCIO OU INTERCÂMBIO DESIGUAL?	90
3.9 A CRÍTICA MARXISTA À CEPAL	94
REFERÊNCIAS	99

PALAVRA DO PROFESSOR

Olá! Seja bem-vindo!

Em grande parte das universidades brasileiras, os estudantes de Economia lidam com o que chamamos “manuais”, ou seja, aprendem a interpretar os problemas econômicos a partir de fórmulas e soluções técnicas que muitas vezes não funcionam na prática ou não são politicamente viáveis. Aliás, existe uma separação entre economia e política. Geralmente, o aluno busca a resposta aos impasses partindo de uma situação ideal, como se na vida real as coisas acontecessem dessa maneira. Além disso, o economista brasileiro é formado para reproduzir o desenvolvimento capitalista a partir do modelo europeu, desconsiderando as diferenças gigantescas que existem de lugar para lugar, entre uma e outra sociedade... Enfim, são ensinados a aplicar as mesmas fórmulas e postulados dentro de contextos completamente distintos.

A resposta a essa situação é que precisamos de estudantes que não se resumam a economistas, mas que sejam cientistas sociais. Para isso será necessária uma sólida formação, que inclua, além do conhecimento das técnicas, conhecimentos a respeito da história, da geografia, da política e da sociologia de seu país e do mundo. Precisamos de estudantes capazes de compreender que nada no mundo funciona em isolamento; uma determinada situação sempre sofrerá a influência de diversas outras questões... E uma resposta adequada exigirá muito mais que conhecimentos técnicos.

Por isso, o principal objetivo da Disciplina de Economia Clássica é buscar as raízes históricas, através de uma leitura diferenciada de autores como Adam Smith e David Ricardo, dentre outros, para compreender os problemas econômicos e sociais contemporâneos.

Este livro, como qualquer outro, lhe servirá de guia. Quero dizer que a única maneira de aprender realmente é realizando a leitura dos autores aqui indicados. Só assim você será capaz de ser o dono de suas opiniões e poderá elaborar suas críticas. Concordar, discordar ou buscar novas interpretações. Aproveite bem esse momento!

Prof. Nildo Ouriques



1

INTRODUÇÃO

- Os temas contemporâneos em economia e política possuem sempre uma origem que não podemos desconhecer, pois, ao contrário que supõe o senso comum, a única possibilidade de compreensão sobre os grandes problemas sociais contemporâneos reside na busca de suas raízes históricas. Todo o conhecimento se vale de um outro conhecimento pré-existente, e é histórico, portanto. Também, toda a construção teórica expressa uma consciência de classe, e o conhecimento é, também, ideológico, razão pela qual é ingenuidade acreditar em uma ciência pura. O conhecimento em Economia reforça a indissociabilidade entre ciência, história e ideologia. Esta introdução chama a atenção para este postulado básico.

É difícil definir o capitalismo, mas a maioria das pessoas aceita que se trata de um sistema baseado na “livre iniciativa”, fundado na propriedade privada e no direito de comprar e vender para quem se queira. Outros agregam que se trata de um regime baseado no “livre-comércio” que, supostamente, se tornou a prática das nações civilizadas a partir do século XIX e representa o único caminho para a riqueza das nações.

As abundantes evidências históricas e as notícias diárias acerca do protecionismo praticado pelas potências dominantes – tanto para produtos agrícolas quanto para produtos industriais – não parecem ser importantes para os ideólogos do sistema. Há também os que preconizam, contra todas as evidências históricas, que o sistema capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de segurança jurídica, instituições fortes e duradouras e a disciplina dos conflitos sociais.

Contudo, é possível verificar que muitas ditaduras – que não podem oferecer segurança jurídica e muito menos instituições duradouras – são terrenos férteis para altas taxas de acumulação de capital, como foi o chamado “milagre brasileiro” (1968-1973). Como sabemos, derrotar o senso comum nunca é tarefa fácil. Mesmo os críticos declarados do sistema capitalista, muitas vezes, reforçam a ideologia dominante ao esquecer a história e aceitam que os capitalistas são mesmo feitos para enfrentar a concorrência, que são seres permanentemente preocupados com a inovação, responsáveis por todo o avanço científico e tecnológico, etc. Com frequência, os críticos do sistema reconhecem o capitalismo como um sistema puro, que efetivamente funciona como dizem seus ideólogos. Contudo, se observamos realmente o que aconteceu historicamente, é relativamente fácil perceber, inclusive considerando a historiografia conservadora, que o desenvolvimento concreto do capitalismo se afasta, e muito, das formulações de seus ideólogos.

Ludovico Silva e Michael Löwi são dois importantes autores para estudarmos a indissociabilidade entre ideologia e ciência nas Ciências Sociais. Suas críticas ao suposto da neutralidade axiológica esclarecem as reais motivações em torno do pensamento hegemônico nas Ciências Sociais, do ensino manualesco e da atuação da Universidade. Para se aprofundar neste tema, pesquise os livros: *Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos e marxianos*, de Ludovico Silva e *Ideologia e Ciência Social*, de Michael Löwi.

O “milagre econômico” foi uma combinação de super-exploração da força de trabalho e expansão do crédito internacional para os países dependentes. Sua fragilidade assentava-se na restrição do mercado interno de consumo (propriedade do capitalismo dependente) e na dissociação da esfera de produção do capital da de circulação do capital (razão da economia exportadora e dos salários baixos), associadas a posterior restrição do crédito externo e o aumento dos preços do petróleo. No capitalismo dependente, essa articulação representou um tipo de industrialização dependente, que aumentou a produtividade do trabalho intensificando a super-exploração do trabalho, sem diminuir a jornada de trabalho. Isso se dando com crescimento do PIB resultou inequivocamente em aumento da concentração de renda e das desigualdades. O gráfico abaixo expressa esta industrialização dependente e o milagre brasileiro:

ANO	PIB – BRASIL	TEMPO DE TRAB. NECESSÁRIO
1964	3,1	N/D
1965	3,8	79h,35'
1966	3,8	160h,30'
1967	4,8	96h,10'
1968	11,2	93h,10'
1969	10	100h,57'
1970	8,8	97h,10'
1971	13,3	102h,31'
1972	11,7	109h,20'
1973	13,9	165h,45'
1974	9,8	148h,45'

Fonte: (OURIQUES, 1995).

Uma importante descrição dos fundamentos históricos do pensamento eurocêntrico e do etnocentrismo na interpretação sociológica na América Latina é feita por Agustín Cueva, historiador equatoriano. Para se aprofundar nesta descrição, leia o livro *O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*, de Agustín Cueva.

A dificuldade para o economista perceber este erro e proteger-se da ideologia é maior quando ele realiza sua formação na periferia capitalista, como é o caso dos economistas brasileiros ou, de maneira geral, dos latino-americanos. É que, no essencial, o economista é formado para reproduzir o desenvolvimento capitalista tal qual ocorreu na Europa, ou como os economistas de lá dizem que ocorreu. No Brasil, o economista é formado com uma dose considerável de eurocentrismo, ou seja, aquela ideologia segundo a qual a experiência europeia recente – ou seja, aquela dos últimos 500 anos – não é apenas apresentada como a experiência humana em seu mais elevado nível de desenvolvimento, senão como a **única possível** e, indiscutivelmente, a **melhor**.

As faculdades de economia do país formam, em conseqüência, um economista que quase não tem preparação intelectual para pensar os problemas do seu país. Formam um economista colonizado, ou seja, um economista que é incapaz de pensar com cabeça própria os problemas de sua realidade, razão pela qual ele está sempre “pensando” em reproduzir aqui aquelas fórmulas ou caminhos que, segundo aprendeu, “deram certo” nos Estados Unidos ou na Europa. Assim, o economista brasileiro está preparado para *papagaiar* a experiência alheia, sem ao menos conhecê-la profundamente, pois, geralmente, jamais leu um livro sobre a experiência e a evolução dos Estados Unidos ou da Europa.

O currículo da maioria dos cursos de Economia no Brasil demonstra claramente a dimensão e o poder do colonialismo intelectual nesta área. A forte dose de uma ciência e ideologia paridas por condições objetivas que não as brasileiras criam um economista sem vinculação com o seu real e, portanto, sem poder de atuação prática no mercado de trabalho, daí sua substituição por contabilistas, engenheiros e administradores.

Mesmo quando estuda a disciplina de *História do pensamento econômico*, o estudante de Ciências Sociais – entre os quais está o estudante de economia – não percebe que está estudando apenas um período muito recente da história humana, centrado na história da Europa ocidental. E mesmo quando estuda este período muito breve da evolução econômica e social da humanidade, o estudo do pensamento econômico, muito freqüentemente, está limitado à história inglesa.

A temporalidade do Modo de Produção Capitalista é uma evidência bastante ocultada na formação do economista. A supressão da categoria “classes sociais” e a ausência de uma interpretação dos fatos à luz da história tendem a conceituar o capitalismo como eterno, sujeito apenas a pequenas reformas. Pois são os conflitos sociais e o seu desenvolvimento material ao longo da história que nos garantem o caráter temporário do capitalismo; de igual modo que o modo de produção hidráulica, as civilizações comerciais, as civilizações escravistas e o feudalismo sucumbiram aos conflitos sociais e ao desenvolvimento implacável da história, também o capitalismo o será.

Essa limitação não ocorre por acaso: ela é produto da vitória do capitalismo como sistema, e todos nós sabemos que esta vitória ocorre na Inglaterra, ainda que sempre seja bom recordar a importância da Holanda no processo. Por esta razão, um autor tão importante como Richard Cantillon é olímpicamente desconsiderado pelos livros que analisam a evolução do pensamento econômico, apesar da imensa contribuição que deu para o desenvolvimento das idéias do próprio Adam Smith.

Richard Cantillon (1680?-1734) é considerado o primeiro grande economista teórico. Sua grande obra é *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral*, publicada em 1755, 20 anos após sua morte.

Adam Smith (Escócia, 1723-1790). Obras: *Os Ensaios sobre temas filosóficos*; *A Riqueza das Nações*; *Teoria dos sentimentos morais*.

Mas Cantillon estava na França, embora fosse irlandês de nascimento, e todos nós sabemos que a Inglaterra venceu a disputa com seu país adotivo, razão pela qual ele também foi esquecido.

Palavra do Professor

A história é contada pelos vencedores, não podemos esquecer. Mas a história contada pelos vencedores jamais será toda a história.

Há, também, outra advertência importante que devemos fazer. Os cientistas sociais sabem que a separação entre a economia e a política é obra do capitalismo moderno. Até para Adam Smith (que na verdade sempre foi um filósofo moral antes de ser um economista), a economia era parte de um projeto maior. Adam Smith, que, por ignorância ou má fé, segue sendo apresentado como o “pai da economia” e o “criador do liberalismo”, definia a economia como a *ciência do legislador*, ou seja, como parte de um projeto maior: a política! Vejamos sua definição:

“A economia política, considerada como um dos ramos da ciência do legislador ou do estadista, se propõe dois objetivos distintos: o primeiro, subministrar ao povo abundante renda ou subsistência, ou falando com mais propriedade, habilitar aos seus indivíduos e colocá-los em condições de lograr por si mesmos ambas coisas; o segundo, prover o Estado ou República de renda suficientes para os serviços públicos. Procura realizar, portanto, ambos os fins, ou seja, enriquecer ao soberano e ao povo.”
(SMITH, 1985, p. 357)

Palavra do Professor

A economia como um ramo da ciência do legislador! Portanto, a economia como parte da política!

A vertente tecnocrática que domina o ensino de economia no Brasil não aprova esta definição. Basta observar como os economistas que ocupam cargos importantes no Estado estão sempre dispostos a afirmar que as soluções técnicas para tal ou qual problema existem, mas que, freqüentemente, não são viáveis politicamente. Dessa simpática forma, os economistas **reduzem** o estudo da economia ao domínio de determinadas técnicas e à memorização de determinados postulados (equilíbrio, oferta e demanda, determinação dos preços, etc.), como se nossa disciplina não fosse uma ciência social, determinada por conflitos de interesses irreconciliáveis, que aquelas técnicas ensinadas contemplam em uma ou outra direção.

A separação entre economia e política – situação em que a política é sempre apresentada como nociva, enquanto a racionalidade econômica como essencialmente positiva – nasceu dos escombros da era feudal. Na verdade, é fácil verificar que a divisão entre economia e política é produto e, ao mesmo tempo, uma necessidade do desenvolvimento capitalista, da acumulação capitalista. Mas devemos abandonar qualquer mal-entendido: nem toda política é nefasta e/ou um obstáculo na era capitalista. Somente a política destinada a enfrentar aquilo que [Thomas Hodskin](#), em 1825, corretamente chamou de *A defesa do trabalho contra as pretensões do capital* é que é considerada nociva e prejudicial à economia, concebida como uma técnica destinada a buscar métodos mais eficientes de acumular capital.

Thomas Hodskin, 1787-1869. Principal obra: *A Defesa do Trabalho Contra as Pretensões do Capital*.

Os economistas são educados no sentido de considerar a política como uma *externalidade* nos modelos que atualmente embrutecem a profissão e criam economistas, não somente limitados intelectualmente, mas também ignorantes em questões básicas da economia. Na economia clássica, até mesmo quando consideramos a obra de [David Ricardo](#), esta situação era bastante diferente e, com alguma cautela, podemos afirmar que era melhor. Ninguém pode esquecer que Ricardo foi parlamentar e travou imensas batalhas políticas na Câmara dos Comuns, nas quais quase sempre foi derrotado na defesa da economia política. Da mesma forma, nós não podemos esquecer da estreita relação existente entre [David Hume](#) e Adam Smith e, sobretudo, de certa influência que o primeiro exerceu sobre o segundo em questões decisivas, como o comércio, por exemplo.

David Ricardo (Inglaterra, 1772-1823).

David Hume (Escócia, 1711-1776).

Palavra do Professor



É importante chamar a atenção para o fato de que todas as citações em outros idiomas que aparecerem ao longo do texto, foram traduzidas livremente por mim.

No entanto, **tornou-se uma regra nos cursos de economia o ensino matizado por esta separação entre economia e política**; assim, nossos futuros economistas aprendem “ciência política” por um lado e, “economia política” por outro, como se fossem duas disciplinas distintas (da mesma forma que se ensina “econometria” e “economia brasileira”, para dar outro exemplo). Com o professor de ciência política, os estudantes de economia tentam aprender as lições sobre os princípios da moral em Hume, enquanto, em economia clássica, estudam as lições de economia de Smith. Tal divisão jamais existiu historicamente e seria inaceitável tanto para Smith quanto para Hume, mas os economistas atuais aceitam de bom grado essa cômoda e útil separação.

A divisão do conhecimento é a expressão da forma que assumiu a divisão social do trabalho na Universidade burguesa. Tem uma origem material, portanto. Sua atuação fragmentária vem criando especialistas (nos termos de Ortega y Gasset, “bárbaros modernos”) com todo o domínio das partes mas completo desconhecimento do todo. E como as partes são condicionadas pelo todo, o domínio das partes que têm é mera especulação metafísica. A divisão do conhecimento deve, então, ser necessariamente superada com o domínio da categoria da totalidade, com a observação dos múltiplos condicionamentos a que a realidade está sujeita. Para o estudante de economista, isso significa estudar o desenvolvimento histórico do capitalismo, perceber suas contradições internas (contradições nacionais e de classe) e não estudar a economia como coisa em si, mas como partes da totalidade. Este foi o caminho dos clássicos (Smith, Ricardo e Marx, cada um a seu modo).

Palavra do Professor



Em função do exposto, o estudante de economia se defronta com uma decisão estratégica para seu futuro profissional. Ele pode adotar o caminho da profissão como se fosse um “especialista” e julgar que a economia é apenas uma técnica ou um amontoado de postulados que podem muito bem ser sintetizados em uma curva de oferta ou demanda, ou por meio de um gráfico que esboça o equilíbrio, como se faz na IS/LM. Apesar de certo prestígio que o capitalismo outorga ao “técnico” ou “especialista”, não devemos esquecer a advertência do pensador espanhol Ortega y Gasset, para quem o especialista é o “bárbaro moderno”. Enfim, um profissional que entende tanto de teoria monetária que nada sabe de economia! Ou um economista que sabe tanto de comércio exterior que ignora por completo a sociedade em que atua e os efeitos nocivos que uma política exportadora pode ter sobre o povo, mesmo enriquecendo alguns capitalistas. Lamentavelmente, esta situação é a que atualmente nos domina e, em última instância, é a responsável pelo descrédito da profissão, pois o economista tem se revelado incapaz de prever as crises e, mais ainda, despreparado para superá-las garantindo vida digna e futuro próspero para a maioria da população.

No lado oposto, o estudante de economia poderá adotar um caminho pouco convencional, contrário ao senso comum, mas certamente muito mais promissor em termos profissionais: ele decidirá ser um cientista social e, em conseqüência, buscará uma sólida formação, opção que exige o estudo rigoroso, não somente de técnicas necessárias à profissão (matemática, estatística, econometria, macro-economia, micro-economia, etc.), mas, sobretudo, conhecimento de história, geografia, sociologia e política de seu país e do mundo. Este caminho é aparentemente – **mas só aparentemente** – incompatível com as exigências do mercado de trabalho, mas é obvio que os melhores empregos dependerão da capacidade de decisão do economista e não de uma simples formação técnica.

Aliás, está cada dia mais claro que tanto o Estado, os sindicatos, como também as empresas privadas, exigem economistas com capacidade de prever o futuro e preparados para decidir em uma sociedade marcada pelo conflito de interesses. Um técnico, ainda que dos melhores, nunca deixará de ser apenas um técnico bem formado, mas certamente terá muitas dificuldades para criar estratégias alternativas no terreno da economia. Afinal, um economista pode entender de “comércio exterior” sem entender como funciona o mercado mundial e como os Estados atuam defendendo interesses nacionais neste cenário? Poderá, neste contexto, ignorar a história e a evolução econômica e política das nações em conflito?

Nesse contexto, o estudo de economia clássica se torna um requisito decisivo na formação do economista porque ele perceberá muito rapidamente que a estratégia política adotada pela Inglaterra no século XVIII, que permitiu a industrialização do país e seu posterior domínio do mercado mundial, não poderá ser repetida pelas nações periféricas, como o Brasil, por exemplo. Nossa disciplina permitirá que o estudante de economia perceba que a organização do império inglês, que tornou a nação europeia a “oficina do mundo” durante um século, não foi produto da imaginação de técnicos, mas fruto de decisões de Estado orientadas pelo interesse nacional dos britânicos. Perceberá também que as condições necessárias para o surgimento dos imperialismos são históricas e responsáveis pela existência de países periféricos, como os países latino-americanos ou africanos.

O estudo da Economia Clássica revelará que o caráter dependente das economias latino-americanas não poderá ser esquecido pelo futuro economista, nem tampouco permitirá que ele nutra ilusões a respeito de nossa situação, simulando que está elaborando uma política econômica capaz de tirar o país do subdesenvolvimento, por exemplo. O estudo da Economia Clássica – especialmente a economia política inglesa – revelará de maneira definitiva, ao estudante de economia, que o subdesenvolvimento que caracteriza os países latino-americanos não é uma etapa rumo ao desenvolvimento, mas precisamente um subproduto do desenvolvimento capitalista dos países centrais que organizaram o mercado mundial à imagem e semelhança de seus interesses nacionais estratégicos.

A concepção etapista de desenvolvimento sócio-econômico tem se difundido no ensino de economia através da idéia de que o subdesenvolvimento é um grau produtivo pelo qual já passaram os países desenvolvidos. Os países centrais, segundo esta idéia, já foram como é atualmente o Brasil, por exemplo. Algumas teorias de desenvolvimento sócio-econômico falam abertamente em etapas de desenvolvimento e formulam receitas para que os países pobres se equiparem aos ricos. Estas receitas até o presente momento não têm provocado outro efeito que não o de aumentar a distância que separa os pobres dos ricos. Este postulado etapista centra-se em uma concepção linear de história, sem conceber a dialético do desenvolvimento material histórico.

Palavra do Professor



Há na internet uma página eletrônica dedicada à obra de Ruy Mauro Marini, intelectual brasileiro proscrito da universidade pela ditadura militar e mantido afastado dele de forma conveniente pelos governos que se seguiram à. Acesse WWW.marini-escritos.unam.mx. Esta página pode ser acessada no AVEA da disciplina.

André Gunder Frank (Alemanha, 1929-2005) imortalizou esta lição elementar na consagrada expressão “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, revelando, de maneira definitiva, que aquela modalidade de desenvolvimento capitalista que se verificou na Europa do século XVIII também se estenderia pelo mundo, **mas sempre sob condições específicas**, ou seja, reproduzindo o subdesenvolvimento sem jamais chegar ao desenvolvimento. Desde então, qualquer tentativa de adotar, na periferia, aquele padrão de desenvolvimento, não passa de mistificação destinada a perpetuar a dependência dos países periféricos sob a roupagem de cientificismo. Em função desta análise e, ao contrário do que afirmam os liberais, o **subdesenvolvimento** não é produto da falta de capitalismo que eles pretendem superar com doses sucessivas de livre-comércio e ondas recorrentes de modernização, mas precisamente seu oposto, ou seja, o subdesenvolvimento é a contraparte necessária do processo de acumulação capitalista em escala global. Como afirmou Ruy Mauro Marini, “la historia del subdesarrollo latinoamericano es la historia del desarrollo del sistema capitalista mundial”. Você pode ler mais a respeito em: [MARINI, Ruy Mauro. Subdesarrollo y revolución](#), p. 3, Siglo XXI Editores, 10 edição, México, 1980. Há ampla bibliografia sobre o tema que tratei exaustivamente em minha tese *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. OURIQUES, Nildo, DEP/UNAM, México, 1995.

Finalmente, é importante advertir que o estudo da Economia Clássica não estabelece entre nós a verdade sobre a economia, como de fato nenhuma disciplina o fará. O estudo dos clássicos revelará, ao contrário, a exata medida em que os holandeses, os ingleses ou os franceses lutaram para fazer de seus respectivos países potências mundiais, preservando sempre o *interesse nacional* de seus países. Dessa forma, *A riqueza das nações*, de Adam Smith ou *Os princípios de economia política e tributação*, de David Ricardo, representam uma tentativa de explicar, e ao mesmo tempo de justificar, a organização social da Inglaterra em uma época em que esta disputava com a França o domínio da Europa.

É constrangedor verificar que a Macroeconomia ensinada nos cursos de economia, basicamente originada a partir de manuais oriundos dos países centrais (e quase exclusivamente dos Estados Unidos), não faz outra coisa senão adestrar o economista latino-americano (e o brasileiro em especial) em uma forma de pensar que basicamente arruína seus países e consagra a dependência e o subdesenvolvimento, enquanto garante os interesses metropolitanos em nossos países. Basta estudar o tema do livre-comércio, por exemplo, para verificar que Adam Smith tinha extremo cuidado quando tratou o tema, cuidando sempre de preservar os interesses estratégicos ingleses, da mesma forma que David Ricardo limitava a adoção do livre-comércio na Inglaterra exclusivamente à importação de grãos. Quanta diferença em relação aos atuais profetas defen-

res do “livre-comércio”, como se tal política pudesse resolver nossos problemas; ao contrário, a adoção de políticas de inspiração liberal é exatamente a origem da maioria das dificuldades econômicas e limitações institucionais que amarraram os países latino-americanos ao subdesenvolvimento e à dependência.

Esta atuação tem transformado um sem número de economistas em profissionais anti-nação, que progridem justamente na pobreza a qual é condenado seu país a cada superávit comercial, a cada novo recorde de exportação de alimentos. Este sucesso das exportações, apropriável por poucos, convive pacificamente com um grande contingente populacional que vive na miséria (leia *As Exportações Invisíveis*, disponível no AVEA de Economia Clássica).

O nacionalismo foi e continua sendo uma política absolutamente indispensável para os países centrais conquistarem seu poderio e organizarem a economia mundial de acordo com seus interesses. Ainda que constantemente condenado pela grande imprensa e pelos empresários e banqueiros, o nacionalismo segue sendo decisivo para que os Estados Unidos – para dar apenas um exemplo – mantenha-se à cabeça da disputa global no interior do sistema capitalista. Esse reconhecimento não implica em tomar a obra de List como receita para os países periféricos, reduzindo nossas possibilidades a uma ilusória possibilidade histórica de repetir o caminho dos países centrais. Nesse sentido, é óbvio que Marx acertou no alvo ao criticar List porque este pretendia criar na Alemanha o capitalismo que já estava sendo suprimido na França.

As críticas de Marx à List e a realidade atual na América Latina nos indicam a existência de dois nacionalismos: o burguês, verificado historicamente em qualquer país desenvolvido, e o popular, expresso sobretudo pelas experiências de Venezuela e Bolívia. A Revolução Cubana, 1959, indica com muita precisão que o nacionalismo popular na América Latina é necessariamente revolucionário, já que o capitalismo global e os mecanismos de reprodução ampliada do capital não permitem a soberania na América Latina. Superar o imperialismo é, nesse sentido, lutar pela construção de uma alternativa socialista ao capitalismo.

Palavra do Professor



A esse respeito é indispensável ler o quase desconhecido texto de Marx sobre List e o discurso de Engels em Elberfeld. MARX, Karl. *Crítica da Economia Nacional*/ ENGELS, Friedrich. *Discurso de Elberfeld*. Textos Inéditos – 1845, Ulmeiro, Lisboa, 1976.

Resumo da unidade:

Vimos nessa Unidade que uma interpretação sobre o capitalismo fundamentada teórica e metodologicamente deve englobar temas como classes sociais, história e nacionalismo. Analisamos as razões pelas quais a Economia é Economia Política e vimos, a partir disso, que a fragmentação do conhecimento nas Ciências Sociais leva ao esquecimento por parte dos economistas da categoria de Totalidade, principal marca do pensamento dos clássicos (Smith, Ricardo e Marx). Vimos que a produção intelectual não se dissocia de uma defesa classista, ou seja, que ciência e ideologia são partes inseparáveis da mesma visão de mundo. Concluimos que, já que ciência e ideologia partem de condições concretas muito particulares, a formação do economista em um país dependente como o Brasil resulta prejudicada em razão dos manuais estrangeiros e do pensamento manualesco.

Atividade de Aprendizagem - 1

1) Como você pôde perceber, a disputa de interesses que caracteriza nossa sociedade também existe na Universidade e também está presente na estrutura curricular dos cursos de Economia. Com certa hegemonia, mas também com crescente oposição, as reformas curriculares conservadoras tem sido adotadas desde a década de oitenta do século XX, objetivando a formação de um economista tecnocrata, distante dos problemas de seu povo, disciplinado para importar receitas dos países desenvolvidos e incapazes de solucionar os problemas típicos de sociedades subdesenvolvidas. Essa hegemonia separou o estudo da economia do estudo de outras disciplinas como a história e a política que, como sabemos, é parte de uma totalidade denominada “sociedade”.

Na sua avaliação, a quem interessa esse tipo de economista? Qual a contribuição do estudo da economia clássica para a solução dos problemas dos países latino-americanos?

2) A disputa entre as potências européias a partir do século XVI, vencida pela Inglaterra no século XIX, relegou ao esquecimento autores como Richard Cantillon, Frederich List, Alexander Hamilton, Bernard de Mandeville, entre outros. Em relação aos intelectuais latino-americanos, esse “esquecimento” foi e continua sendo ainda mais perverso, revelando o caráter colonial da formação do economista brasileiro e o eurocentrismo que domina sua formação.

Apresente dois cientistas latino-americanos (não brasileiros) e indique qual a contribuição de cada um para a formação de um economista crítico, capaz de pensar a realidade de nossos países e as soluções necessárias ao nosso drama social.

3) A supremacia política da Inglaterra garantiu a hegemonia dos postulados da economia clássica que foram elevados à condição de “ciência” a partir da aplicação de uma política econômica protecionista que, posteriormente, os liberais trataram de ocultar em nome do “livre-comércio”.

Faça uma leitura da obra Sistema Nacional de Economia Política, de Georg Frederich List e indique a importância desse autor para a análise da dependência dos países da América Latina. Indique também as razões pelas quais List não é estudado nas faculdades de economia no Brasil.



2

ADAM SMITH ERA UM LIBERAL?

- Esta unidade pretende resgatar Adam Smith das garras do liberalismo moderno que, a partir de uma leitura descontextualizada, utiliza os postulados de Smith para legitimar a acumulação capitalista e a democracia liberal como o único caminho válido para a humanidade. O texto abaixo realiza uma leitura da obra de Adam Smith a partir das preocupações morais do filósofo escocês, apresentando também suas iniludíveis contradições e o potencial crítico ainda vigente que suas principais recomendações possuem.

“Nenhuma sociedade pode ser florescente e feliz se a grande maioria de seus membros forem pobres e miseráveis”.

“Na verdade, esperar que a liberdade de comércio seja um dia totalmente restabelecida na Grã-Bretanha é tão absurdo quanto esperar que um dia nela se implante uma Oceania ou Utopia”.

(Smith, Adam, *A riqueza das nações*, p. 101 e 391, Os economistas, Vol. 1. Abril Cultural: São Paulo, 1985)

Palavra do Professor

Desde que iniciei minhas aulas de Economia Clássica na UFSC, há cinco anos, faço nos exames sempre a mesma pergunta aos estudantes da disciplina: era Adam Smith um liberal ou um crítico de seu tempo? Eles manifestam, invariavelmente, certa surpresa quando apresento este enfoque, pois muito cedo aprendem – provavelmente antes de entrar na universidade – que o escocês, que insisto em apresentar como um crítico de seu tempo, era o pai da economia e o primeiro liberal da era moderna.

De fato, com inusitada frequência, podemos ler ou ouvir que Adam Smith é o precursor do liberalismo econômico e político. Essa insistência pode ser verificada tanto em manuais acadêmicos quanto no jornalismo. Fوسفeld, professor emérito da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, afirma que “Adam Smith, filósofo e professor universitário, foi o mais importante economista liberal” (FUSFELD, 2001, p.35). No momento em que escrevo estas linhas, posso ler no mais importante jornal catarinense a respeito de Smith que “o guru da economia moderna, criador do neoliberalismo no século 18 [...] hoje ele é cultuado como o pregador e precursor do modelo de redução do Estado na economia [...]”. (LISBOA, 2008) No mesmo embalo, outro articulista indica que “a teoria liberal de um Estado mínimo, sem interferência direta e consistente na economia, foi possível de ser pensada após *A Riqueza*

das Nações, pois a idéia de auto-regulação da economia descarta o controle do Estado. Podemos perceber a força do pensamento smithiano nas políticas de privatizações que ocorreram no Brasil nos últimos governos” (FERREIRA, 2008). Enfim, Adam Smith pode ser apresentado tanto como o criador do neoliberalismo quanto como o teórico das privatizações!

Palavra do Professor

Veremos como todas estas afirmações fazem parte da **manufaturação do consenso** destinado a justificar as políticas liberais. Contudo, verificaremos também que elas estão em completa contradição com a obra de Adam Smith, apesar da dúvida que certamente assaltará o leitor quando se deparar com a perspectiva que vamos demonstrar.

Embora a maioria dos autores, e especialmente os economistas e jornalistas, insistam em apresentá-lo como o pai do neoliberalismo, a verdade é que podemos encontrar na obra de Adam Smith uma quantidade surpreendente de críticas ao sistema capitalista, o qual, aliás, ele jamais conheceu. No mesmo sentido, um artigo publicado em número recente do periódico Carta Mensal, da Confederação Nacional do Comércio, faz o costumeiro resgate descontextualizado das hipóteses de Adam Smith, ao afirmar que as condições para o crescimento econômico dependem de “[...] um Estado que tribute levemente seus súditos e utilize eficientemente tais recursos para assegurar a paz interna pelo monopólio da força, garantir a propriedade privada, proporcionar um razoável grau de justiça, construir uma adequada infra-estrutura e manter um comportamento amigável com relação ao setor privado e aos mercados, mas que estimule duramente a concorrência” (QUINTELA, 2008).

Ocorre que grande parte da popularidade e importância da obra de Adam Smith decorre do fato de que ele expõe um sistema, ou seja, um conjunto de idéias articuladas, que não podem ser utilizadas apenas parcialmente e de maneira interessada. Por que o ensaísta não divulga também o ódio de Smith ao “espírito de monopólio”? Esta opção faria de Smith um autor absolutamente indesejável, inclusive para o setor comercial, atualmente dominado por grandes multinacionais.

Quando Adam Smith escreveu *A riqueza das Nações* o feudalismo agonizava, mas a Inglaterra ainda não era capitalista. Os historiadores chamam este período de a “longa transição do feudalismo ao capitalismo” e certamente não é por comodidade, mas deriva da imensa dificuldade de estabelecer **quando**, efetivamente, podemos dizer que o capitalismo iniciou. Aquilo que hoje, comodamente, entendemos por ciência econômica, era ainda o terreno onde pontificavam os filósofos, embora o mundo dos doutores escolásticos não existisse mais.

Palavra do Professor

Para uma apreciação da contribuição dos escolásticos à ciência econômica, vale a consulta ao melhor livro de Schumpeter, J.A. *História del análisis económico*. Ariel: Barcelona, 1994. Ainda que contenha deficiências sobre alguns autores e minimize a importância de outros no que se refere à análise dos doutores escolásticos, não tenho dúvidas sobre a importância desse livro na formação do economista; curiosamente, verifico que os “schumpeterianos” não manifestam o mesmo entusiasmo por essa exaustiva história das idéias em economia enquanto apreciam outros livros notoriamente apologéticos do autor.

Assim como as origens históricas do Modo de Produção Capitalista residem no Modo de Produção Feudal, o pensamento burguês tem suas raízes no pensamento medieval, isto é, no escolasticismo. Para se aprofundar sobre os autores escolásticos e os filósofos do Direito Natural, acesse o site da disciplina Economia Clássica (www.economiaclassica.cse.ufsc.br), e leia também a resenha *Os Doutores Escolásticos e os Filósofos do Direito Natural*, ambos disponíveis no AVEA da disciplina.

2.1 A DIFERENCIAÇÃO ARISTOTÉLICA: CREMATÍSTICA OU ECONOMIA?

A longa luta entre a filosofia moral e a economia moderna estava a ponto de ser solucionada, concluindo em favor da segunda aquele conflito que Aristóteles havia estabelecido entre a economia e a crematística quase quatro séculos antes de Cristo (ARISTÓTELES, 2000). Com efeito, Aristóteles estabeleceu uma útil e sábia diferenciação entre o que denominou economia, ou seja, uma forma natural de aquisição da riqueza, vinculada à “administração da casa” e que contava com sua manifesta simpatia. Em oposição, identificou uma forma artificial de aquisição da riqueza que denominou crematística, destinada a enriquecer indefinidamente, e que contava, naturalmente, com sua reprovação completa. A história das idéias econômicas pode muito bem ser contada a partir dessa diferenciação ou, mais precisamente, a partir da lenta e inexorável vitória da “crematística” sobre a “economia”, que somente ocorreria no final do século XVIII. Nesse contexto, é possível afirmar que o último defensor da herança dos doutores escolásticos foi precisamente Adam Smith, ainda que a partir de pressupostos que jamais estiveram presentes nos principais representantes daquela escola.

Foi em função da agonia do feudalismo europeu e da crescente mercantilização da vida social, que alguns doutores escolásticos, em especial São Tomás de Aquino, recuperaram o postulado aristotélico como tentativa de enfrentar o processo de aquisição da riqueza por meios artificiais. Na exata medida em que as relações capitalistas de produção se desenvolviam, o solo que sustentava as posições morais dos escolásticos e sua tentativa de construir aqui na terra um homem à imagem e semelhança da idealização escolástica, expressão acabada do exercício das virtudes, desaparecia e dava lugar ao surgimento do homo economicus.

Mas não deixa de ser importante o fato de que, hoje, ninguém fala em *crematística*. Nem mesmo os economistas, na sua imensa maioria, leram algo a respeito, embora o que façam e o que realmente desejam seja produto exclusivo da crematística e não do que denominamos economia. Houve uma inversão, ou seja, aquilo que era economia se transformou em crematística sem, contudo, levar este nome que, para a filosofia clássica, era pejorativo. É possível dizer que esta inversão representa a tentativa da crematística (que atualmente nos domina por completo) de buscar legitimidade histórica para o capitalismo. Portanto, não foi por acaso que, mesmo vencendo, a crematística não se apresentou como o que realmente era, mas buscou a legitimidade antropológica da economia e assumiu, sem rodeios, o nome desta.

Desde então, a crematística foi subsumida pela economia e ninguém entre os economistas é capaz de lembrar desta incômoda origem, nem mesmo os inimigos declarados do sistema capitalista. O período em que os doutores escolásticos dominaram é, segundo Schumpeter, bastante amplo, iniciando no século IX e concluindo no século XVII. A contribuição dos doutores escolásticos para a compreensão dos fenômenos econômicos foi também consideravelmente desigual, motivo pelo qual não nos estenderemos sobre eles. Mas não é ocioso recordar que, tanto para eles quanto para Aristóteles, a economia era parte constitutiva da ética e não uma disciplina ou ramo do conhecimento sujeito a regras próprias. Nesse sentido, Adam Smith reproduz essa tradição quando estabelece que a economia está submetida ao poder político, cujo objetivo é o enriquecimento do soberano e a capacidade de dotar o Estado dos bens públicos necessários à reprodução do povo.

Palavra do Professor



Cláudio Napoleone, possivelmente o autor do livro de economia clássica mais popular no Brasil, afirma que a tradição de designar Smith como “[...] o pai da Economia, reconhece uma verdade além de qualquer discussão: de Smith partem todas as linhas de pesquisa subseqüentes; os economistas posteriores deveriam fazer face às questões por ele colocadas” (NAPOLEONE, 1978, p.84). Reconheço que esta afirmação é verdadeira, porém notoriamente incompleta: os economistas posteriores não somente reconhecem os méritos de Smith, senão que, ao tratar os temas por ele apresentados, subvertem por completo a perspectiva por ele apresentada em favor da acumulação capitalista, o que está em contradição completa com os propósitos do escocês.

Durante o período dos escolásticos, a diferenciação aristotélica foi recuperada precisamente para enfrentar as múltiplas formas de enriquecimento julgadas pelos doutores escolásticos como ilegítimas, que se fortaleciam no interior do processo de exaustão do mundo feudal.

No estudo da contribuição dos doutores escolásticos para a análise econômica, é importante sublinhar que, ao princípio, eles condenavam completamente o lucro; à medida que as relações capitalistas de produção se desenvolviam, eles foram lentamente buscando formas de justificar sua existência. Observar essa evolução é um exercício importante para verificar como, finalmente, são as relações concretas estabelecidas pela vida real que determinam o pensamento do homem, e não o contrário. Na década de 1970, por exemplo, quando a ditadura militar (1964-1985) avançou no processo de internacionalização das forças produtivas no Brasil, e a acumulação de capital estava centrada no processo de valorização produtiva, a formação do economista também refletia esta exigência.

Naquele tempo, um autor “indispensável” na formação do economista era [John Maynard Keynes](#), que era lido e citado de maneira insistente por toda faculdade que se pretendia respeitável. Da mesma forma, atualmente, podemos observar que a maioria dos estudantes está interessada em assuntos vinculados ao mundo das finanças (bolsa de valores, mercado de capitais, dívida pública, etc.) porque é óbvio que o processo de valorização do capital ganhou proeminência na esfera financeira e nos mecanismos de reprodução permitidos pela criação de uma imensa dívida pública. Tanto no passado como agora, a realidade cria seus profetas, e não o contrário.

John Maynard Keynes
(Inglaterra, 1883-1946).

Adam Smith não era economista, mas um filósofo moral, cuja obra mais importante é a *Teoria dos sentimentos morais*, publicada e revisada pelo próprio autor, por última vez em 1790, pouco antes de ele morrer.

Não por acaso, o livro mais festejado de [Smith](#) é *A riqueza das nações*, e esta popularidade se deve ao fato de que esta se tornou uma obra divulgada pelos economistas. Contudo, é muito claro que, embora seja abundantemente citada, trata-se de uma obra muito pouco lida! É provável que a maioria dos

professores da maioria dos cursos de economia jamais tenha lido *A riqueza das nações*, embora fale dela com certa autoridade. Os políticos que pretendem conquistar autoridade em assuntos econômicos também não vacilam em exibir alguma intimidade com a obra, embora raramente tiveram em suas mãos algum exemplar do livro. O mesmo acontece com os jornalistas, em especial aqueles que se dedicam ao jornalismo econômico. Mas é fácil perceber que nenhum deles estudou a obra de Adam Smith com o cuidado necessário e, na imensa maioria dos casos, eles pretendem apenas legitimar sua própria posição e os interesses que defendem com a autoridade histórica do escocês.

E ainda mais provável que não tenham lido nada além de Smith que o Livro 1 de *A Riqueza das Nações*, quando fica claro que o restante do livro e o restante da obra de Smith (especialmente *A Teoria dos Sentimentos Morais*) têm muitas contribuições ignoradas pela grande maioria dos professores de Economia. Sobre isso, André Gunder Frank é incisivo: “Deste modo, Adam Smith, o ‘pai’ da economia moderna, ou melhor, da economia política clássica, tem mais a oferecer ao estudante sério de Natureza e causa da riqueza das nações do que os três primeiros capítulos (de um total de trinta e dois) sobre a divisão do trabalho, que é provavelmente o máximo que um leitor mal-avisado leria do livro. (Foi até aí que chegamos no curso de Frank Knight sobre a história do pensamento econômico na Universidade de Chicago. Milton Friedman, discípulo de Knight – e, por meio de Herbert Simon, seu herdeiro – quase abandonou Smith competamente, preferindo substituí-lo por Alfred Marshall como o pai da “análise” econômica, que deve ser aprendida, conforme nos instruiu Friedamn, nas notas de rodapé dos *Princípios de Economia* (1890), de Marshall, enquanto todo o texto e os apêndices, empiricamente ricos, deveriam ser relegados ao esquecimento)”.

Adam Smith não viveu o auge da Revolução Industrial inglesa. Como indicam os grandes historiadores, o período mais intenso daquele processo ocorreu entre 1790 e 1830, momento em que Smith já não mais existia. Com efeito, ele jamais menciona em sua obra (uma única vez sequer) a palavra capitalismo, embora se refira ao fim da “era feudal” algumas vezes. Não é por acaso que omite o uso de tal expressão, ainda que as condições para a plena existência do capitalismo estavam quase dadas, mas ainda existiam muitos obstáculos importantes, e podemos verificar vários deles lendo a obra do próprio Smith. A leitura atenta da obra de Smith permite afirmar que aquele que os liberais consideram seu precursor mais importante deixou advertências, e mesmo lições, que se opõem radicalmente a vários dos pressupostos que justificam o liberalismo.

O liberalismo moderno é a ideologia necessária para a legitimação do capitalismo. Uma característica essencial do capitalismo moderno é a importância dos monopólios (embora os defensores do sistema tentem, de todas as maneiras,

ocultar essa realidade quando insistem sobre os benefícios da concorrência, como se no reino dos monopólios, esta pudesse realmente existir). Nos manuais de economia, que lamentavelmente dominam a formação do economista, com frequência, os exercícios fazem a suposição de que o modelo funciona na base da concorrência perfeita, ou seja, sem a existência dos monopólios. Na época em que Smith escreveu *A riqueza das nações* (1776), era bastante realista sobre a existência da concorrência e esta é a razão fundamental de seu elogio ao *mercado*.

Fórum de Discussão:

O que era o mercado naquela época? Aqueles mercados guardam alguma semelhança com o reino dos monopólios que caracterizam o capitalismo?

2.2 O CAPITALISMO É ANTIMERCADO

O primeiro capítulo de *A Riqueza das Nações* constata e elogia a divisão social do trabalho que, segundo ele, aumentaria as “faculdades produtivas do trabalho”. Somente após esta importante constatação, Smith menciona a importância da extensão dos mercados, que pode impor limitações à divisão social do trabalho. Embora os capitalistas atualmente se refiram ao “mercado” ou à “economia de mercado” com bastante frequência, a verdade é que o capitalismo está em oposição completa ao mercado, sendo legítimo afirmar que *o capitalismo é essencialmente a negação do mercado!*

Os mercados, na época de Smith, eram **realmente** mercados, e o velho escocês morreu fazendo a defesa deles porque imaginava que a divisão social do trabalho deveria se aprofundar, preservando uma sociedade de pequenos produtores. Como sabemos, não foi isso o que ocorreu, pois, na medida em que a divisão social do trabalho criava a riqueza da Inglaterra, ela criava também aquilo que Smith chamava de “espírito de monopólio” e contra o qual verteu seu ódio em muitas partes de sua obra. Portanto, não passa de uma tentativa de legitimação *a posteriori* que os economistas chamem o sistema baseado no monopólio de “sociedades de mercado”, quando o capitalismo já não possui mercado no sentido em que falava Adam Smith. Os mercados da época de Smith estão bem caracterizados em sua obra e não permitem a conveniente “confusão” que os economistas produzem todos os dias acerca do vocábulo. Engana-se aquele que supõe ser esta uma disputa inútil sobre a linguagem, e que, no fundo, “economia de mercado” é o mesmo que “capitalismo”, para dar apenas um exemplo.

Utilizemos o Brasil como exemplo para demonstrar a limitação estrutural de seu mercado. Segundo dados da CEPAL, o Brasil encerra a primeira década do século XXI com uma enorme concentração de renda: o 10% mais rico de sua população se apropria de 48,7% da renda total produzida pelo país. O 10% mais pobre, um enorme contingente humano, fica com 0,8% desta renda total. Soma-se a esta grande desigualdade, uma taxa de participação na atividade econômica relativamente baixa, de 70,3%. Deste total que está ocupado, 60,3% concentra-se no setor terciário, de natureza informal e desqualificada, sem portanto benefícios sociais. A taxa de desemprego não é menor que 8,1%. 25,8% da população está na situação de pobreza e 14,5 na situação de pobreza extrema. Diante da desigualdade de renda, sub-ocupação, informalização, desemprego, pobreza e pobreza extrema, o mercado significa, na verdade, o pequeno oásis de bens suntuários e de consumo supérfluo da classe dominante, isto é, a esfera alta de consumo.

Palavra do Professor



O estudante de economia que quer efetivamente tomar a sério sua formação, deve dar extrema atenção para a linguagem e os conceitos. Não por acaso, os economistas, quando falam, revelam uma linguagem que é aparentemente incognoscível para a maioria dos mortais, que funciona como uma espécie de código para ser adotado para o clube e ganhar respeitabilidade diante dos meios de comunicação e do poder político. Nesse contexto, a linguagem tecnocrática que manifestam é expressão da produção ideológica destinada a validar a realidade social, dotando-a de uma determinada “racionalidade” que deveria ser reconhecida por todos, ainda que enriqueça apenas alguns. Marx foi muito atinado quando escreveu que “el language es tan viejo como la conciencia: el language es la conciencia práctica, la conciencia real [...]” (MARX, 1970, p.31).

Portanto, quando um economista prefere um termo a outro, quando utiliza um determinado conceito e recusa outro, mais que a afirmação de um “estilo”, ele está, na verdade, revelando sua consciência sobre problemas reais. Quando verificamos que o economista chama de “mercado” aquilo que, na verdade, é “capitalismo”, não se trata de um comportamento inocente. A adoção desta linguagem está destinada a “vender gato por lebre” e a dotar o capitalismo de legitimidade histórica, chamando-o de “economia de mercado”, pois, nesta, as possibilidades entre vendedores e compradores de mercadorias não era tão absurdamente desigual quanto efetivamente o é no capitalismo.

Nesse contexto, a linha de interpretação e os conceitos criados pelo historiador Fernand Braudel são bastante úteis, pois ele indica as abismais diferenças entre uma “economia de mercado” e o “capitalismo”. Na análise braudeliiana, em primeiro lugar se apresenta a *vida material* – em suas próprias palavras, uma “[...]”

espécie de humo onde o mercado lança suas raízes” – que é enorme e sob a qual, a *economia de mercado* “[...] multiplica as ligações horizontais entre os diversos mercados”. Finalmente surgiria, para Braudel, “[...] acima desta camada, a zona do contramercado” que é “[...] o reino da esperteza e do direito do mais forte” que seria o domínio do *capitalismo* (BRAUDEL, 1996, p.197).

Na divisão braudeliana, a obra de Smith se situaria na segunda esfera, na economia de mercado. Ou seja, o escocês se dedicou à análise de uma economia de mercado “contaminada”, de maneira crescente, por doses de capitalismo que logo suprimiriam a vitalidade daquela, subsumindo-a completamente. Enfim, é o desenvolvimento de uma economia de mercado que levaria ao desenvolvimento do capitalismo, sem jamais suprimi-la. Assim, o capitalismo não guarda relação alguma com o mercado, exceto pelo fato de que é sua total negação: onde reinam os monopólios, o mercado não tem vez!

2.3 VÍCIOS PRIVADOS, VIRTUDES PÚBLICAS? A VERDADE SOBRE A “MÃO INVISÍVEL”

Para efeito de justificativa de nossa hipótese, recordaremos alguns pontos essenciais do sistema smithiano que chocam frontalmente com as premissas defendidas pelo liberalismo moderno e incompatibilizam a do escocês com a dos defensores do capitalismo. A primeira observação é sua crítica radical a [Bernard de Mandeville](#), o importantíssimo autor da *Fábula das Abelhas*, obra publicada pela primeira vez em 1703. Nesse extraordinário livro, que mereceu um elogioso comentário do insuspeito [Karl Marx](#), Mandeville elimina completamente as dúvidas que corroíam a cabeça dos doutores escolásticos. Escrevendo desde Amsterdã, Mandeville esboça uma dialética materialista em que constata que são os vícios privados que fazem a prosperidade ou as virtudes públicas. Em termos bastante didáticos, Mandeville afirmou que os “[...] médicos valoravam a riqueza e a fama, muito mais que a saúde do paciente” da mesma forma que os “[...] advogados, cuja arte está baseada em criar litígios [...] deliberadamente demoravam as audiências para meter a mão nos honorários” (MANDEVILLE, 2001). Portanto, para Mandeville, não há ação virtuosa quando motivada por um sentimento egoísta, razão pela qual desenvolve uma crítica devastadora de Amsterdã, a cidade do dinheiro e da liberdade, do início do século XVIII. O caráter dessa crítica é, contudo, materialista e se afasta de maneira radical da crítica moralista que podemos encontrar nos doutores escolásticos que Adam Smith adotará sob novas condições.

Bernard de Mandeville
(Países Baixos, 1670-1733).

Karl Heinrich Marx, 1818-
1883. Principais obras:
O Capital, *O Manifesto do Partido Comunista*, *A Ideologia Alemã*.

Adam Smith disparou sua bateria contra o que denominou o “sistema do Sr. Mandeville”, que eliminaria por inteiro a distinção entre o vício e a virtude. “A grande falácia do livro do Dr. Mandeville – escreveu Smith – consiste em que representa qualquer paixão como plenamente viciosa, em qualquer grau ou qualquer sentido” (SMITH, 1997, p.543).

Palavra do Professor



É um grande equívoco ou expressão de má fé a idéia segundo a qual Mandeville e Smith atuam na mesma direção como indica, por exemplo, Friedrich Hayek em seu livro *A fatal arrogância*.

É obvio que Adam Smith reconhecia que o homem, sob circunstâncias históricas determinadas, lança mão de seu egoísmo, mas ele criou uma imaginativa saída para esse impasse que muitos julgam ser, erroneamente, próprio da natureza humana. Adam Smith anunciou que “[...] não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1985, p.50). Contudo, este interesse não é observado por Smith como o exercício exclusivo do vício, pois não obstante sua mesquinhez, todos terminariam por realizar uma virtude por meio de uma “mão invisível” destinada a garantir felicidade a todos. Adam Smith jamais mencionou, em qualquer de suas obras, a “mão invisível do mercado” como se afirma com freqüência. No livro, fica muito claro que, quando recorre à metáfora da “mão invisível”, ele está se opondo abertamente à idéia do egoísmo como algo inerente à natureza humana e reafirmando as possibilidades da solidariedade entre os homens.

Mas é óbvio que a análise de Smith está repleta de insuficiências e contradições, e que elas são insuperáveis no horizonte estabelecido em sua obra. Smith não é, portanto, um precursor inconsistente do socialismo ou de uma sociedade igualitária. Certamente, ele está bastante satisfeito com a dissolução da sociedade feudal e aprecia as imensas possibilidades abertas com o incipiente processo de acumulação de capital, potencializado pela erupção da divisão social de trabalho e sua teoria do valor-trabalho.

Ainda que tomemos *A Riqueza das Nações* como critério, Smith apresenta a metáfora da “mão invisível” quando reflexiona sobre a renda da sociedade:

[...] já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumen-

tar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ela não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não dos outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1985, p.381)

A “mão invisível” aqui apresentada indica claramente o objetivo de Smith. Ou seja, revelar até que ponto a busca do lucro e do benefício privado teria que, necessariamente, reverter em benefício público. Mas Smith jamais demonstra como isso seria possível, ainda que muitos possam deduzir que tudo ocorre em função da divisão social do trabalho e a posterior extensão dos mercados, do qual a primeira depende. Nesse sentido, é possível verificar que Smith está “encantado” com as possibilidades abertas com a *divisão social do trabalho*, que aumentaria a destreza e “pouparia muito tempo”. Não por acaso, podemos reconhecer em Adam Smith um dos pais da teoria do valor-trabalho, embora jamais desenvolvida em sua obra quanto o foi em Ricardo e depois em Marx.

Palavra do Professor



Os méritos de Smith foram reconhecidos por David Ricardo e por Marx, por distintas razões e em diferentes medidas. Marx tratou da obra de Smith, em especial sobre sua teoria do valor, reconhecendo no escocês o “instinto certo” sobre problemas cruciais da economia e afirmando que as “contradições de Adam Smith possuem a importância de apresentar problemas que ele mesmo não resolve, mas que apresenta pelo fato de contradizer-se”. A esse respeito, você pode consultar Marx, Karl/Engels Federico. *Teorias sobre la plusvalía*, p. 136, Tomo I, Obras fundamentales, Vol. 12, FCE, 1987, México.

A maioria dos economistas repete as “verdades” divulgadas pelos jornalistas – e assim, criam “verdades” convenientes para eles também – segundo as quais Adam Smith afirmou a existência de uma “mão invisível do mercado” e o Estado como um “estorvo”. Eles identificam uma economia de mercado como se esta fosse um sinônimo de uma economia de tipo capitalista que, como já vimos, são realidades completamente distintas. Afirmam também que, diante da impossibilidade de saber todas as informações em uma economia capitalista, o melhor mesmo é deixar que os preços se estabeleçam livremente. Alegam que muito melhor que a intervenção estatal (inicialmente destinada a buscar justiça, termina por criar deficiências que acabam em danos mais terríveis

ainda), é deixar que a “mão invisível do mercado” estabeleça a verdade dos fatos. **Ocorre que Adam Smith jamais falou em “mão invisível do mercado”, mas apenas, e de maneira muito clara, em “mão invisível”.**

Palavra do Professor

Dispensaria Smith as funções de governo (Estado) e apostaria todas suas esperanças no trabalho “silencioso do mercado”, como afirmam os defensores do capitalismo? Obviamente que não!

Smith indica muito claramente que “é a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios – multiplicação essa decorrente da divisão social do trabalho – que gera, *em uma sociedade bem dirigida*, aquela riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo” (SMITH, 1985, p. 45, grifo nosso.)

Palavra do Professor

É claro que Adam Smith foi um crítico da regulação estatal, mas aqui, novamente, o economista há que ter sumo cuidado, pois pode comodamente ocultar algo fundamental: afinal, contra qual Estado Smith dirigia suas críticas?

Na *Riqueza das Nações*, Smith menciona a “era feudal” e jamais menciona a expressão “era capitalista” para referir-se ao tempo em que vivia, e há uma razão bastante simples para tal: a “era capitalista” ainda não existia. O processo conhecido como “Revolução Industrial” foi bastante lento e se arrastou pelo menos por um século, ainda que alguns historiadores, e principalmente os economistas, focalizem o período posterior a 1750 e anterior a 1800. Mas historiadores autorizados afirmam que a consciência sobre a existência de um “sistema capitalista” somente chegaria muito mais tarde, talvez a partir de 1834, quando as leis em defesa dos pobres e o direito à vida foram abolidos na Inglaterra. Portanto, muitos anos após a morte do escocês.

Da mesma forma, o Estado com que Smith se defronta está longe de ser o Estado capitalista moderno que atualmente sofremos; na verdade, o escocês dirigia suas baterias contra um alvo mais preciso, ou seja, algo que podemos, em primeira instância, definir como a herança feudal. Como afirmou Hecksher na análise do absolutismo, “o Estado era o sujeito e o objeto da política econômica mercantilista” e era precisamente contra esta herança que Smith se debatia (PERRY, 1985, p.35). Contudo, a propaganda atual contra o Estado,

como se este pudesse representar um obstáculo à acumulação capitalista, não resiste mesmo na análise de autores conservadores honestos intelectualmente. Hecksher, para dar apenas um exemplo, afirma categoricamente que,

[...] ainda que afirmemos que a organização do aparelho administrativo não figurava entre os fins conscientes do liberalismo, tal afirmação não deve ser tomada como frequentemente ocorre, por desgraça, no sentido de que o liberalismo fosse um inimigo do Estado. Não era, pois não significa repudiar uma instituição limitar seu alcance, quando o que com ele se consegue é exatamente fortalecer esta instituição. E na realidade o que o liberalismo fez foi fortalecer o Estado. (HECKSHER, 1983, p. 768 – 769)

Portanto, devemos rechaçar completamente a propaganda atual que pretende exorcizar o Estado para mantê-lo sob controle capitalista, ou seja, para preservar o caráter burguês do Estado moderno. Smith não queria uma sociedade sem controles, onde o espírito de monopólio reinaria sem obstáculos e se transformaria no “amo da humanidade”. Ao contrário, ele certamente não descartaria que estes controles tratassem de limitar o privilégio que as grandes corporações ganharam na atualidade em nome do bom funcionamento dos mercados, pois era precisamente para fazer o mercado funcionar bem que Smith denunciava o “espírito de monopólio”. Enfim, o capitalismo moderno é um sistema que opõe, de maneira irreconciliável, o mercado e os monopólios. Além disso, devemos entender que se as empresas multinacionais insistem na defesa do “mercado”, não é por outra razão senão ocultar o poder dos monopólios.

O poder dos monopólios e das multinacionais na América Latina voltou a ser, com a ideologia da globalização, um tema esquecido. Mas continua de fundamental importância: historicamente, o investimento estrangeiro no Brasil ocupa-se de fusões, aquisições, desnacionalização e privatizações. Arrecada isenções fiscais e frequentemente se vê às voltas com o desrespeito às já frouxas legislações ambientais e trabalhistas. Ocupa-se de setores intensivos em trabalho e, super-explorando a força de trabalho, contribui à transferência de valor. Mas transferência de valor para onde? Para os países de origem destas multinacionais: as remessas de lucros, por isso, são maiores que o investimento, de modo que, como disse André Gunder Frank, este fluxo de recursos até a América Latina não é grande nem pequeno, é negativo. Às remessas de lucros somam-se: pagamento de royalties, pagamento de assistência técnica, evasão de divisas, sub-faturamento das exportações e super-faturamento das importações no comércio intra-firma, além de um sem número de outros mecanismos não contabilizados nas Contas Nacionais. Leia a monografia “O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina: Elementos para uma análise totalizante”, disponível no AVEA, e entre em contato com uma ampla bibliografia crítica sobre o tema.

2.4 LIVRE-COMÉRCIO PARA OS ADVERSÁRIOS, PROTECIONISMO NA PRÓPRIA CASA

Os defensores ideológicos do capitalismo afirmam que a política baseada no livre-comércio certamente possui várias limitações, mas ainda é o caminho mais eficaz para a produção de riqueza. Eles esquecem que os países centrais jamais adotaram a política livre-cambista para assegurar a condição de país desenvolvido ou de potência imperialista. Os economistas possuem uma deficiência crônica em sua formação histórica, mas se estudassem a evolução econômica e política dos países centrais, perceberiam muito facilmente que foi exatamente o protecionismo, e não o livre-comércio, que os tornou ricos e poderosos. Mais ainda: foi justamente porque se tornaram ricos e poderosos, que estes países sugerem e impõem as políticas liberais aos países periféricos, dependentes, como por exemplo, os países latino-americanos.

É para esconder essa realidade histórica que os cursos de economia não divulgam a obra de Georg Friedrich List, autor de uma obra indispensável na formação dos economistas da periferia capitalista, o *Sistema Nacional de Economia Política*. List escreveu depois de Adam Smith e, em grande medida, dirigiu suas críticas ao que denominou “escola cosmopolita”, atribuindo a Smith muitas posições que jamais foram dele. Na verdade, os liberais modernos atribuíam a Smith posições políticas e teóricas que este jamais defendeu, com o intuito de buscar legitimidade, autoridade, para seus interesses. List afirma que quando percebeu as ilusões (e os interesses) dos defensores do livre-comércio e começou a criticá-los, foi logo caracterizado como “mercantilista”, crítica bastante usual na atualidade aos críticos do capitalismo globalizado. Mas List, após profundo estudo da História dos países europeus e dos Estados Unidos, chegou a uma importante conclusão para nós, economistas formados na periferia do mundo capitalista:

Quando alguém conseguiu atingir o ponto máximo de grandeza, é muito comum recorrer ele a um artifício astuto: atira para longe a escada que lhe permitiu subir, para que outros não a usem para subir atrás dele. É nisso que reside o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith, e das tendências cosmopolitas de seu grande contemporâneo William Pitt, bem como de todos os seus sucessores nas administrações dos governos britânicos.

Toda nação que, por meio da adoção de taxas protecionistas e de restrições à navegação estrangeira, conseguiu aumentar sua força manufatureira e sua navegação a tal ponto que nenhum outro país é capaz de manter livre concorrência com ela, nada melhor e mais sábio pode fazer do que atirar para longe essas escadas que serviram para construir sua própria grandeza. (LIST, 1983, p.249)

Observem que List está (revelando) descrevendo o “segredo” da política dos países centrais, mas ele percebe que a autoridade da doutrina do livre-comércio, que empobrece as nações e as subjugava completamente, era divulgada em nome da autoridade intelectual de Adam Smith. Portanto, não vacilou em atacar de frente esta autoridade como caminho mais eficaz de lograr não somente notoriedade, mas, sobretudo, eficácia em sua crítica. List tinha claro que se tratava de uma operação de Estado, ou seja, ele sabia que “William Pitt foi o primeiro estadista inglês a perceber com clareza de que maneira se poderia utilizar *adequadamente* a teoria cosmopolítica de Adam Smith” (1983, p.249, grifo nosso) quando, no parlamento britânico, fez um famoso discurso, no ano de 1786, dirigido, não aos ingleses, mas aos governantes franceses. A intenção do discurso era conquistar a adesão do governo francês ao Tratado de Éden, uma espécie de versão atualizada do famoso Tratado de Methuen que liquidou com a indústria têxtil portuguesa e limitou Portugal à produção de vinho, na mesma medida em que a condenava à eterna condição de país periférico na Europa.

Tratado que abriu o mercado francês aos produtos ingleses.

O Tratado de Methuen representa claramente como a força militar inglesa (Methuen era um general da marinha britânica) construiu um acordo junto à elite portuguesa, produtora de vinho, altamente rentável aos ingleses e prejudicial à economia de Portugal. Enquanto a Inglaterra conquistava à força os mercados para seus produtos, Portugal via ser destruída toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento do setor têxtil, o mais industrializado do capitalismo de então. À Inglaterra, o vinho mais barato permitiu a diminuição do tempo de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho e, portanto, o aumento da mais-valia relativa. À Portugal, o tratado enriqueceu, subordinando, uma elite anti-nacional.

Palavra do Professor

John Kenneth Galbraith (1908-2006), um liberal de estatura, anotou: “Nunca, desde então, pelo menos no mundo não socialista, um político se comprometeu com tanta coragem com um economista”. Contudo, a visão que Galbraith mantém da obra de Smith é limitada e, mesmo com evidentes resistências, ele termina por entregar o escocês para o mundo burguês. A esse respeito, você pode consultar *Anales de un liberal impenitente*, p. 109, Vol. 1, Gedisa Editorial, Barcelona, 1982.

Antes mesmo de List, e no mesmo ano em que Adam Smith publicou *A riqueza das nações*, devemos recordar a perspectiva de Alexander Hamilton que, em 5 de dezembro de 1791, apresentou, na Câmara dos Deputados dos Estados Unidos, o importante *Informe sobre as manufaturas*, no qual os governantes da ex-colônias rejeitam a política livre-cambista da Grã-Bretanha. Hamilton, ajudante de ordens de George Washington na Guerra da Independência, foi o

Alexander Hamilton
(Antilhas, 1755/1757(?)
– 1804).

HAMILTON, Alexander.
Relatório sobre as manufaturas.
Movimento de Solidariedade
Ibero-Americana, Rio de
Janeiro, 1995.

equivalente do Ministro da Fazenda de seu governo. No *Informe* – traduzido no Brasil somente em 1995!!! – rechaçou por completo a *interpretação liberal* de Adam Smith, invocando em seu favor precisamente o primeiro capítulo da obra do escocês, ou seja, realçando a importância da divisão social do trabalho e da conseqüente vantagem da indústria sobre a agricultura, ramo ao qual a Inglaterra pretendia reduzir os Estados Unidos. Não deixa de ser curioso que, sendo o Brasil um país em que as classes dominantes reafirmam predileção subserviente em relação aos Estados Unidos, esse documento, que na prática funda o império estadunidense, se manteve oculto do grande público e continuou desconhecido pela grande maioria dos economistas até poucos anos atrás. Autores medíocres e perspectivas teóricas irrelevantes são divulgados com pompa e circunstâncias enquanto documentos estratégicos, que revelam o que as classes dirigentes nos Estados Unidos *fizeram* para que o país se tornasse a potência dominante atual, permanecem ocultos como se fosse um segredo de Estado.

Palavra do Professor



Quais eram os principais argumentos de Alexander Hamilton para a defesa do protecionismo e o impulso da manufatura?

Estas perspectivas são tão medíocres quanto efêmeras. O “Império do Efêmero”, reinante nas Ciências Sociais, mobiliza enormes recursos nas Universidades e torna rasa a formação de seus estudantes ao concentrar-se em aparências: na economia, os arranjos produtivos locais, o equilíbrio geral, as teorias etapistas do desenvolvimento, os modelos de alocação de recursos, o ecologicismo etc; na sociologia, a noção de grupos, a questão de gênero, os questionários estatísticos etc; na filosofia, o pós-modernismo, a cibernética etc. Estes temas sucedem-se uns aos outros e ocultam, na periferia da ciência global, as condições sociais, políticas e econômicas a partir das quais deveriam partir as teorias científicas.

Basicamente, recordou a importância da divisão social do trabalho e a ampliação do uso da maquinaria, ou seja, reforçou os ensinamentos de Adam Smith contra a política da Inglaterra, que pretendia manter os Estados Unidos como uma reserva de grãos. Alegou que o trabalho empregado na indústria produzia mais riqueza do que aquele empregado na agricultura, e que o emprego da maquinaria poupava trabalho e aumentaria a riqueza nacional. Ademais, Hamilton recordou que os Estados Unidos sofriam, em 1790, uma situação que em muito se assemelha à que o Brasil e outros países latino-americanos estão submetidos no início do século XXI. Com efeito, Hamilton afirmava que:

Conseqüentemente, os Estados Unidos estão até certo ponto na situação de um país excluído do comércio internacional. Facilmente, é certo que podem obter do exterior os bens manufaturados que requerem, mas, na circulação e nas vendas dos seus próprios sofrem numerosos e mui prejudiciais impedimentos. E não se trata, tampouco, de uma única nação estrangeira; as regras de vários países com os quais temos extensas relações comerciais interpõem grandes obstáculos ao comércio dos principais produtos estadunidenses. Em semelhante estado de coisas, os Estados Unidos não podem comerciar com a Europa em condições de igualdade e esta falta de reciprocidade os torna vítimas de um sistema que os obriga a restringir as suas aspirações na agricultura e a abster-se das manufaturas. A constante e crescente necessidade estadunidense de bens europeus e a parcial e ocasional demanda dos seus, em troca, os expõe a uma situação de empobrecimento, em lugar da opulência à qual suas vantagens naturais e políticas lhes dão direito a aspirar. (HAMILTON, 1995, p.58)

O objetivo de Alexander Hamilton era explícito: “compete aos Estados Unidos considerar como podem tornar-se menos dependentes de combinações políticas do exterior, boas ou más”. Ao contrário de Hamilton, quando List escreveu o *Sistema Nacional de Economia Política* foi favorecido por mais de meio século de cuidadosa aplicação de políticas protecionistas por parte dos Estados Unidos, além do profundo conhecimento histórico que já possuía a respeito do desenvolvimento capitalista na Europa. Essas lições básicas parecem ser desconhecidas pelas classes dominantes na América Latina quando clamam, nos fóruns ou organismos internacionais, pelo livre-comércio como caminho para a riqueza da nação.

2.5 POR QUE A EXPERIÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS É OCULTADA NO ENSINO BRASILEIRO?

Palavra do Professor



Mesmo sem intenção de estender-me demasiado na perspectiva de Hamilton, será útil para a formação dos jovens economistas que compreendam outro mito que foi meticulosamente construído na periferia capitalista pelos interesses dominantes, especialmente as empresas transnacionais.

Com freqüência o noticiário afirma que os países subdesenvolvidos, como o Brasil, não possuem capital para fazer avançar a indústria ou outro setor qualquer da economia nacional, razão pela qual deve estimular uma política de atração de capitais. É o que ensinam os manuais de economia internacional e o que repete, todos os dias, a maioria dos comentaristas econômicos dos

monopólios que comandam a comunicação nos países latino-americanos. Alexander Hamilton se insurgiu contra essa falácia ao afirmar que “ainda que haja razões bastante fortes para se depositar uma confiança considerável na ajuda do capital externo para a consecução de nossas metas, é satisfatório ter boas bases para estarmos seguros de que existam recursos internos suficientes para alcançá-las por nossa própria conta” (HAMILTON, 1985, p.73).

O próprio John Maynard Keynes, um inglês da cabeça aos pés, jamais esqueceu dessa lição fundamental da economia política inglesa. Em um texto muito pouco difundido e decisivo para compreender sua evolução, Keynes faz uma importante reflexão sobre a doutrina do livre-comércio, que possui extrema atualidade, em uma conferência pronunciada na University College, em Dublin, no dia 19 de abril de 1933:

Fui educado como a maioria dos homens ingleses, para respeitar o Livre-comércio não somente como uma doutrina econômica, que uma pessoa racional e instruída não pode duvidar, senão quase que como parte da lei moral. Considerava que os comuns desvios dela eram ao mesmo tempo uma bobagem ou um ultraje. Pensava que as inamovíveis convicções inglesas sobre o Livre-comércio, intocáveis por quase cem anos, eram tanto a explicação diante dos homens como a justificativa diante do céu de sua supremacia econômica. No final de 1923 escrevi que o Livre-comércio se baseava em verdades fundamentais que, afirmadas com suas devidas qualidades, ninguém capaz de compreender o significado das palavras podia disputar. (KEYNES, 2004, p.35)

Mas era isso mesmo que Smith escreveu na *Riqueza das Nações*? Estudando sua obra, vamos observar facilmente que o que permaneceu não foram as lições de Adam Smith, mas a versão dada pelos governantes, especialmente os ingleses, sobre o que realmente disse o escocês. É por isso que List afirma acertadamente que, segundo William Pitt (o governante inglês), “a França estava destinada à agricultura e à produção de vinho, da mesma forma como a Inglaterra era adequada para a produção manufatureira” (PITT apud LIST, 1983, p.249). É fácil constatar que esse discurso ainda é o dominante atualmente quando a burguesia brasileira aceita discutir com os Estados Unidos um “tratado de livre-comércio”, tal como o México assinou o Tratado Norte-Americano de Livre-comércio (NAFTA) em 1994. Segundo Pitt, “as duas nações devem relacionar-se entre si da mesma forma como faziam dois grandes comerciantes, que atuam em duas áreas comerciais diferentes e se enriquecem mutuamente pelo intercâmbio de bens” (apud LIST, 1983, p.xx). Afinal, não é este também o postulado básico que os manuais de economia internacional, produzidos nos Estados Unidos, e distribuídos como evangelho nas faculdades de economia dos países periféricos, ainda afirmam? Em resposta, List recordou adequadamente que Pitt não fazia menção ao velho princípio da

política inglesa, segundo o qual “uma nação só poder atingir o ápice da riqueza e do poder em seu comércio exterior trocando produtos manufaturados por produtos agrícolas e matérias-primas. [...] Essa máxima [concluiu List] já constituía nessa época um segredo de Estado dos ingleses – e assim permaneceu até hoje” (LIST, 1983, p.249).

2.6 SOBRE A IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR ADAM SMITH COMO UM LIBERAL MODERNO

Para nosso objetivo, é importante fazer uma distinção entre o que escreveu Smith e o que os governantes ingleses fizeram de sua obra. O fato de William Pitt caminhar ou visitar o parlamento com um exemplar de *A Riqueza das Nações* debaixo do braço não quer dizer que ele tenha feito uma leitura científica ou correta da obra que os economistas tanto admiram. Quer dizer apenas que ele fez um uso próprio daquela obra e a divulgou de tal forma que os interesses que defendia supostamente encontraram respaldo na obra de Smith.

Palavra do Professor



Mas o que disse Adam Smith sobre esses assuntos? É indispensável ler a obra para tirar uma posição própria das lições de economia política do filósofo moral Adam Smith.

Em primeiro lugar, é necessário dizer que Adam Smith jamais se iludiu com a doutrina do livre-comércio, já bastante popular em sua época. Mas nunca devemos esquecer que ele escreveu com os pés no solo inglês, ou seja, **sempre defendendo os interesses nacionais da Inglaterra**. Contudo, não deixou de observar o que estava ocorrendo no mundo e, muito especialmente, na Europa.

Ainda que sempre defendesse os interesses da Inglaterra, podemos encontrar em Smith lições importantes sobre a prática dos governos e a força das idéias na luta política. Mas na condição de filósofo moral, Smith não era um cínico, como grande parte dos economistas modernos que se dedicam exclusivamente a ganhar dinheiro pregando a ruína dos demais.

Na verdade, esperar que a liberdade de comércio seja num dia totalmente restabelecida na Grã Bretanha é tão absurdo quanto esperar que um dia se implante uma Oceania ou Utopia. Opõem-se irresistivelmente a isso não somente os preconceitos do público, mas também – o que constitui um obstáculo muito mais intransponível –

os interesses particulares de muitos indivíduos, irresistivelmente contrários a tal coisa. Se os oficiais do Exército se opusessem com o mesmo ardor e unanimidade a qualquer redução do contingente de tropas com o qual os donos de manufaturas tomam posição contra qualquer lei suscetível de aumentar o número de seus concorrentes no mercado interno; se os primeiros incitassem seus soldados da mesma forma que os segundos incitam seus operários a atacar com violência e afronta quem ousar propor tais leis – se tal ocorresse, tentar reduzir o Exército seria tão perigoso como se tornar perigoso atualmente tentar reduzir, sob qualquer aspecto, o monopólio que nossos manufatores conseguiram conquistar em oposição a nós. (SMITH, 1985, p.391)

Adam Smith logo percebeu o poderio desse “exército” na defesa de seus interesses, advertência que nos é muito útil para perceber as decisivas articulações existentes entre a economia e a política. Versando sobre o monopólio que os mestres e os empresários das manufaturas exerciam no país, afirmou que:

Esse monopólio fez aumentar tanto o número de alguns grupos específicos desses manufatores que, à maneira de um grande exército permanente, tornaram-se temíveis ao governo e, em muitas ocasiões, intimidam os legisladores. Todo membro do parlamento que apoiar qualquer proposta no sentido de reforçar esse monopólio seguramente adquirirá não somente reputação de entender do assunto, mas também grande popularidade e influência junto a uma categoria de homens que, devido ao seu número e à sua riqueza, adquirem grande importância. Ao contrário, se esse parlamentar se lhes opuser e, ainda mais, se tiver autoridade suficiente para contrariá-los, nem a probidade mais reconhecida nem a graduação hierárquica mais elevada, os maiores serviços públicos prestados são capazes de defendê-lo do vitupério e da detração mais infames, dos insultos pessoais e, às vezes, nem mesmo do perigo real derivante do ultraje insolente de monopolistas enfurecidos e decepcionados. (SMITH, 1985, p.391)

O reconhecimento de que a doutrina do livre-cambismo jamais seria adotada na Inglaterra não impediu que Smith fizesse várias advertências sobre a cautela necessária na adoção de medidas destinadas a abrir o mercado interno para mercadorias estrangeiras:

Sem dúvida, muito sofreria o empresário de uma grande manufatura, o qual, no caso de ser mercado interno aberto subitamente aberto à concorrência estrangeira, fosse obrigado a abandonar seu negócio. Talvez pudesse, sem grandes dificuldades, encontrar outra aplicação àquela parte de seu capital que ele costumava empregar para comprar materiais e pagar seus trabalhadores. Contudo, a parte do capital destinada às oficinas de trabalho e aos instrumentos de comércio dificilmente poderia ser vendida sem grande prejuízo. Exige assim a justiça que, em atenção a tal interesse, mudanças desse gênero nunca sejam introduzidas súbita, mas lenta e gradualmente, e após demorada advertência. Precisamente por isso, os legisladores, se fosse possível que suas deliberações sempre se orientassem, não pela clamorosa importunidade de interesses facciosos mas por uma consideração global do bem geral, deveriam manter-se particularmente atentos para não criar novos monopólios deste gênero nem ampliar os já existentes. (SMITH, 1983, p.391-392)

Com efeito, é possível perceber que Smith está tão preocupado com a *iniquidade* quanto com o prejuízo para o empresário de uma “grande manufatura inglesa”, razão pela qual podemos identificar ambigüidades insuperáveis em sua formulação. Contudo, Smith jamais aprovaria uma abertura radical do mercado interno como aquela que, por exemplo, foi realizada por muitos governos na América Latina no início da década de 1990. No Brasil, por exemplo, o governo Collor sempre é mencionado como aquele que iniciou o processo de modernização capitalista (“neoliberalismo”) e, ainda hoje, merece elogios dos liberais de distintos matizes pela “coragem” com que enfrentou as resistências de frações do capital que não poderiam – como de fato não puderam – resistir à concorrência com os produtos importados oferecidos pelas empresas transnacionais.

A razão pela qual Smith faz essa séria advertência é simples: há que cuidar a riqueza da nação inglesa! Por isso, ele afirma que

aquela parte do capital que se utilizava regularmente na compra de matérias-primas e em pagar os operários pode encontrar facilmente outro destino; porém, a porção do mesmo imobilizada em fábricas e nos instrumentos próprios do ofício, não poderia destinar-se a outra finalidade sem incorrer em perdas de grande monta. (SMITH, 1985, p.416)

Seguidamente, Smith reafirma o critério da *equidade* que possui óbvia extração moral e não está submetido a uma racionalidade de tipo capitalista, ou seja, o que importa é o lucro antes de mais nada. Por essa razão, o filósofo moral afirma:

A equidade, portanto, recomenda em atenção a estes interesses, que semelhantes novidades não se introduzam de uma maneira precipitada, senão gradualmente, pouco a pouco, e depois de repetidas advertências. (SMITH, 1985, p.416)

Quanta diferença com os liberais da periferia capitalista!

Quando fala sobre livre-comércio, o economista está também falando sobre os monopólios, ainda que o discurso liberal sublinhe a ofensiva contra a chamada “presença estatal”. Smith dirigiu severas críticas ao que denominou acertadamente o “espírito de monopólio” uma vez que em sua época o monopólio moderno (as empresas transnacionais) ainda não existia.

A tentativa de fazer de Adam Smith um precursor do liberalismo moderno não resiste a uma leitura cuidadosa do escocês. Em outro trecho, ele recorda o efeito nocivo dos monopólios e afirma a falta de legitimidade completa para este espírito dirigir a humanidade:

O comércio, que deveria naturalmente ser, entre as nações como entre os indivíduos, um traço de união e de amizade, transformou-se na mais fecunda fonte de discórdia e de animosidade. A ambição extravagante de reis e ministros, durante o século atual e o passado, não tem sido mais fatal para a tranquilidade da Europa do que a inveja impertinente dos comerciantes e dos manufatores. A violência e a injustiça dos governantes da humanidade constituem um mal antigo para o qual receio que a natureza dos negócios humanos dificilmente encontre um remédio. Entretanto, embora talvez não se possa corrigir a vil capacidade e o **espírito monopolizador dos comerciantes e manufatores que não são nem deveriam ser os governantes da humanidade**, pode-se com muita facilidade impedi-los de perturbar a tranquilidade de pessoas que não sejam eles mesmos. (SMITH, 1985, p.409, grifo nosso)

Observemos agora o resgate interessado dos economistas, ou seja, o desejo que sempre os orienta na direção de transformar o filósofo moral em um precursor do liberalismo moderno. O professor emérito da Universidade de Michigan, Daniel Fusfeld, afirma que:

Smith não tinha medo do monopólio privado. Ele vivia em uma época mais simples que a nossa, antes do crescimento das grandes empresas e das plantas industriais gigantescas. O único exemplo de produção industrial em seu livro é de uma fábrica de alfinetes na qual duas dúzias de trabalhadores manuais estavam empregadas. Naqueles tempos, o capital necessário para adentrar a maioria dos negócios era pequeno, a tecnologia era simples e acessível a todos e o monopólio existia somente nos casos de concessões de privilégios protegidos pelo governo. Smith estava certo de que nenhum monopólio privado que não fosse protegido pelo governo poderia durar muito tempo: os lucros do monopólio imediatamente atrairiam a concorrência, que destruiria o monopólio. (FUSFELD, 2001, p.43)

A afirmação anterior é uma evidente farsa; obviamente, “Smith não tinha medo do monopólio privado” porque simplesmente *odiava* o monopólio privado! De resto, é também evidente que não conheceu a multinacional moderna, mas tampouco poupou críticas ácidas contra o “espírito de monopólio” porque, segundo suas próprias palavras, “o espírito monopolizador dos comerciantes e manufatores que não são nem deveriam ser os governantes da humanidade, pode-se com muita facilidade impedi-los de perturbar a tranquilidade de pessoas que não sejam eles mesmos”.

Poderia haver maior condenação antecipada ao domínio mundial do capital monopolista que se verifica atualmente? Smith foi atento a outro aspecto decisivo na disputa por sua herança moral: as virtudes do comércio. O escocês afirmou que “o comércio, que deveria naturalmente ser, entre nações como entre indivíduos, um traço de união e de amizade, transformou-se na mais fecunda fonte de discórdia e animosidade. A ambição extravagante de reis e ministros, durante o século atual e passado, não tem sido mais fatal para

a tranqüilidade da Europa do que a inveja impertinente dos comerciantes e dos fabricantes” (SMITH, 1985, p.409). Para enfrentar o problema, Adam Smith afirmou que “a violência e a injustiça dos governantes da humanidade constitui um mal antigo para o qual receio que a natureza dos negócios humanos dificilmente encontre remédios”, entretanto, considerava que “com muita facilidade” se poderia impedir que o “espírito de monopólio” afetasse a tranqüilidade das pessoas (SMITH, 1985, p.186).

Os marxistas poderiam impugnar, com razão, as ilusões pequeno-burguesas de Adam Smith, mas ninguém poderia negar que a inclinação para o controle sobre os monopólios é evidente em sua perspectiva moral. Enfim, fica demonstrado que Smith não aprovaria o reino dos monopólios em que se transformou a economia mundial e seus privilégios considerados intocáveis.

2.7 OS EXPORTADORES NÃO SE IMPORTAM COM A NAÇÃO

É indispensável uma última consideração sobre a concorrência internacional para a adequada percepção dos objetivos de Smith. O escocês – seguindo uma velha lição oferecida por [Quesnay](#) – observou o antagonismo existente entre os interesses do comerciante e os objetivos da nação. Com efeito, Quesnay muito antes de Smith indicou que,

François Quesnay (França, 1694-1774).

[...] os lucros em benefício dos comerciantes do reino não devem, absolutamente, ser confundidos com as riquezas da nação, já que estas não podem estender-se atualmente além da quantidade da reprodução anual de seu território, submetida aos preços correntes das vendas em primeira mão. O comerciante tende a comprar ao mais baixo preço e revender ao preço mais alto possível, a fim de ampliar ao máximo seu ganho, em detrimento da nação; seu interesse particular e o interesse da nação são opostos. (1986, p.267)

O postulado que opõe o interesse do comerciante com o das pessoas de uma nação não deveria escandalizar ninguém, não fosse pelo fato de que os meios de comunicação repetem, todos os dias, a máxima segundo a qual a salvação individual mantém estreita relação com o êxito dos exportadores. Mas a economia política inglesa sempre soube diferenciar os interesses em jogo, até que o Estado assumiu uma definição claramente burguesa; contudo, essa essência burguesa do Estado metropolitano tinha que preservar de alguma forma os interesses do cidadão, ao contrário do que podemos observar no Estado capitalista periférico, onde o interesse burguês só contempla marginalmente o interesse das maiorias.

Na Inglaterra, onde a luta de classes permitiu aos operários e camponeses um lugar ao sol, as classes dominantes sabiam que não poderiam assegurar o domínio burguês sem fazer concessões importantes às classes subalternas. Em conseqüência, condições mínimas de vida e trabalho e, para nosso objetivo, a defesa do interesse nacional, sempre figuraram entre as preocupações de governo. Adam Smith não renunciou a essa tradição e também escreveu alguns parágrafos que parecem repetir Quesnay, o francês fisiocrata. Com efeito, Smith sempre manifestou grande preocupação em relação aos privilégios dos monopólios contra o cidadão inglês, e também contra os países vizinhos, e alegou que os comerciantes estavam interessados em empobrecer os demais países, desde que assegurassem seus lucros. Por isso, condenava com paixão a subversão do comércio que, sob controle dos monopólios, trazia a guerra e a discórdia. Foi exatamente para liquidar com qualquer dúvida a respeito de suas preocupações que afirmou:

não cabe dúvida de que foi o espírito de monopólio que originalmente inventou e propagou essa teoria; e os primeiros que a ensinaram de forma alguma eram tão insensatos como os que nela acreditaram. Em cada país, sempre é e deve ser de interesse do grande conjunto da população comprar tudo o que quiser, daqueles que vendem a preço mais baixo... e ela jamais poderia ter sido questionada, se os sofismas interesseiros dos comerciantes e dos manufatores não tivessem confundido o senso comum da humanidade. Sob este aspecto, o interesse deles é diretamente oposto ao do grande conjunto da população. (SMITH, 1985, p. 409)

Por outro lado, é importante indicar com mais precisão o horizonte em que Adam Smith se situa, para evitar as tentativas de mistificação destinadas a colocá-lo como um defensor das maiorias oprimidas da Inglaterra do século XVIII. No essencial, Smith está completamente seduzido pelo reconhecimento de que a divisão social de trabalho criou possibilidades de riqueza ilimitada para a Inglaterra, ainda que imagine um mundo dominado pela pequena propriedade e pelos pequenos negócios. Enfim, um mundo dominado pela pequena burguesia, onde efetivamente a concorrência existiria e também a possibilidade de certa equidade social.

2.8 SOBRE AS COLÔNIAS

Quando Smith publicou *A Riqueza das Nações*; em 1776, o mundo colonial aparentava certa solidez. Somente depois de 1790, ano em que morre Adam Smith, é que se apresentam, de maneira mais ou menos clara, os primeiros sinais de descontentamento com a ordem colonial na América Latina. Como

indica Donghi, as idéias republicanas originadas na Europa, especialmente na França, somente depois de 1776, e especialmente após 1789, ganham força no continente latino-americano:

O curso dos acontecimentos a partir de então faz com que a novidade interesse cada vez mais a América Latina: Portugal permaneceu em difícil neutralidade; Espanha, que passa, a partir de 1795, a aliada da França revolucionária e napoleônica, mostra cada vez melhor sua debilidade em meio das gigantescas lutas que o ciclo revolucionário inaugurou. Nestas condições ainda os mais fiéis servidores da coroa não podem deixar de imaginar a possibilidade de que também essa coroa, como as outras, desapareceria. Na América espanhola em particular, a crise da independência é o desenlace de uma degradação do poder espanhol que, começada aproximadamente em 1795, se fazia cada vez mais rápida. (DONGHI, 1983, p. 79- 80)

Essa constatação é crucial para verificar em que medida, e com qual profundidade, Adam Smith analisou a importância do mundo colonial para o desenvolvimento das metrópoles, especialmente para a sua Inglaterra. Ademais, é importante observar que o genial [Simón Bolívar](#) ainda não havia iniciado seu combate revolucionário pela independência completa da América Latina, que somente concluiria em 1825. Portanto, as opiniões do escocês sobre o mundo colonial são publicadas quando o mundo colonial ainda revelava certa vitalidade e ainda era crucial para as finanças européias, inclusive para a Inglaterra.

Simón Bolívar, 1783-1830.

Smith percebe muito claramente a importância da conquista da América para o surgimento de um mundo completamente novo na história universal. Em suas próprias palavras:

A descoberta da América e a de uma passagem para as Índias Orientais pelo cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes eventos registrados na história da humanidade. Suas conseqüências já têm sido muito grandes; entretanto, no curto período de dois a três séculos, decorrido desde que feitas essas descobertas, é impossível que já tenhamos podido enxergar todo o alcance de suas conseqüências. Não há sabedoria humana capaz de prever que benefícios ou que infortúnios podem ainda futuramente advir à humanidade através desses grandes acontecimentos. Por unirem, até certo ponto, as regiões mais distantes do mundo, por possibilitar-lhes aliviar mutuamente as necessidades, aumentar suas satisfações e estimular sua atividade, sua tendência geral pareceria ser benéfica. Para os nativos, porém, tanto os das Ilhas Orientais como os das Índias Ocidentais, todos os benefícios comerciais que possa ter advindo desses eventos soçobraram e se perderam nos infortúnios horríveis que provocaram [...]. Contudo, nada parece ter mais probabilidade de criar tal igualdade de força do que o intercâmbio mútuo de conhecimentos e de todos os tipos de aprimoramentos que natural, ou melhor, necessariamente, traz consigo um amplo comércio entre todos os países. (SMITH, 1985, p.102)

A citação anterior revela a extrema cautela de Smith: dois ou três séculos ainda era um tempo demasiadamente curto para verificar todas as conseqüências des-

ses fenômenos sem precedentes na história da Humanidade. Contudo, Smith não deixará de indicar que, em função de sua defesa do comércio livre, será também contrário ao colonialismo e, especialmente, crítico do monopólio exclusivo das Companhias que exploravam essa relação. Portanto, podemos afirmar que, inicialmente, Smith se opõe à *forma* que o colonialismo assume. Ou seja, o comércio colonial se realiza por meio de companhias exclusivas que, entre outros males, é outorgado a alguns comerciantes da Europa, excluindo todos os demais deste suculento negócio.

Na Inglaterra, em 31 de dezembro de 1600, a Companhia de Comerciantes com Negócios nas Índias Orientais, “[...] recebeu uma carta de licença que lhes dava um monopólio de 15 anos para o comércio” que os possibilitaria explorar “[...] as Índias orientais, os países e portos da Ásia e África, e de e para todas as cidades, portos e localidades que estejam situados além do cabo da Boa Esperança e dos estreitos de Magalhães” (MICKLETHWAIT; WOOLDRIGE, 2003, p.51). O monopólio do comércio colonial, que era renovado a cada 20 anos, foi finalmente abolido em 1813, portanto, muitos anos após a morte de Smith e poucos anos antes de David Ricardo publicar os *Princípios de Economia Política e Tributação*.

Mas durante todo o tempo em que dominou o comércio colonial, a razão fundamental que opunha Adam Smith ao monopólio era que, como afirmou Marx, “a Companhia das Índias Orientais excluía as pessoas comuns do comércio com as Índias” (MARX; ENGELS 1979, p.46). A descrição apolo-gética oferecida por Micklethwait e Wooldridge não pode ocultar que essas Companhias, ao mesmo tempo em que eram decisivas para a hegemonia inglesa no mundo e que, na mesma medida, enriqueciam os “sócios” do negócio, custavam muito para a coroa. Não foram poucos os empréstimos que o Parlamento teve que aprovar para cobrir os custos da atrativa aventura colonial inglesa, especialmente na Índia.

O fim do monopólio não melhorou a vida dos nativos, como de certa forma defendia Smith, pois,

[...] a Índia, que desde tempos imemoriais era a grande oficina de manufatura algodoeira para o mundo, foi inundada de fios e telas de algodão ingleses. Depois que sua própria produção foi excluída da Inglaterra, ou admitida somente nas condições mais cruéis, os produtos manufaturados britânicos se voltaram para a Índia, pagando impostos pequenos, puramente nominais, para a ruína das telas nacionais de algodão, outrora célebre. (MARX; ENGELS, 1979, p.53-54)

Smith, obviamente, não se iludia sobre o papel das Companhias e sobre o efeito que produziriam nos países vitimados por sua presença. Ele afirmou categoricamente que “essas companhias exclusivas, portanto, são danosas sob todos os aspectos; são sempre mais ou menos inconvenientes para os países em que são criadas e destrutivas para os países que tem a infelicidade de cair sob o seu governo” (SMITH, 1985, p.112).

Palavra do Professor



Vale chamar atenção para o fato de que, na tradução espanhola, as Companhias são consideradas “sempre nocivas e prejudiciais ao país no qual se estabelecem”, versão que expressa uma posição mais contundente do que aquela verificada na tradução brasileira.

No essencial, a posição de Adam Smith sobre as colônias pode ser matizada a partir da diferença que ele estabelece entre os efeitos do comércio colonial – que considerou sempre benéficos – e os efeitos produzidos pelo monopólio deste comércio – considerados sempre nocivos. O efeito do comércio colonial, sob o regime de liberdade natural, produziria, para Smith, a abertura de um mercado extenso para a metrópole, “[...] para os itens da produção britânica que podem superar a demanda dos mercados mais próximos à Grã Bretanha, ou seja, os da Europa e dos países situados em torno do Mediterrâneo” (SMITH, 1985, p.87-88).

Mas o cauteloso Smith não estava propondo a independência das colônias inglesas. Ele queria apenas a implantação gradual da “liberdade natural” e, em consequência, o fim do monopólio do comércio colonial para atender aos demais produtores ingleses que ficavam fora do suculento negócio de além-mar. Por esta razão, Smith fazia a seguinte recomendação:

certo abrandamento moderado e gradual das leis que dão à Grã Bretanha a exclusividade do comércio colonial, até que ele se torne bastante livre, parece ser o único expediente que poderá, em tempos futuros, livrá-la desse perigo, e possibilitá-la ou até forçá-la a retirar a parte de seu capital dessa aplicação exagerada e desviá-la [...] para outras aplicações. (SMITH, 1985, p.86)

E concluiu com mais cautela ainda: “abrir o comércio colonial de uma só vez a todas as nações poderia não só ocasionar algum inconveniente transitório, como também uma grande perda permanente para a maioria daqueles cujo trabalho ou capital estão no momento nele engajados” (SMITH, 1985, p.86).

Em nossa revisão sobre a obra de David Ricardo verificaremos que a mesma cautela que orienta Smith também se encontrará na obra do mais famoso economista do século XIX, embora jamais tenha contaminado os homens de Estado na Inglaterra, que adotam, até os dias atuais, idêntico procedimento, fazendo de seu país uma fortaleza contra a entrada de produtos estrangeiros.

A leitura atenta da obra de Adam Smith permitirá identificar muito claramente a distância que o filósofo moral mantém do capitalismo atualmente dominante e que, em sua época, estava apenas se manifestando. Podemos observar um Smith que manifesta, exprime grande ceticismo – e certamente grande impotência – em relação às possibilidades de o comércio assegurar a paz entre os povos e o interesse comum da humanidade.

Ao longo de sua obra, Adam Smith é ainda mais explícito sobre o ponto ao afirmar que em seu tempo, muito se avançou na tentativa de convencer os povos a arruinar os países vizinhos como se esta fosse a defesa do interesse próprio. Ele manifesta uma compreensão ingênua dos benefícios do comércio ao afirmar que os comerciantes iniciam as nações na doutrina de que os lucros dos demais são equivalentes às perdas próprias. “Não cabe dúvida de que foi o espírito de monopólio que originalmente inventou e propagou essa teoria; e os primeiros que a ensinaram de forma alguma eram tão insensatos como os que nela acreditaram.” (SMITH, 1985, p.437). Smith concluiu afirmando que “a riqueza de uma nação vizinha, embora seja perigosa na guerra e na política, certamente é vantajosa para o comércio” (1985, p.437). O que não deixa de ser uma afirmação com grande dose de ingenuidade.

Após condenar insistentemente o “espírito de monopólio” que parece dominar a Inglaterra, Smith sai em defesa do povo inglês contra o interesse dos grandes empresários e manufatureiros ao afirmar que os “interessados sofismas dos manufatureiros e comerciantes” confundiram astutamente o “sentido comum de todo o gênero humano”: “seus interesses, considerados desde este ponto de vista, são contrários aos da imensa massa do povo”, pois eles pretendem o “monopólio do mercado interno” (SMITH, 1985, p.201). É óbvio que o escocês, ao mesmo tempo em que defende proteção para os empresários ingleses, também teme que este protecionismo termine por assegurar o monopólio do mercado interno, fato que representaria uma desvantagem contra os interesses do povo, que não poderia comprar artigos estrangeiros mais baratos.

O mercado interno é, para Adam Smith, muito mais importante que o mercado externo, postulado que não deveria surpreender a ninguém, dadas as condições históricas dominantes.

Como incluí-lo no panteão dos liberais, defensor da globalização capitalista, crítico da intervenção estatal, da abertura dos mercados, entre outras aberrações? Para evitar honestamente essa interessada interpretação dominante, é preciso realizar uma leitura histórica de Adam Smith, ou seja, contextualizada na Inglaterra do século XVIII e dentro das decisões que levaram o Estado inglês a buscar a hegemonia europeia para, depois, se transformar na primeira potência efetivamente global.

Adam Smith apenas anunciou questões cruciais que algumas décadas depois David Ricardo aproveitaria, especialmente a teoria do valor-trabalho. A respeito, Smith estabeleceu que o valor das mercadorias era dado por uma “quantidade abstrata de trabalho” sem, contudo, desenvolver a teoria. Nesse sentido, podemos verificar que Ricardo subiu nos ombros de Adam Smith, na mesma medida em que Marx se beneficiou da teoria do valor-trabalho ricardiana para estabelecer a teoria marxiana do valor-trabalho, pilar de toda sua obra e sem a qual o marxismo ficaria reduzido a pó, incapaz de revelar os mecanismos da exploração capitalista e da alienação do trabalhador. Por isso, insistimos na perspectiva filosófica e moral da obra de Smith e na completa oposição a que ele seja identificado como o primeiro economista e o criador da doutrina liberal. Os defensores desta perspectiva atuam da mesma maneira como William Pitt procedeu quando realizou uma interessada leitura da obra de Smith para fins próprios. Nada de novo, obviamente, pois, ainda hoje, os economistas procedem da mesma forma. Mas nem por isso um estudante de economia culto e com sólida formação histórica deixou de ser uma exigência dos tempos atuais.

Resumo da unidade:

O texto anterior revela a operação ideológica que transformou Adam Smith em defensor do capitalismo, quando na verdade o filósofo moral manifestou profundas preocupações em relação ao poder dos monopólios e os limites do comércio. Deixamos claro que “descontextualizar” Adam Smith das condições históricas às quais estava submetido somente é possível se o economista mantiver a conhecida ignorância sobre a História e o ensino de economia, nos moldes tecnocráticos atuais.

Atividade de Aprendizagem - 2



1) Uma leitura atenta da totalidade das obras de Adam Smith e de Georg Frederich List nos indica uma relação complementar e, portanto, não antagônica, entre o protecionismo e o livre-comércio por parte das nações imperialistas no que se refere ao tratamento concedido ao mercado exterior. Dessa forma, países com um átomo de lucidez combinam políticas protecionistas com determinadas liberdades setoriais, tendo em vista sempre, e tão somente, a defesa da economia nacional e de seu mercado interno, sempre mais valioso e estratégico do que o mercado externo. No entanto, nos países da periferia capitalista, os empresários defendem políticas que denominam de “livre-comércio” e abrem seus mercados para as empresas estrangeiras (multinacionais), realizando o caminho oposto dos países dominantes. Na sua opinião, por que os empresários brasileiros (banqueiros, industriais, latifundiários) defendem exatamente o oposto das políticas praticadas nos Estados Unidos, na China ou nos principais países europeus? Justifique sua resposta.

2) Adam Smith é, sobretudo, um filósofo moral e, como tal, não apenas analisou o caráter das relações de produção, mas também o papel do trabalho na produção da riqueza. Nesse sentido, Smith não só acreditava em uma “ordem natural” jusnaturalista que regularia as ações humanas, mas concedeu também as determinações econômicas e políticas que subjogavam, na transição do feudalismo para o capitalismo, o trabalho ao capital. Nesse contexto, apresente o conceito de “divisão social do trabalho” e os fundamentos de sua teoria do valor-trabalho.

3) Na definição do objeto da economia política, Adam Smith subordina a economia à política e ao interesse nacional. Portanto, aplica rigorosas restrições ao postulado segundo o qual um país sempre deveria “comprar onde é mais barato e vender onde é mais valorizado”. Indique quais são estas restrições e faça uma crítica à política econômica que o Brasil atualmente desenvolve em que valoriza o mercado externo e abre o mercado interno.

4) Adam Smith valorizou o conceito de “divisão social do trabalho” e revelou o caminho da riqueza das nações. Curiosamente, os defensores do liberalismo insistem em apresentá-lo como um defensor do “livre-comércio”, esquecendo-se que a primeira é mais importante que as relações comerciais. Na sua opinião, por que isso ocorre?





3

DAVID RICARDO: A INGLATERRA E A POLÍTICA DO LIVRE-COMÉRCIO

- Nesta unidade, mostraremos a importância da política de livre-comércio para a Inglaterra a partir da obra de David Ricardo, revelando as razões pelas quais aquele país praticou uma política completamente diferente daquela que ainda recomenda aos demais.

“Bom predicador é o que segue suas próprias instruções. É-me mais fácil ensinar a vinte pessoas como devem comportar-se, do que ser uma das vinte, para seguir minha própria doutrina”.

Pórcia, *O mercador de Veneza*, de William Shakespeare (1594). Edições Melhoramentos, Segunda edição, São Paulo.

“Si los librecambistas son incapaces de comprender cómo puede un país enriquecerse a costa de otro, no necesitamos asombrarnos de que los mismos señores comprendan todavía menos que, dentro de un país, una clase se enriquezca a costa de otra”.

Marx, Karl. Sobre el problema del librecombio, p. 554 *Obras Fundamentales*, Tomo 11. FCE, México, 1987.

Os economistas do século XXI padecem do mesmo “vício ricardiano” que os perseguiu desde que David Ricardo, o mais importante economista do século XIX, lançou seus *Princípios de Economia Política e Tributação*. O “vício ricardiano”, segundo Schumpeter, corresponde “[...] ao costume de amontoar uma boa carga de conclusões práticas sobre cimentos débeis e inadequados, ainda que atrativos e até convincentes em sua aparente simplicidade” (SCHUMPETER, 1994, p.1267). Com efeito, observando a quantidade de receitas que os economistas indicam aos governos a partir de postulados sem qualquer sustento teórico e/ou histórico, não podemos deixar de dar razão ao austríaco Schumpeter.

Na atualidade, o debate sobre o livre-comércio não foge à regra: ninguém ainda conhece uma justificativa consistente para apoiar o otimismo reinante diante da possibilidade de implementação da Área de Livre-comércio das Américas (ALCA). Mas a julgar pela opinião de economistas, políticos, empresários, e da grande imprensa, parece não haver alternativa melhor para os povos latino-americanos. Neste contexto, a ALCA é apresentada por seus defensores como a única alternativa possível à superação do subdesenvolvimento e à dependência dos países da região, cuja “crise social”, as classes dominantes dão demonstrações permanentes de que não sabem superar.

Mesmo após uma década de políticas liberais, em que a teoria neoclássica voltou a dominar o mundo universitário e a disciplina dos governos latino-americanos predominou na aplicação de receitas nela inspiradas, a verdade é que muito pouco mudou no quadro social da região. As profundas marcas que caracterizam o subdesenvolvimento e a dependência parecem não se mover e, ao contrário, dão sinais de que se ampliaram. É também verdade que, para os liberais, toda a disciplina indicada e a observância do credo neoclássico não representaram ainda a dose necessária para superar o “excesso de Estado” e a necessária “mudança de mentalidade” que a região necessita após longa indolência derivada do “populismo keynesiano” que predominou em décadas passadas, especialmente na década de 1960.

O que chamamos “Consenso de Washington” é um conjunto de medidas desreguladores das estruturas cambiais, fiscais, financeiras e comerciais que o padrão de acumulação fordista de cambial gerara. No lugar, portanto, das regulações do pós-guerra, como Bretton Woods, câmbio fixo, Welfare-State (impossíveis no capitalismo dependente, que intensificava a sua super-exploração da força de trabalho para responder à nova dinâmica de circulação de capitais), entrou um conjunto de práticas liberalizantes: ajuste fiscal, restrição das políticas sociais do Estado, intensificação da abertura ao capital estrangeiro (oferecendo-lhe amplas concessões e benefícios, inimagináveis ao capital nacional), supressão de qualquer marco regulatório no sistema financeiro, desregulamentação da conta de capitais, liberdade à remessa de lucros, reforma providenciária e tributária (neste, com a descentralização do ICMS e a permissão à uma verdade guerra fiscal entre os estados, origem de um imenso dumping social que condenou à miséria imensa parcela da classe assalariada na América Latina nos anos 1990, com o aumento do desemprego).

Nesse sentido, é impossível provar algo contra as políticas oficiais, posto que, como se trata de um “tipo ideal”, jamais o encontraremos em estado puro na natureza. A propósito, não é por acaso que um representante dessa escola no Brasil afirmava, após longo período de aplicação dessas políticas, que “a doença neoliberal seria um bom remédio, mas lamentavelmente não a contraímos” (CAMPOS, 2000).

Em alguma medida, esse ambiente e esse comportamento não são novos. Em seu tempo, Marx já havia realizado a crítica do que denominou “a crença fetichista das leis do comércio”, capaz de justificar para os economistas de sua época a origem da riqueza de qualquer país. Eram também, segundo o velho mouro, “tempos de sórdida pusilanimidade”. Na mesma medida, [Friederich Engels](#) denunciava “a fé no evangelho do livre câmbio” não somente na Inglaterra, pois o “[...] protecionismo era então a política normal de qualquer país civilizado do ocidente da Europa” destinada a multiplicar o poder da metrópole e criar uma vassalagem mundial a seus pés (MARX;ENGELS, 1987, p.555).

Friedrich Engels, 1820-1895. Principais obras: *O Capital*, *O Manifesto do Partido Comunista*, *As Guerras Camponesas na Alemanha*.

3.1 UMA VELHA POLÊMICA

Visto em perspectiva, constatamos que os economistas são imunes às lições da história, e podemos concluir que há boas razões para tal: uma olhadela no passado liquidaria grande parte das crenças atuais. Na verdade, não seria necessário muito estudo histórico para descartar completamente a fé no livre-comércio; bastaria analisar os jornais atuais sobre a iminência de mais um “fracasso da Rodada de Doha”, ou seja, as insuperáveis dificuldades que impedem um acordo destinado a estabelecer o “paraíso na terra” a partir de medidas liberalizantes do comércio internacional que deveriam ser tomadas entre os países dependentes e os países centrais.

Para analisar os efeitos destes acordos de livre-comércio, recomendamos que assista o documentário “Pequeno Grão de Areia”, disponível no AVEA da disciplina, sobre a defesa do ensino público nas escolas infantis do México, após a assinatura do Tratado de Livre-Comércio com os Estados Unidos.

Palavra do Professor



Ninguém parece questionar: se o livre-comércio é bom para todos, por que o sistema capitalista está baseado no protecionismo? E mais: se uma liberalização completa é essencialmente boa, por que não há indícios de que possa ser adotada?

Uma medida exata do abismo existente entre as “teorias” do livre-comércio e o protecionismo que caracteriza e fundamenta o capitalismo pode ser observada nos noticiários econômicos de 2008 acerca da Rodada de Doha, que se realiza em Genebra. Segundo um jornal especializado, o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, “[...] oferece o mínimo que o texto agrícola na mesa prevê e exige o máximo do que o documento na área industrial propõe, o que é considerado o caminho mais direto para o fracasso [...]” (MOREIRA, 2008). A resistência dos países centrais a abrir seus mercados não deveria espantar a ninguém, pois como anotamos anteriormente, a proteção do mercado nacional é um “segredo” essencial da política comercial inglesa desde os tempos de Adam Smith, que jamais alimentou ilusões acerca do tema.

É preciso insistir no fato de que esse protecionismo não se reduz às áreas consideradas pelos economistas como estratégicas – tecnologia, por exemplo – mas se estende até mesmo para produtos como... bananas!!! As medidas destinadas a liberalizar o comércio da banana – contencioso das negociações desde

1995 quando a Organização Mundial do Comércio foi criada – tornou-se uma peça central para a liberalização do comércio agrícola. Segundo informação recente, “pelo mandato da negociação, os produtos tropicais devem ter corte tarifário de até 85%, portanto maior e mais rápido que de outros produtos agrícolas”. Mas, mesmo para produtos dessa natureza, os países centrais resistem, pois estes já “concedem” benefícios para suas ex-colônias na África, no Caribe e no Pacífico. Por isso, a fruta mais vendida no planeta poderá entrar na Europa, mas a proposta apresentada é de redução gradual da taxa atual de US\$ 278 por tonelada para US\$ 183 em... 2015!

Esse dado nos permite verificar até que ponto vai o protecionismo dos países centrais, e podemos imaginar a resistência que oferecerão em negociações que envolvem alta tecnologia ou a livre circulação da força de trabalho, para recordar apenas dois exemplos considerados “sensíveis”. A cautela que orienta as decisões dos países centrais, tampouco é uma novidade: verificaremos que é a mesma utilizada por David Ricardo quando, no parlamento, apresentou sua proposta de importação de grãos para a Inglaterra.

Mas ainda que a Rodada de Doha terminasse com êxito, ainda assim, caberia perguntar se os resultados seriam bons para os países periféricos. A diplomacia comercial brasileira se notabilizou nos últimos anos no cenário internacional no exercício da liderança dos países periféricos insistindo com o livre-comércio. Na prática, a defesa do livre-comércio não respeita fronteiras partidárias, de tal maneira que os últimos presidentes brasileiros defendem quase que a mesma orientação nos fóruns internacionais. Segundo uma fonte credenciada, “apenas na cúpula de 2001, no Canadá, o então presidente do Brasil estabeleceu as condições da participação ativa do país na Alca. Foi enfático ao afirmar que sem a abertura dos mercados agrícolas, eliminação de barreiras sanitárias e fitossanitárias e regras de defesa comercial não haveria razão em prosseguir na negociação”. O senhor Cavalcanti é o vice-presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, para quem “liderando o G-20, o Brasil logrou com sucesso três objetivos: colocar a negociação agrícola como motor da rodada; estabelecer equilíbrio entre as concessões nas áreas agrícola e industrial; e se credenciar como o mais importante interlocutor entre os países em desenvolvimento, ocupando lugar no centro do processo decisório” (CAVALCANTI, 2008).

O otimismo dos capitalistas brasileiros com a condução da política externa nacional deveria levar em consideração o fato nada desprezível de que não estão sendo convidados para um baile de debutantes. O presidente boliviano

Evo Morales fez importantes advertências sobre o que está realmente em jogo nas negociações da Organização Mundial do Comércio. Segundo Morales, “as negociações na OMC se transformaram em uma briga dos países desenvolvidos para abrir os mercados dos países em desenvolvimento em favor de suas empresas”. (AYMA apud MINGA, 2008). O presidente boliviano recorda a todos que a recente Lei Agrícola (Farm Bill 2008), aprovada no congresso dos Estados Unidos em 22 de maio de 2008, autoriza o governo estadunidense a subsidiar a agricultura com 307 bilhões de dólares nos próximos 5 anos, dos quais 208 bilhões podem ser destinados a programas de alimentação.

Ocorre que um dos pontos centrais para os países periféricos é precisamente – como indica o representante da FIESP – o tema agrícola e o fim dos subsídios nos Estados Unidos e na Europa que, segundo suas próprias palavras, constituem o motor das negociações. Ora, um mês antes do início das negociações em que o fim dos subsídios à agricultura nos países centrais são uma exigência dos países subdesenvolvidos, os Estados Unidos aprovam a possibilidade de o governo utilizar o maior volume de recursos da história de seu país. Alguém pode compartilhar do otimismo da burguesia brasileira expressa nas palavras do representante da FIESP?

Por outro lado, o presidente boliviano Evo Morales alerta para o fato de que os termos do debate no interior da Organização Mundial do Comércio (OMC) deveriam ser inaceitáveis para os países subdesenvolvidos, pois os cortes de tarifas previstos para estes, serão de 40 e 60%, enquanto que, para os países centrais, a média da redução será bem menor: em torno de 25%. É evidente a assimetria em discussão, mas isso parece soar aos leitores como uma imposição natural, quase produto de um mandamento divino contra o qual os pobres homens nada podem.

Mas vamos admitir que nós vivamos no melhor dos mundos possíveis, que a rodada de negociações comerciais é realmente cor-de-rosa, e que nossa diplomacia é suficientemente competente para superar os obstáculos criados pelos Estados metropolitanos e suas multinacionais que se beneficiaram do protecionismo durante os últimos 200 anos, enquanto divulgavam a fé no evangelho do livre-comércio como meio para arruinar os adversários. Vamos, também, admitir que fosse realmente uma conquista para os países subdesenvolvidos garantir livre acesso aos mercados estadunidense e europeu para os produtos agrícolas que produzimos, em troca de concessões no terreno industrial.

Seriam estas metas desejáveis para assegurar um futuro feliz para as nações subdesenvolvidas? Não seria o caso de suspeitar que a conclusão da Rodada de Doha, coroada de êxito com a liberalização completa dos mercados dos países centrais para os produtos agrícolas dos países subdesenvolvidos, e a

conseqüente troca pela diminuição da proteção do mercado interno para os produtos industriais produzidos nos países centrais, terminaria por consagrar uma divisão internacional do trabalho completamente desfavorável para os países da periferia capitalista? Neste caso, o êxito da Rodada de Doha não condenaria os países da periferia capitalista à produção de produtos agrícolas e à renúncia, para sempre, da possibilidade de avançar para níveis superiores da divisão social do trabalho, como pensava Adam Smith para a Inglaterra do século XVIII? Tal êxito não implicaria em maior transferência de riqueza da periferia para o centro do sistema? Não perpetuaria o abismo tecnológico entre países centrais e periféricos?

A Teoria das Trocas de Equivalentes ocultou a possibilidade real de trocas desiguais no comércio internacional. É Raul Prebisch quem recupera, num histórico de 60 anos de comércio exterior da América Latina, o tema das trocas desiguais e da transferência de valor. Esta, por sua vez, foi explicada não como a transferência de tecnologia e de competitividade propalada pelos supostos neo-clássicos (sentido centro-periferia), mas sim a transferência de valor (sabemos que o valor é criado pelo trabalho humano; sabemos que a periferia exporta bens-salários, mais intensivos em trabalho que os bens industrializados que importa, concluímos portanto que a exportação destes bens é a exportação ou transferência de valor) da periferia para o centro.

O alerta do presidente boliviano Evo Morales foi olímpicamente ignorado pela mídia, mas corresponde plenamente à verdade das negociações até o momento: “as negociações na OMC se converteram em um briga dos países desenvolvidos para abrir os mercados dos países em desenvolvimento em favor de suas empresas”. Ao contrário, bastou o presidente Luis Inácio Lula da Silva manifestar seu tradicional “otimismo” para que toda a imprensa desse imensa divulgação: “um bom acordo na Rodada de Doha, que abrisse o mercado da Europa e diminuísse os subsídios americanos, incentivaria a produção de alimentos. Graças a Deus temos terra, sol, água e tecnologia para produzir mais” (NÃO PEÇAM ... 2008). Nesse caso, não estaria o presidente Lula dizendo que devemos nos especializar na produção de alimentos, condenando o país às limitações quando os recursos são abundantes em todas as direções?

No momento em que escrevo estas linhas, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, anuncia o fracasso da Rodada de Doha. Para consumo da chusma, as importações agrícolas foram a causa do desastre, pois os Estados Unidos não aceitaram diminuir os subsídios à agricultura, e a Índia tampouco admitiu a hipótese de arruinar milhões de camponeses que produzem alimento naquele país continental. Um jornalista brasileiro, que acompanhou as negocia-

ções desde que a OMC foi criada em 1995, foi obrigado a reconhecer o elementar sobre a resistência histórica dos indianos: “por que mudaria de tática, se deu certo então e se a Índia só fez crescer explosivamente desde Doha mesmo sem acordo global? Idêntico raciocínio vale para a China: por que seria menos protecionista se cresceu espetacularmente à sombra do protecionismo?” (ROSSI, 2008).

Contudo, as lições da História, e mesmo os acontecimentos recentes, parecem não tirar a fé da diplomacia brasileira e da grande maioria dos empresários que seguem apostando suas esperanças na “feliz conclusão da Rodada de Doha”, ou seja, na abertura dos mercados agrícolas dos países centrais em troca de concessões estratégicas na área industrial. Enfim, o país é dirigido por uma “burguesia sem cabeça” que não repete a trajetória da burguesia dos países centrais, fazendo uma clara opção pelo aprofundamento da dependência. Nas palavras sábias de André Gunder Frank: os empresários brasileiros optaram pelo “desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Palavra do Professor



Por isso, nossa tarefa agora será a de contextualizar o “livre-comércio” da época de David Ricardo, para revelar até que ponto a operação de ocultar a História tem sido fundamental para validar a fé cega na redenção pelo mercado, sugerida pelos principais governos e intelectuais da América Latina. Verificaremos que ignorar a História tem sido um caminho cômodo e interessado para os que ganham com a política de “livre-comércio”, mas demasiado custoso para a maior parte da população dos países periféricos.

3.2 A INGLATERRA DA ÉPOCA RICARDIANA

David Ricardo (1776-1823) é o autor de uma teoria do comércio exterior quando a Inglaterra estava prestes a conquistar a condição de primeira potência capitalista mundial e contava com ampla periferia agrícola à sua inteira disposição em solo europeu.

Palavra do Professor



Não podemos desconsiderar a advertência de John Stuart Mill, para quem “houve um tempo em que eu acreditava que Mr. Ricardo havia sido o autor exclusivo da doutrina, hoje universalmente aceita pelos economistas políticos, sobre a natureza e a medida do benefício que um país deriva de seu comércio exterior. Porém o coronel Torrens, ao publicar novamente um de seus principais escritos, *The Economists Refuted*, tinha estabelecido ao menos uma reivindicação conjunta com Mr. Ricardo no que diz respeito à origem da doutrina, e o direito exclusivo que se considere como o primeiro que a publicou.” A esse respeito, você pode consultar: MILL, John Stuart. *Princípios de Economia Política*, p. 498, Fondo de Cultura Económica, Terceira Reimpressão, 1996, México. Contudo, na correspondência entre Torrens e Ricardo, o primeiro jamais reivindicou a primazia do teorema e, após a morte de Ricardo, manteve-se no fiel grupo dos economistas ricardianos. Você também pode consultar: *Obras Completas de David Ricardo*, Tomo VII e VIII, FCE, México, 1965.

Na época em que publicou sua principal obra, a teoria do comércio exterior foi praticamente ignorada, mas sua teoria do valor foi objeto de grande crítica. É importante dizer que Ricardo jamais formulou a expressão “teoria das vantagens comparativas”, freqüentemente a ele atribuída. Ele estava muito preocupado em criar uma teoria do valor-trabalho, dando continuidade às contribuições de Adam Smith a esse ponto central da economia política inglesa. Por isso, na mesma medida em que Smith começa sua obra com a divisão social do trabalho, Ricardo inicia os *Princípios de Economia Política e Tributação* com a teoria do valor. No que diz respeito à teoria ricardiana do comércio exterior, é importante dizer que sua consagrada formulação nunca constituiu uma *teoria* de validade universal, mas, antes de tudo, uma justificativa ideológica da estratégia de expansão capitalista que destruiu para sempre as limitações do velho colonialismo português e espanhol, limitou a França no território europeu e consolidou as bases do imperialismo inglês.

Ricardo foi também um ativo e respeitado deputado que votou pela primeira vez na Câmara dos Comuns em 1819. A análise desse período não é destituída de interesse e, inclusive, podemos declarar suspeito este freqüente desconhecimento de sua atividade parlamentar. É aqui, em sua atividade parlamentar, que o “homem de teoria” pode ser mais concretamente observado, dois anos após escrever seus *Princípios* em 1817, obra que lhe conferiu imenso prestígio.

Palavra do Professor



É verdade que Ricardo tornou-se um notável por seus escritos anteriores sobre a moeda e a função que deveria cumprir o Banco da Inglaterra no início do século XIX. Veja-se a respeito: RICARDO, David. *Folletos y artículos* (1809-1811) – Obras y correspondencia de David Ricardo, Fondo de Cultura Económica, 1959, México.

Embora a maioria dos historiadores afirme que a grande indústria se consolidou por volta de 1750, é preciso reconhecer que temos simplificado em demasia o mundo com este apego tão cômodo quanto injustificável aos acontecimentos. Na verdade, o capitalismo como sistema somente triunfou em um longo processo que implicou em avanços seguidos de retrocessos importantes. Este processo levou Wallerstein – com boa dose de razão – a duvidar do conceito de “revolução industrial” tal como o senso comum aceita e os manuais de história econômica reproduzem. Ricardo viveu em uma época em que a vantagem da burguesia industrial já existia, mas cujo domínio ainda não era completo. Segundo Marx, a Inglaterra “começa a concorrência com a Europa continental e os Estados Unidos” entre 1815-1830, portanto, exatamente no período parlamentar de Ricardo. Na verdade, Marx certamente refere-se ao fato de que, somente em 1815, a Inglaterra conquista uma vantagem definitiva diante da França, que se intensificará no período assinalado. No mesmo sentido, Engels afirma que “por volta de 1830, a Inglaterra contava já com tudo o necessário para converter-se na ‘oficina do mundo’” (MARX; ENGELS, 1987, p.524). Com efeito, para Wallerstein:

[...] o tratado de Paris de 1763 permitiu que Grã-Bretanha se situasse em uma posição vantajosa para conseguir o que havia estado tentando fazer durante um século: distanciar-se da França de forma decisiva em todos os níveis, econômica, política e militarmente. Não obstante, até 1815 a tarefa estava inconclusa e não foi fácil. (WALLERSTEIN, 1998, p.77)

Portanto, o terreno sobre o qual Ricardo operava ainda era movediço, pouco claro. Este fato não elimina uma conduta – teórica e política – orientada por convicções e interesses que, certamente, sempre lhe acompanharam: os interesses da burguesia industrial.

A vitória das inovações e da técnica moderna ainda não era plena, ainda que já fosse possível perceber que as mudanças seriam estruturais. Mesmo na análise conservadora – na verdade abertamente apologética – podemos constatar que o capitalismo da época de Ricardo convivia com o lento processo pelo qual o capitalismo como sistema tornou-se vitorioso. Segundo Rosemberg e Birdzell,

[...] na Inglaterra, até mesmo em 1829, podia-se duvidar da vantagem econômica dos teares mecânicos, embora houvessem aumentado em número, de 2.400 em 1813 para 55.500 em 1829... No período de 1829 a 1831, havia 225 mil teares manuais e sessenta mil mecânicos no Reino Unido; entre 1844 e 1846, os números eram sessenta mil e 225 mil, respectivamente. (1986, p.167)

O tear manual somente desapareceu de circulação em 1850, ou pouco depois, quando os teares “mecânicos ficaram à altura da produção dos melhores tecidos de algodão” (ROSEMBERG; BIRDZELL, 1986, p.167). Por essa razão, a vida de Ricardo transcorreu em uma época de acirrado conflito social, na qual se enfrentavam, por um lado, as classes subalternas e as dominantes e, de outro, as disputas interburguesas. A atividade parlamentar de Ricardo está marcada pelas vicissitudes dessa disputa e por sua obstinação em afirmar o poder da burguesia industrial e a hegemonia inglesa no mundo. Não estava, nesse sentido, criando uma teoria de validade universal, e muito menos preocupado pela elegância formal de seu “modelo”.

Ricardo era o que chamaríamos atualmente de um “homem do sistema”. Viveu em um período de intensa luta de classes e não vacilou em colocar-se ao lado das classes dominantes. Este fato, contudo, não implica em ignorar sua notável contribuição histórica para a economia política, como Marx reconheceu ao conceder ao inglês o título de maior economista de seu tempo. E todos sabem que Marx tinha um juízo muito crítico a respeito dessa “ciência”, razão pela qual *O Capital*, sua obra magna, leva o subtítulo de *Crítica da economia política*. Acompanhados de historiadores, poderemos observar com mais precisão a real importância de David Ricardo e, para nosso objetivo, o contexto no qual defendeu o “livre-comércio”.

A historiografia inglesa tratou do período no qual Ricardo gozou de imenso prestígio com grande cuidado. Edward Palmer Thompson afirmou que no século anterior as revoltas camponesas eram freqüentes e gozavam de imensa legitimidade. Com certa freqüência, as classes dominantes caracterizavam toda e qualquer rebelião como “motim”, mas o termo era obviamente inadequado – na verdade, ideológico – para dar conta daquela realidade. As revoltas estavam reguladas pelo preço do trigo que, quando se elevava, alimentava o espectro da fome e da rebelião (não é por acaso que Ricardo mantinha preocupação permanente com este assunto para o qual dedicou um de seus mais importantes e desconhecidos ensaios). Mais importante ainda é recordar que essas rebeliões estavam legitimadas, como demonstrou brilhantemente [Karl Polanyi](#), pois somente após 1834 ocorreu a supressão das leis dos pobres que levou junto com ela a supressão do direito à vida. Com efeito,

De [Karl Polanyi](#), recomendamos a leitura do livro *A Grande Transformação: As origens políticas e econômicas de nosso tempo*.

Thompson indica que a luta pelo trigo – cereal que tanto interessou a David Ricardo – estava no centro do conflito entre a vida e a morte. Para Thompson (1998), o livre-comércio foi uma vitória ideológica sem precedentes na história mundial. Antes dessa vitória, a revolta da multidão contra a fome tinha legitimação implícita, ou seja, era portadora de um direito. Enfim, existia a noção da “economia moral dos pobres” e, em consequência, ficava justificada a ação direta para a conquista de seus direitos. Nas palavras de Thompson:

É possível detectar em quase toda a ação popular do século XVIII uma noção legitimadora. Por noção de legitimação, entendo que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo seus direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. (THOMPSON, 1998, p.152)

O historiador inglês indica que a palavra “motim” é demasiado pequena para expressar a luta por este direito, em especial a luta contra a fome. Portanto, a defesa da economia moral pelos pobres, que atualmente soa estranho aos ouvidos dos economistas, era um ponto central da disputa no interior do que generosamente chamamos Revolução Industrial. Lamentavelmente, ainda não temos uma crônica conclusiva da importância desta mudança decisiva na evolução da humanidade, e os economistas parecem ser os mais ignorantes na matéria. David Ricardo viveu no período dessa importante mudança política, econômica, institucional e cultural que afetou a Europa e que logo se estenderia por todo o mundo.

No parlamento, a quantidade de vezes que Ricardo votou com a minoria confirma que era muito pouco flexível em seus princípios, podendo facilmente ser considerado um “radical” na defesa dos interesses manufatureiros. Contudo, é preciso afastar de início a idéia que certa ideologia progressista construiu sobre Ricardo, certamente como um subproduto da ideologia da “Revolução Industrial”, signo do progresso e do avanço. Por esta razão, lemos com frequência que:

[...] como membro do Parlamento, Ricardo defendia a reforma parlamentar, o sufrágio universal e o voto secreto; tinha pontos de vista liberais sobre a reforma do Banco da Inglaterra, moeda, agricultura, assistência aos pobres, tarifas, comércio livre, liberdade de imprensa e de palavra, redução da dívida nacional através de impostos sobre o capital, e rejeição dos direitos sobre os cereais. Muitas das reformas por ele advogadas ser-lhe-iam indubitavelmente prejudiciais, como homem rico que era; ele era, como disse o Professor W.C.Michtell, um “milionário radical”. Jamais um político partidário, lutou pelo bem comum e pelos direitos e liberdades de todas as classes. (BELL, 1976, p.198)

Esta apresentação ultragenerosa de Ricardo somente se explica como resultado do eurocentrismo inerente às interpretações sobre a Revolução Industrial, à emergência do século das luzes e à decadência inexorável do feudalismo. Portanto, pintá-lo como um “milionário radical” e um “político que lutou pelo bem comum de todas as classes” é, sem dúvida, além de eurocentrismo, um exagero sem justificativa. A análise sobre a atuação na Câmara dos Comuns diante do protesto das classes subalternas é suficiente para desfazer essa mitologia sobre David Ricardo.

Creio que é necessária uma importante advertência sobre o prestígio de Ricardo. Quando ele chegou ao parlamento, já gozava, como afirmamos, de grande prestígio em função de sua condição de especialista em moeda. Era freqüente um grande silêncio no parlamento quando ele ocupava a tribuna, e não poucos expressavam seu gozo pelo fato de compartilhar opiniões ou ver seus pleitos aprovados ou referendados pelo economista. Contudo, esse prestígio foi bastante efêmero e, também, muito limitado. David Ricardo morreu em 1823 e, segundo Schumpeter, em “um folheto publicado em 1831 se podia ler que ‘ainda existem alguns ricardianos’” (1994, p.538), ou seja, uma demonstração de que a influência das idéias ricardianas não foi duradoura. O mesmo Schumpeter indica, acertadamente, que a “França, de acordo com sua tradição, se resistiu à influência de Ricardo mais que qualquer outro país” e podemos facilmente concluir que existiam boas razões para tal. Eli Heckscher, que se tornaria conhecido mais tarde pelo teorema que leva seu nome, afirmou que

[...] a teoria ricardiana do comércio exterior não representou, provavelmente, grande coisa para o triunfo do livre câmbio sob o liberalismo. Cientificamente, esta teoria foi, sem dúvida alguma, uma das contribuições mais memoráveis do período clássico da ciência econômica. Porém, era demasiadamente difícil de assimilar, para que pudesse chegar a adquirir importância no plano da discussão pública. No continente, ninguém a compreendeu. E, na própria Inglaterra, ainda que chegou a cobrar, sem dúvida, um relevo decisivo desde o ponto de vista teórico, os debates populares seguiram baseando-se, fundamentalmente, nos estudos anteriores, e principalmente em Adam Smith. (HECKSCHER, 1943, p.774)

Já Ronald Meek, em seu breve estudo sobre o “declínio da economia ricardiana na Inglaterra”, sequer menciona a importância da teoria do comércio exterior, privilegiando, em sua análise, a teoria sobre a renda, o lucro, o salário e a acumulação. Embora qualifique a posição de Schumpeter e Marx como “temporal e subjetiva”, creio que não desconsidera que o prestígio de Ricardo resistiu após 1830 e, se logrou, foi apenas marginalmente (MEEK, 1971). As considerações de Meek são compreensíveis se levarmos em conta o minucioso estudo de Marx sobre esse período e aquilo que o grande crítico da economia política denominou a “dissolução da escola ricardiana”. Com efeito, Marx observa que:

O período que vai de 1820 a 1830 é o período metafisicamente mais importante na história da economia política inglesa. Rompem-se teoricamente lanças em pró e contra a teoria ricardiana (e surge) uma série de obras polêmicas anônimas... Contudo, é ao mesmo tempo uma característica das obras a que nos referimos o fato que todas elas girem somente, na realidade, em torno da determinação do conceito de valor e de sua relação com o capital. (MARX, 1980, p.93)

Portanto, podemos concluir que a teoria do valor era mesmo o núcleo decisivo desse debate, que somente será retomado décadas após pelo próprio Marx quando erigirá sob os fundamentos ricardianos sua própria teoria do valor.

Palavra do Professor



Marx é particularmente mordaz em relação aos ricardianos, especialmente a McCulloch, que se manteve fiel a Ricardo após 1823. Analisando uma quantidade enorme de materiais, em grande medida recolhidos em suas teorias sobre a mais-valia, Marx adota a caracterização que John Wilson faz desse personagem, denominando-o de “incrível sapateiro remendão” que, ao cultivar a memória de Ricardo, cometeu contra estes abusos absurdos que pioraram aspectos não de todo ruim do grande economista. Marx o critica, sobretudo, porque McCulloch ignora por completo estudos anônimos importantes que, segundo ele, representam um progresso notável com respeito a Ricardo. Você pode ler mais sobre esse assunto em: MARX, Karl. *Teorias de la plusvalía*. México: FCE, 1980. p.212.

Por que, então, Ricardo, que era reconhecido como o pai do “livre-comércio”, não foi adotado por todos os países? Ora, porque seus postulados nunca representaram uma teoria de validade universal que, em economia, rigorosamente é de impossível existência. Mas o motivo fundamental era que todos sabiam, e a experiência histórica comprovava que o protecionismo era a chave do êxito de qualquer nação que se definia como civilizada.

3.3 A LÓGICA DOS TRATADOS COMERCIAIS

A análise da evolução francesa é crucial para uma melhor avaliação da perspectiva ricardiana, pois a França acreditou nas bondades do livre-comércio em 1 de julho de 1786, quando assinou o Tratado de Éden que permitiu aos ingleses provarem o bom vinho francês e aos franceses usarem os tecidos ingleses, tal como estabeleceria Ricardo em 1817 nos *Princípios de Economia Política e Tributação*. Na verdade, a Inglaterra somente aplicava nesse caso a experiência de um tratado semelhante colocado em prática com Portugal em 1703, o Tratado de Methuen. Conforme Adam Smith no seu *A riqueza das Nações*:

O entendimento do significado destas trocas internacionais para o desenvolvimento do capitalismo industrial na Inglaterra passa pelo estudo do comércio triangular, verdadeira instituição da economia colonial que liga os centros de desenvolvimento capitalista às suas periferias de desenvolvimento do subdesenvolvimento capitalista. Sobre o comércio triangular e a integração de América Latina, Ásia e África ao capitalismo comercial e industrial, recomendamos a leitura de *Capitalismo e Escravidão*, de Eric Williams.

Não obstante isso, o referido Tratado tem sido enaltecido como uma obra-prima da política comercial da Inglaterra. Portugal recebe anualmente do Brasil maior quantidade de ouro do que pode empregar no seu comércio interior, tanto na forma de moeda ou de baixelas de ouro ou prata. O excedente é excessivamente valioso para permanecer ocioso e encerrado nos corres, e, por não conseguir mercado vantajoso no país, deve, não obstante qualquer proibição, ser enviado ao exterior e trocado por alguma coisa que encontre um mercado mais vantajoso no país. Grande parcela do mesmo é anualmente enviada à Inglaterra, em troca de mercadorias inglesas ou das mercadorias de outras nações européias que recebem seus retornos através da Inglaterra. (SMITH, 1985, p.41)

Ora, os três artigos do Tratado de Methuen foram suficientes para liquidar o potencial têxtil de Portugal, inundando o país com os tecidos ingleses. Já nessa época, os vinhos portugueses eram consumidos na Inglaterra “pagando somente duas terças partes dos impostos que pagavam a introdução dos da França, que são os únicos que podem fazer maior concorrência aos portugueses” (SMITH, 1985, p.41).

Segundo Wallerstein, (1984, p.265) “os efeitos de Methuen foram imediatos. Em uma década, as importações portuguesas de Inglaterra se duplicaram, enquanto suas exportações somente aumentaram em 40 por cento. O tratado aniquilou a ‘nascente’ indústria têxtil”.

Palavra do Professor

Na verdade, os efeitos foram muito mais profundos. Bagú escreveu um extraordinário livro no qual indica que com Pombal (1750-1777) “dois terços das necessidades materiais de Portugal são satisfeitas pela Inglaterra, que é também dona absoluta do comércio interno português e que dirige seu comércio internacional mediante agentes ingleses” (BAGÚ, 1992, p.137). A estratégia de Pombal, destinada a recuperar o mercado interno, somente mostrou resultados em 1780 quando a balança comercial entre os dois países pendeu favoravelmente para Portugal; ainda assim, o “reformismo pombalino” foi breve. Na relação com a Espanha, as vantagens inglesas não são menores: “mais cruelmente desfavoráveis são os tratados de 1665 e 1667 com Grã-Bretanha, pelos quais a Espanha renuncia à perseguição dos que introduzem mercadorias por meios fraudulentos, com o qual o contrabando britânico no próprio solo hispânico recebe proteção diplomática [...]. Com o tratado de Utrecht, o capital britânico logra algo ainda mais precioso: ingressar legalmente na fortaleza colonial. Assinado em 1713, legaliza o tráfico negreiro nas colônias hispânicas sob responsabilidade dos britânicos e dá a estes um dos mais poderosos instrumentos de penetração econômica na vida colonial, porque a mão de obra negra é – e será ainda mais após o tratado – um dos principais motores da produção nacional” (BAGÚ, 1992, p.130-131,137). Você pode ler mais a esse respeito em: BAGÚ, Sérgio. *Economía de la sociedad colonial*. Ensayo de historia comparada de América Latina. Grijalbo: México, 1992.

E por que a Inglaterra não comprava o vinho francês, sabidamente mais barato que o português? Ora, todos sabem a razão:

A vantagem do vinho português sobre o vinho francês para a Inglaterra era que, ainda que aquele era mais caro, não tinha que ser pago em metais preciosos, como no caso da França, dada a magnitude das exportações de tecidos ingleses a Portugal. Talvez custasse mais ao consumidor inglês, porém os interesses burgueses de Inglaterra saíam ganhando. O comércio do vinho não era realmente muito vantajoso para Portugal. Ademais de seu impacto negativo sobre as manufaturas, o próprio comércio estava “em grande parte controlado pelos interesses ingleses, que levavam a maior parte dos lucros”. (1984, p.266)

Contudo, no teorema de Ricardo, há uma omissão estratégica: e se a troca é desigual, como o país de menor produtividade poderá arcar com as despesas? Ora, todos sabemos também a resposta: contraindo dívidas! No caso de Portugal, isso não seria necessário porque o ouro brasileiro sustentaria o caráter deficitário da balança comercial em análise. O próprio Adam Smith alertava sobre as importantes consequências dos Tratados ao afirmar que:

[...] ainda que estes tratados sejam vantajosos para os mercadores e fabricantes do país favorecido, são necessariamente contrários aos do concessionário. Com eles se confere ao estrangeiro um monopólio contra o nacional, e seus nacionais terão que comprar os bens estrangeiros que necessitem muito mais caros que se todas as demais nações intervissem na livre concorrência. (SMITH, 1985, p.484)

O artigo segundo do Tratado de Methuen afirma que a Grã-Bretanha fica obrigada a receber o vinho português “existindo paz ou guerra entre a França e a Inglaterra” (SMITH, 1985, p.485), numa clara preocupação dos portugueses diante da possibilidade de um acordo entre as duas potências, sinalizando que a disputa que seria vencida finalmente pela Inglaterra em 1815 havia começado há muito tempo atrás. As vitórias na economia mundial não se assemelham às vitórias de boxeadores; são efetivamente lentas. Muito lentas...

Outra omissão importante em Adam Smith e David Ricardo, como também na maioria dos analistas, diz respeito ao cenário conflituoso existente na virada do século XVII entre Inglaterra e França, e as implicações geopolíticas impostas a Portugal. Com efeito, a assinatura de um Tratado com tantas implicações futuras não ocorreu sem intensas ameaças e ações militares por parte da Inglaterra, de tal forma que não se tratava apenas de assinar um tratado de “livre-comércio”. Há grande conveniência dos políticos e capitalistas em denominar acordo de “livre-comércio” o que, na verdade, é a própria disputa pelo domínio econômico e político mundial.

No Tratado de Methuen – talvez a mais famosa peça da diplomacia comercial inglesa – estava em jogo muito mais do que a troca entre têxtil e vinhos. E mesmo no que diz respeito a esta troca em particular, os economistas ocultam propositalmente dados importantes que permitem visualizar os verdadeiros interesses em jogo. A respeito, Noya Pinto nos oferece dados que não podem ser esquecidos como, por exemplo, a quantidade de vinho importado pela Inglaterra desde Portugal após a assinatura do Tratado, conforme indica a tabela abaixo.

Tabela 1 – Percentual de vinhos pela Inglaterra segundo a origem (1675 – 1712):

ANOS	FRANÇA	PORTUGAL	ESPANHA
1700	2,9	32,7	52,5
1701	9,3	34,5	45,6
1702	9,4	37,5	40,5
1703	1,6	75,4	2,8
1704	3,2	65,7	8,6
1705	6,8	63,6	14,4
1706	3,4	60,5	24,7
1710	1,1	42,0	36,9

Fonte: elaborado a partir dos dados de Noya Pinto (1979).

É possível observar que na exata medida em que se configura a quebra da indústria têxtil portuguesa em função da importação de tecidos ingleses – fato que ocorreu em poucos anos – a Inglaterra voltou a comprar a mesma quantidade de vinhos de Portugal que comprava antes da assinatura do Tratado. Enfim, fica claro que o propósito era o fim da industrialização portuguesa e a supremacia inglesa nesse ramo. Como foi possível que os negociadores portugueses não se deram conta do que estava em jogo? O mesmo Noya Pinto afirma não haver dúvidas

[...] de que o tratado correspondeu às aspirações individuais. V.M. Godinho resalta as atividades econômicas do duque de Cardaval (presidente do Conselho de Justiça) e do marquês de Alegrete (presidente do Conselho de Finanças), ambos proprietários fundiários e produtores de vinho. Por outro lado, mercadores ingleses, em número crescente, residiam em Portugal, sobretudo no Porto, dedicando-se ao comércio em geral, e em particular ao do vinho. Entre estes mercadores, destaca-se um irmão de John Methuen. Além de dominarem o comércio, estes mercadores ingleses estavam interessados na carga de retorno para a Inglaterra dos navios que desembarcavam as manufaturas em Portugal, e a grande mercadoria para o retorno era, sem dúvida, o vinho. (NOYA PINTO, 1979, p.37 e 38)

A estratégia destinada a criar uma divisão internacional do trabalho, favorável aos ingleses e aplicada contra os portugueses, foi, obviamente, realizada a partir do suposto de que o livre-comércio é amplamente favorável para os dois países. O Tratado de Éden repetia o caminho já realizado pelos ingleses e, como sabemos, destruiu também em poucos anos a indústria têxtil francesa. Fernand Braudel registra que na França “havia quem ainda se deixasse embalar pela esperança de que a concorrência inglesa precipitasse as necessárias transformações, alimentasse o movimento que já aclimatara na França certos aperfeiçoamentos da indústria inglesa” (BRAUDEL, 1996, p.352). Braudel indica também que o setor dos lanifícios suportou a concorrência sem sofrer muito, mas o mesmo não ocorreu com o algodão que, como sabemos, era a chave da transformação em curso.

Palavra do Professor



A perspectiva braudeliana confere importância crucial a outros fatores que terminariam por conferir a liderança mundial à Inglaterra e aponta razões para o atraso econômico da França no início do século XIX, indicando que há outras provas além do “duvidoso tratado de Éden para se afirmar que antes de 1786 os dados estavam lançados, que a Inglaterra já tinha o domínio da economia mundial” (BRAUDEL, 1996, p.353). De todas as formas, indica que a “França só respira através de Londres o ar do vasto mundo”.

Para Braudel, o tratado assinado em 26 de novembro de 1786, que recebeu o nome do negociador inglês, alimentava a ilusão, por parte dos franceses, de eliminar o contrabando que enriquecia comerciantes sem baixar os preços das mercadorias. Como se observou, tratava-se de ilusões.

Confirmando a perspectiva indicada por Braudel sobre as ilusões que sempre acompanham o clima prévio à assinatura de acordos dessa natureza, Wallerstein afirma que:

[...] o tratado de Éden, ao abrir o mercado francês, tornou possível que os fabricantes ingleses alcançassem as economias de escala que permitiram aos britânicos reduzir seus preços nos Estados Unidos (e presumivelmente em outras partes) [...] Esperava-se que a desvantagem francesa no algodão compensasse de algum modo pelas vantagens da França nos vinhos, mas, não foi assim. Os ingleses, ainda que comprassem mais vinho francês, não compraram tanto quanto se esperava. A “crise” provocada pelo tratado de Éden supostamente causou uma decadência no mercado interno francês. Em consequência, ainda que os produtores de vinho fossem partidários naturais e de fato das políticas de livre-comércio encarnadas no tratado, sua situação não melhorou materialmente. Os preços do vinho haviam estado caindo desde 1777 e alcançaram seu ponto mais baixo em 1786, ainda se mantiveram em baixo nível até 1791. Nos violentos aumentos de preço dos cereais ocorridos em 1788 e 1789, se produziu uma caída da renda dos vinicultores que lhes provocou uma

baixa de 40% no poder aquisitivo [...] Não é estranho que esta “terrível” crise do setor manufatureiro, em coincidência com preços muitos elevados dos cereais e o pão, “provasse a revolução”. (WALLERTEIN, 1984, p.129)

Em 1793 – passados pouco mais de seis anos de sua assinatura e considerando a “falta de popularidade” do tratado – a Convenção, que teve origem na Revolução Francesa, o desconheceu formalmente e a França voltou ao caminho civilizado do protecionismo. Em que medida esse período consolidou as vantagens inglesas diante da França não tem sido considerado pelos historiadores, que preferem razões de mais longa duração, como a consolidação de um Estado, a população, o tamanho do território, etc. Mas não pode haver dúvidas de que os efeitos do tratado cobraram seu preço.

Contudo, as tentativas de a Inglaterra impor os tratados aos outros países da Europa e/ou, ainda, às suas colônias não cessou. No dia 9 de junho de 1881, muitas décadas após a morte de Ricardo, o debate sobre as vantagens do livre-câmbio voltaram ao Parlamento (se é que em algum momento deixou de estar presente). Mr. Monck apresentou na Câmara dos Comuns uma proposta segundo a qual “não se considerará satisfatório nenhum tratado comercial com a França em que não se objetive o desenvolvimento de relações de comércio entre ambos os países por meio de uma nova redução das tarifas aduaneiras” (ENGELS, 1987, p.523, 525). Essa proposta, obviamente, visava à redução das tarifas aduaneiras na França.

Não havia sido o único tratado entre as duas candidatas à hegemonia da economia mundial. Em 1860, como se não tivesse tirado lições da história, a França voltou a assinar outro tratado comercial – agora o de Cobden – em que os franceses renunciavam à proteção tarifária em nome de impostos que não podiam exceder a 30% do valor da mercadoria. Em contrapartida, a Inglaterra permitiria a entrada de mercadorias francesas livremente. O resultado foi o mesmo anterior, pois desatou acirrada concorrência no mercado francês – que era decisivo para a Inglaterra – e mal arranhou os interesses ingleses.

Naquele mesmo ano, Engels concluía algo elementar quando comparava a situação dos Estados Unidos com a Inglaterra ao afirmar que o primeiro,

[...] se encontra em uma fase de desenvolvimento em que a implantação da produção fabril constitui uma necessidade nacional. Assim o demonstra, sobretudo, o fato de que é os Estados Unidos, e não Inglaterra, o país que marcha na cabeça no que respeita à invenção de máquinas destinadas a poupar mão-de-obra. Os inventos estadunidenses substituem dia após dia as patentes e a maquinaria inglesas. Inglaterra importa máquinas estadunidenses para quase todos os ramos industriais [...]. Sendo assim, haverá razões para pensar que um país como este expõe sua

jovem indústria ascendente a uma longa e dura luta de concorrência com a veterana indústria inglesa, quando, ao cabo de um breve período protecionista de uns vinte anos, digamos, pode colocar-se imediatamente ao nível de qualquer competidor? (ENGELS, 1987, p.525-526)

Por essa razão, Engels vaticinou com acerto que “as tarifas protecionistas constituem um meio para fabricar artificialmente fabricantes” (ENGELS, 1987, p.568), e, como anunciamos na primeira parte deste trabalho, as recomendações de Alexander Hamilton, em funcionamento desde 1790, já tinha produzido os resultados esperados que tornariam os Estados Unidos a locomotiva do capitalismo no início do século seguinte.

Palavra do Professor

Visto em perspectiva, um estudante de economia pode aceitar as ilusões que todos os dias são vendidas pela grande imprensa, e repetidas pelos economistas, como se estivéssemos diante de uma possibilidade que jamais produziu outro resultado que não a sujeição das nações periféricas? Por que razão os tratados discutidos atualmente produziram efeitos distintos daqueles que observamos historicamente?

3.4 DAVID RICARDO NO PARLAMENTO

Sobre a atuação de Ricardo no parlamento, devemos observar sempre pelo menos três aspectos – a reforma parlamentar, a “questão social” e o “livre-comércio” – que serão essenciais para apresentar um quadro bastante diferente daquele que, com frequência, se lê acerca da votação progressista de David Ricardo. Esgotada a questão do livre-comércio, observaremos agora seu comportamento sobre a **reforma parlamentar**, instrumento decisivo para outorgar legitimação social ao governo e impedir o protesto das classes subalternas.

Em carta a Trower, antes mesmo de entrar no Parlamento, Ricardo afirmava que “se pudesse entrar no Parlamento sem muita dificuldade, o faria. Não seria nem Whig nem Tory, senão que procuraria fomentar quaisquer medidas que pudessem ajudar-nos a ter um bom governo” (RICARDO, 1963, p.174). E assim seguiu durante os cinco anos que lá permaneceu, alimentando certa independência, especialmente em relação ao governo. Contudo, essa “independência” em relação aos partidos não se verificava em relação às disputas centrais de seu tempo, que sempre lhe encontravam do lado das classes dominantes. Ele mesmo se definia como um “reformista”, e Trower, assim como seus demais amigos, o considerava o “mais incorruptível dos patriotas” (RICARDO, 1963, p.177).

Thomas Robert Malthus, 1766 – 1834. Principais obras: *Ensaio Sobre o Princípio da População* (1798), *Princípios de Economia Política* (1820) e *Definições em Economia Política* (1827).

Mas essas eram apenas opiniões dos amigos, os mesmos que o convenceram e articularam sua eleição para a Câmara dos Comuns. Em grande medida, a preocupação central de Ricardo era a política comercial inglesa, e nesta, como em outros aspectos econômicos, o inglês afirmava que “a Câmara não devia olhar para a direita nem para a esquerda, mas como o povo da Inglaterra, em conjunto, pode empregar melhor seu capital e seu trabalho” (RICARDO, 1963, p.66). Nesse caso, Ricardo expõe os interesses da burguesia inglesa como se estes pudessem representar os interesses da sociedade em seu “conjunto”. Sobre o sufrágio universal, por exemplo, matéria que o colocava entre os “reformistas”, escreveu a [Malthus](#) – que sempre encarou com completa desconfiança qualquer reforma – com extrema prudência, insistindo que: “convenho com você que seria mais prudente pedir o menos amplo, e também convenho com você que com nossa atual experiência não deveríamos nos aventurar na aplicação do sufrágio universal se o obtivéssemos” (RICARDO, 1963, p.180). O fato de Ricardo ser, provavelmente, o mais avançado entre os “ricardianos” – como se pode comprovar nas longas cartas trocadas, especialmente com Trower e Malthus, acerca da reforma parlamentar - não o deixa em melhor situação.

Nos conhecidos *Dois escritos sobre a reforma parlamentar*, um dos quais publicado somente após sua morte, mas muito provavelmente escritos em 1818, observamos uma posição muito crítica com relação à aristocracia, pois, segundo ele, “a Câmara dos Comuns não é designada pelo povo, mas pelos Pares e pela rica aristocracia do país” cuja consequência seria “um pacto entre a aristocracia e a monarquia: e todo o poder e a influência que dá o governo se repartem entre elas”. Mais adiante, faz uma importante mediação, afastando-se do sufrágio universal, ao afirmar que:

[...] minha opinião é favorável à cautela, e por consequência lamento que se fale tanto de sufrágio universal. Estou convencido de que a ampliação do sufrágio, sem chegar próximo do universal, garantiria substancialmente ao povo o bom governo que deseja, e em consequência condeno a petição da universalidade do direito do sufrágio; ao mesmo tempo, tenho uma confiança [...] que, em um pequeno espaço de tempo, depois de concedida esta primeira medida para a reforma, poderíamos, com maior segurança, estender a todas as classes do povo o direito de votar os membros do Parlamento. (RICARDO, 1963, p.323, 327)

Segundo Ricardo, (1963, p.181) “a questão da reforma se dividia, em si mesma, em três aspectos: primeiro, a extensão do sufrágio; segundo, o modo de eleição; e terceiro, a duração dos Parlamentos”. Mesmo quando chegou a afirmar que o sistema era “ilegal”, nunca deixou dúvidas de que o fundamental da reforma era o voto secreto no lugar do voto aberto: “se fizéssemos isso, teríamos uma Câmara dos Comuns que representaria bem o povo” (RICARDO, 1963, p.181).

A leitura atenta desses documentos nos permite sublinhar dois aspectos. O primeiro deles era sua firme convicção de que o governo de então não era mais do que um compromisso entre a aristocracia e a Coroa. Nesse contexto, o voto secreto seria a forma de evitar a manipulação que os eleitores sofriam e, mais importante ainda, representava condição indispensável para a extensão do voto e o período parlamentar, sem o qual a manipulação permaneceria. Creio, contudo, que o mais importante era levar para dentro do Parlamento a pressão dos “de baixo”, que sempre se manifestavam de maneira muito contundente a cada nova reivindicação. Não podemos esquecer que uma preocupação constante na Câmara dos Comuns era a “penúria agrícola”. Com razão, Ricardo perguntava: “era conveniente que se recorresse constantemente a comícios públicos nos distritos e em outras partes, com a finalidade de colocar freios aos procedimentos da Câmara dos Comuns?” (RICARDO, 1963, p.183).

Em carta a Mill, argüiu que a boa seleção dos representantes era precisamente o que pretendia com sua reforma, e foi bem claro sobre a estratégia geral:

[...] se para lográ-lo tenho que reduzir o direito de voto a limites mais estreitos, declaro disposto a fazê-lo assim, porém estou persuadido de que teríamos maiores probabilidades de alcançar nosso objetivo, e nos exporíamos e menos perigos de outra espécie, se estendêssemos o direito de voto, não universalmente a todo o povo, mas sim a muitos dos que ninguém possa supor que tenham interesse em alterar o direito de propriedade. (RICARDO, 1963, p.243)

Palavra do Professor



Esses “perigos de outra espécie” podem ser melhor entendidos se levarmos em consideração um pequeno artigo de Marx, escrito em 28 de janeiro de 1862, acerca dos comícios operários na Inglaterra:

nenhuma inovação importante, nenhuma medida decisiva foi levada a cabo neste país sem que exercesse pressão de fora, que a oposição requeresse contra o governo, ou que o governo requeresse contra a oposição. Por pressão de fora, o inglês entende grandes demonstrações populares extra-parlamentares, que sem dúvida, não podem ser efetuadas sem a animada colaboração da classe operária. Pitt soube como empregar as massas contra os whigs em sua guerra antijacobina. A emancipação católica, a Lei da Reforma, a abolição das leis cerealeiras, a Lei das Dez Horas [...]: todos foram fruto de violentas demonstrações extra-parlamentares, nas quais a classe operária, incitada as vezes de forma artificial, as vezes atuando de maneira espontânea, ora como *persona dramatis*, ora como coro, desempenhou a parte principal ou, de acordo com as circunstâncias, a parte mais belicosa (MARX; ENGELS, 1946, p.xx).

Você pode ler mais a esse respeito em: MARX, Karl. Um mitin de obreros em Londres, em MARX Karl; ENGELS, Friedrich. *La guerra civil em los Estados Unidos*. Argentina, 1946.

Como se observa, Marx tinha outra concepção sobre o bom comportamento da classe operária inglesa, bastante distinta daquela apresentada por Ricardo.

Ricardo assumiu posição mais clara ainda sobre seu verdadeiro objetivo poucos meses antes de sua morte (setembro), mais precisamente em 23 de maio de 1823, quando ocorreu um banquete comemorativo da reforma eleitoral em Westminster. Com efeito, as notas taquigráficas indicam que,

[...] em sua opinião seria garantia suficiente de bom governo se o direito de voto se estendesse não mais que aos contribuintes que pagam impostos diretos, o que se chama com justiça país de família [...]. Não estamos na situação de outros países, que para conseguir estes benefícios, se viram obrigados a passar por todos os horrores de uma revolução. Estamos em situação tão feliz, que somente se necessitava uma reforma racional e factível para termos a posse de todos os bens que necessitamos. Não faltavam aqueles que argüiam que se conseguissem uma Câmara dos Comuns como a que desejava, deixaria de existir a Coroa e a aristocracia. Não acreditava. Considerava o povo deste país muito vinculado a suas instituições [...]. Os ingleses não são por natureza, muito fixados na mudança, não são um povo rebelde; pelo contrário, inclusive suportavam os abusos por muito tempo. (RICARDO, 1963, p.314)

A “Lei sobre a reforma do direito de sufrágio” foi finalmente votada pelo Parlamento, e ratificada por Guilherme IV, somente em 7 de junho de 1832. A “prudência ricardiana” venceu, e os representantes da burguesia industrial quebraram o monopólio político da aristocracia financeira e dos proprietários de terra na Câmara dos Comuns.

Esta lei entregou aos comerciantes e aos industriais, que davam sua fisionomia ao partido liberal e o dirigiam, os distritos eleitorais das grandes cidades e da maioria das zonas em que se encontrava encravada a indústria; mas a força da aristocracia se manteve intocável no campo e na maior parte das pequenas cidades. (MAYER, 1979)

Enquanto isso, o proletariado e a pequena burguesia, forças motoras da reforma, não obtiveram representação. Os defensores de Ricardo naturalmente podem afirmar que ele não pode ser responsabilizado pelos resultados da reforma que defendeu. Mas não poderiam igualmente negar que o projeto de classe ao qual pertenceu, enquadrava-se na cômoda perspectiva indicada por Marx alguns anos depois: “é mesmo muito fácil ser liberal a custa da Idade Média”.

3.5 RICARDO E A QUESTÃO SOCIAL

Analisemos agora talvez o ponto mais sensível para Ricardo e o verdadeiro calcanhar de Aquiles de todo liberal, ou seja, a “questão social”. David Ricardo foi contemporâneo de Robert Owen. Com razão, Marx observa que “no período ricardiano da Economia Política nasce ao mesmo tempo o antagonismo do comunismo (Owen) [...]” (MARX; ENGELS, 1980, p.212). David Ricardo possuía plena consciência deste antagonismo, pois, em 16 de dezembro de

1819, considerou que “estava totalmente em guerra com o sistema do senhor Owen, baseado em uma teoria incongruente com os princípios da economia política e, em sua opinião, destinado a produzir à comunidade infinitos danos” (RICARDO, 1963, p.19). Segundo as mesmas notas taquigráficas, Owen é considerado nada menos do que “inimigo da economia política”.

Famoso por suas tentativas de lograr justiça social exatamente quando o sistema capitalista avançava a passos largos para o domínio do mercado mundial e a proletarização de milhões de trabalhadores em toda a Europa, Owen aparece algumas vezes nos discursos de Ricardo. É nessa condição que ele se aproveita das pretensões igualitárias de Owen para avançar em seus propósitos e estabelecer uma racionalidade econômica em assuntos políticos. Veremos que não sem certo oportunismo.

Não era fácil, naqueles tempos, conseguir o trabalhador assalariado posto que o “mercado de trabalho” ainda não estava plenamente constituído. Segundo Polanyi, isso somente ocorreria quando as leis dos pobres fossem eliminadas na Inglaterra, em 1834: “Somente em 1834 se estabeleceu na Inglaterra um mercado competitivo de mão-de-obra; portanto, não se pode afirmar que antes desta data existisse o capitalismo industrial como um sistema social” (POLANYI, 1994, p.91-92). Uma vez estabelecido o mercado de trabalho, não restou alternativa a não ser a realização de uma sorte de digestão moral da pobreza e a concomitante afirmação das leis da economia política como inexoráveis. O fim das leis dos pobres era o início dessa grande transformação e a luta pelo preço do trigo estava no centro dela. Por isso, e somente assim, podemos entender a preocupação sempre presente em Ricardo sobre o preço do trigo.

A eliminação da Lei dos Pobres (não de forma brusca mas sim gradativa, constante e planejada, como propunha David Ricardo) significou a impossibilidade da manutenção social da vida para muitos mendigos, carentes e assistidos pelo Estado e pela Igreja. Esta impossibilidade foi o impulso material à venda da força de trabalho no mercado (o mercado de trabalho). Para se ter uma compreensão dos efeitos de uma tal medida nos dias atuais, pense nas consequências (sociais, econômicas e políticas) da supressão das políticas públicas de transferência de renda no Brasil, por exemplo.

Nesse contexto, o conflito se configurava em torno da eficácia ou não das leis dos pobres, que garantiam às famílias pagamento em dinheiro por parte do Estado. É óbvio que tal subsídio contribuía, ainda que marginalmente, com o aumento da dívida estatal, contra a qual Ricardo se levantou na advertência da primeira edição dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, além de

manter firme vigilância enquanto membro do parlamento. Em geral, estava radicalmente contra as guerras que permitiam ao soberano gastar de maneira imprudente, mas é igualmente verdadeiro que um de seus objetivos centrais era a crítica contra a lei dos pobres. Em carta a Mill, afirma categoricamente que “sempre estive contra as leis de beneficência, e contra todo sistema que fomente um excessivo crescimento demográfico” (RICARDO, 1963, p.237).

Em grande medida, as posições de Ricardo acerca das leis de beneficência correspondem àquelas apresentadas por Malthus anos antes. Como sabemos, a posição de Malthus estava dirigida a criar um mercado de trabalho livre; para tal, os fundos estatais destinados às paróquias eram combatidos com fé exemplar. Para Malthus, se as leis de beneficência eram prejudiciais à Inglaterra, eram ainda piores para os pobres. É possível verificar que o conservadorismo vigente no mundo e, especialmente, na América Latina, nas duas últimas décadas do século XX, encontra amparo em muitas das reflexões de Malthus, elaboradas no final do século XVIII para a Inglaterra, e dirigidas contra os direitos dos pobres.

Não é minha incumbência explicar agora quais são estes direitos; porém, existe um direito que o homem sempre acreditou possuir: o direito a subsistência quando seu trabalho não basta para adquiri-la. É certo que nossas leis dizem que tem este direito, e obriga a sociedade dar emprego e alimentos a aqueles que não podem obtê-los no mercado ordinário; porém, ao fazê-lo desta maneira, tentam subverter as leis da natureza e em conseqüência é de esperar, não somente que fracassem em seu objetivo, senão que os pobres, aos quais se tenta beneficiar, sofrerão cruelmente em função do engano desumano a que são objeto. (MALTHUS, 1986, p.467)

Robert Malthus foi, digamos, absolutamente explícito sobre algumas teses que atualmente possuem grande popularidade entre os economistas, ao afirmar, por exemplo, que “na vida humana, com muita freqüência, temos a obrigação de submeter-nos a um mal menor para evitar outro maior” (MALTHUS, 1986, p.468). Afinal, não é essa mesma lógica que preside o discurso dos economistas quando assumem que pior que o duro remédio para controlar a inflação, são os efeitos da própria inflação? O cuidado com o qual Ricardo proporá o fim da proteção aos proprietários de terra em seu país guarda íntima relação com o método proposto por Malthus para eliminar o direito à vida, que governou a Inglaterra por décadas.

Por essa razão, Malthus adiantou que uma reforma necessária para a melhoria da sociedade inglesa consistia em estabelecer o fim da caridade para os filhos dos pobres a partir de determinada data e, especialmente, para os filhos ilegítimos dos pobres. Essencialmente, o esforço malthusiano consistia em eliminar o direito dos pobres ao sustento público garantido pelos repasses das paróquias.

É importante assinalar que Malthus responsabilizava essa situação como a origem da dívida pública, questão que também vai ocupar David Ricardo.

Por isso, quando um plano de Robert Owen destinado a combater a pobreza foi analisado por uma Comissão do Parlamento, David Ricardo manifestou, na oportunidade, claro ceticismo diante da esperança de “melhorar a situação das classes inferiores” mesmo que, pelo menos formalmente, manifestava grande apreço pela preocupação do Sr. Owen em prezar pela saúde dos pobres da mesma maneira que Malthus (RICARDO, 1963, p.303). Enfim, a solução para a grave questão social – que somente se agravou com a longa crise do período feudal e não encontraria uma solução satisfatória nos marcos do capitalismo (menos ainda durante os horrores da Revolução Industrial inglesa) – sempre encontrou em Ricardo, o parlamentar de Portarlington, sensibilidade de classe. Ou seja, somente o processo de acumulação de capital poderia, segundo sua crença, resolver o problema da pobreza. Como sabemos, tratava-se, no melhor dos casos, de uma ilusão burguesa que o tempo demonstraria de forma cabal.

Os tecedores de algodão, por exemplo, introduziram, no dia 29 de junho de 1820, uma moção solicitando a nomeação de uma Comissão Parlamentar para estudar os meios “de aliviar a deplorável situação dos fabricantes de gêneros de algodão” e sugeriam a criação de um imposto sobre “uma máquina de tear mecânico” que “competia com o tear individual e solicitava a aplicação de fundos públicos a proporcionar terras àqueles que não conseguissem trabalho para seus teares”.

O deputado Maxwell afirmava que

o capital do homem pobre, que consiste no trabalho de suas mãos, tem que suportar o peso dos impostos, dado que estão tributados os artigos sem os quais não poderia existir; enquanto o grande capital do manufatureiro rico, que este investiu na máquina, lhe permitia evadir toda contribuição sobre as utilidades. (RICARDO, 1963, p.43)

Qual foi a posição do deputado por Portarlington? Ricardo afirmou que o dever do Governo era “propiciar o maior desenvolvimento possível da indústria. Isso somente se faz suprimindo os obstáculos que se haviam criado”. A intervenção do Governo, se acontecesse, causaria danos e não benefícios.

O trabalho assalariado foi implantado através de uma longa luta do capital sobre o trabalho, em que o primeiro teve de realizar a digestão moral da pobreza até sua implantação definitiva. Em maio de 1821, o senhor Scarlett apresentou uma moção que emendava a Lei dos Pobres em três aspectos:

- a) fixar o máximo da contribuição aos pobres pelo volume do ano anterior;
- b) evitar a ajuda paroquial quando os interessados fundassem sua petição somente em não poder conseguir trabalho; e
- c) abandonar a faculdade de habilitar juízes para ordenar o deslocamento de indigentes.

Ricardo manifestou-se favorável, obviamente. Seus argumentos eram todos dirigidos a criar um mercado de trabalho ainda inexistente, alegando que, “o trabalho, em vez de ser pago pelos patrões com salários, se pagava com a contribuição paroquial para ajuda aos pobres”. O projeto previa, segundo ele, que ao “trabalhador lhe pagasse seu patrão salários justos, em lugar de transferi-los a contribuição dos pobres”. Ricardo afirmou que a consequência desse projeto era “regular pela demanda o preço do trabalho, e este era um objetivo que se desejava muito” (RICARDO, 1963, p.72-73).

Enfim, Ricardo lutou para instituir na Inglaterra aquilo que Marx chamaria de “escravidão moderna”, ou seja, o regime de trabalho assalariado. Mas essa conquista, considerada histórica por muitos marxistas, eliminaria também o *direito à vida*, uma vez que, a partir de então, os trabalhadores eram livres para vender sua força de trabalho para quem pretendessem, desde que existisse alguém disposto a comprá-la.

O regime de trabalho assalariado somente foi possível com a anulação histórica das outras formas de reprodução social. Esta anulação passou pela supressão da Lei dos Pobres, pela Política dos Cercamentos e pela destruição econômica e extra-econômica das organizações artesanais e autônomas. O trabalho assalariado é um dos fundamentos do Modo de Produção Capitalista: coaduna-se à Propriedade Privada, à extração de mais-valia e à função do Estado capitalista na função material de reprodução sistêmica do Modo de Produção Capitalista. Estas estruturas condicionam a super-estrutura social (cultura, religião, família, Direito, Universidade), sendo delas causa e efeito.

3.6 A TEORIA DO VALOR DE DAVID RICARDO

Finalmente, veremos algumas reflexões adicionais sobre o livre-comércio com enfoque na teoria do valor. Ricardo apresenta, no capítulo VII de seus *Princípios*, uma teoria do comércio exterior. Os economistas atuais dizem que a “teoria das vantagens comparativas” possui extração ricardiana, mas nós observaremos como o inglês está bastante longe desta perspectiva, ainda que na postulação vulgar que aparece nos manuais de economia internacional, em voga nas faculdades de economia, poderemos encontrar vários aspectos de sua teoria do comércio exterior (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

A grande questão ausente na recuperação da teoria ricardiana do comércio exterior consiste no fato de que existe uma possibilidade não explorada pelo inglês no controvertido capítulo VII dos *Princípios*. Ricardo estabelece ali que “o trabalho de 100 ingleses não pode ser trocado pelo trabalho de 80 ingleses, mas o produto do trabalho de 100 ingleses pode ser trocado pelo produto do trabalho de 80 portugueses, 60 russos, ou 120 indianos” (RICARDO, 1959, p.103). Aqui fica claramente estabelecida a possibilidade da *troca desigual* que, não obstante, David Ricardo desconsidera completamente como problema teórico e político. É preciso considerar que o exemplo invocado pelo inglês, em 1817, é produto de uma experiência concreta de seu país: o famoso Tratado de Methuen, celebrado entre Inglaterra e Portugal em 1703, ou seja, um século antes. Nesse tratado, Portugal renunciou à possibilidade de desenvolver a indústria têxtil em troca da exportação de vinhos para a Inglaterra e, entre outras razões, foi uma decisão importante para condená-lo à condição de país periférico na Europa.

No exemplo oferecido convenientemente por Ricardo, Portugal aparece como um país que possui *vantagens absolutas*, ou seja, produz vinho com o trabalho de 80 homens da mesma forma que necessita do trabalho de 90 homens para produzir tecido. No lado oposto, os ingleses necessitariam de 100 homens por ano para produzir tecido, enquanto gastariam 120 homens para produzir vinho. É óbvio, no exemplo fictício criado por Ricardo, que Portugal aparece como um país desenvolvido, enquanto a Inglaterra figura como país subdesenvolvido, posto que é menos produtiva com relação aos dois produtos indicados. Contudo, Ricardo indica que há uma limitação importante em seu sistema: os capitalistas ingleses, por razões imaginárias ou não, manifestam muita cautela para dirigir-se a outros países, configurando, na prática, a absoluta impossibilidade da circulação internacional do capital. Assim, na *impossibilidade de circulação internacional dos capitais*, a conclusão lógica de Ricardo é que cada país teria que escolher aquele produto em que economizaria mais trabalho, quando comparado com o outro.

Não foi a falta de talento dos portugueses no desenvolvimento da indústria têxtil, ou a falta de condições dos ingleses na produção do vinho, que finalmente conduziram às decisões respectivas; ao contrário, essas decisões são resultado lógico do exemplo que Ricardo criou para suas próprias conveniências. É indiscutível que foram as limitações ideológicas de Ricardo – ou seja, sua defesa incondicional dos interesses ingleses – as responsáveis por finalmente lhe permitirem romper com as exigências impostas por sua própria teoria do valor estabelecida na abertura de seu famoso livro.

O fato de os economistas modernos indicarem a teoria das vantagens comparativas como a única alternativa possível para os países periféricos – como se as condições que possuem para a produção de tal ou qual produto fossem uma decorrência direta das benesses da natureza – é produto da falta de honestidade que orienta a profissão. Mais precisamente: atualmente, invocar a famosa “teoria das vantagens comparativas”, ou atribuir a Ricardo sua autoria, não passa de um recurso destinado a justificar os interesses dos capitalistas, vinculados à exportação em nome dos interesses nacionais. Em resumo, apresentar os interesses dos exportadores como se efetivamente fossem os interesses de toda a nação.

Outro aspecto decisivo é que aquela situação que para Ricardo era apenas uma simulação transformou-se, para os economistas da periferia capitalista, como o Brasil, em uma verdadeira lei de bronze. E os economistas interessados em consagrar o lucro comercial, a despeito dos prejuízos que possam causar à riqueza do país, transformaram o exercício ricardiano em uma regra que ninguém pode violar. É significativo que, em uma nota de pé de página, Ricardo chame a atenção para o fato nada desprezível de que um país que tenha eventualmente vantagem considerável, tanto em matéria de maquinaria quanto em habilidade técnica, produziria mais artigos com menor quantidade de trabalho e, em consequência, poderia também importar mais cereais, ainda que o fizesse podendo produzir em solo próprio, com menor quantidade de trabalho.

Ocorre que os economistas que afirmam a inspiração ricardiana da suposta “teoria das vantagens comparativas” esquecem por completo a teoria do valor-trabalho de Ricardo e adotam outro marco teórico-metodológico: na verdade, substituem a teoria do valor-trabalho por uma “teoria” baseada na *dotação de fatores*. Rigorosamente, apenas emprestam o nome da teoria ricardiana – vantagens comparativas – para subvertê-la completamente, tirando dela a sua principal virtude (a teoria do valor) e não deixando sequer um rastro do contexto histórico em que o inglês a formulou. Esse tipo de falsificação é comum, e podemos observá-la inclusive nos manuais mais respeitadas que abundam

nas faculdades de economia, nos quais produtividade do trabalho e “vantagem comparativa” estão articuladas com o intuito de manter a credibilidade ricardiana, mas iludindo a lei do valor.

O próprio termo “dotação de fatores” não encontra qualquer justificativa teórica na obra de Ricardo. O estudo de seu capítulo sobre comércio exterior revela não haver sequer “fatores” envolvidos, mas somente um fator, o trabalho.

E em que consiste a teoria do valor de Ricardo?

Em primeiro lugar, é importante reconhecer a contribuição de Adam Smith sobre essa questão decisiva do sistema capitalista atual. O tema não era novo na tradição da economia política inglesa e ocupava a atenção de todos aqueles interessados em explicar a origem da riqueza. Os fisiocratas defendiam que a riqueza tinha origem na terra. Sem pretensão de esgotar os exemplos, Petty afirmou que a riqueza tinha origem na terra e no trabalho. Foi Smith quem afirmou que uma mercadoria era produto de uma determinada quantidade de trabalho; foi inclusive mais longe ao afirmar que esta quantidade de trabalho contida nas mercadorias era uma “noção abstrata”, que poderíamos traduzir como uma “quantidade abstrata de trabalho”, formulação muito próxima daquela apresentada, muito tempo depois, por Marx.

É de Marx a consideração a respeito de que Adam Smith seria o grande responsável pela conversão do trabalho de uma categoria econômica (origem e fonte do valor somente sob determinadas condições, como o trabalho sobre a terra) a uma categoria filosófica (trabalho humano, produtivo e improdutivo, sob quaisquer condições).

O trabalho era, para Smith, o preço real de toda mercadoria, enquanto a moeda era apenas seu preço nominal. Nas palavras do escocês: “fica, pois, evidente que o trabalho é a única medida universal e a única medida precisa de valor, ou seja, o único padrão através do qual podemos comparar os valores de mercadorias diferentes, em todos os tempos e em todos os lugares” (SMITH, 1985, p.68). Este não é o momento para fazer uma leitura minuciosa da teoria do valor de Smith, que somente pode ser realizada com a consulta direta em sua importante obra; a intenção é sublinhar que, antes de Ricardo, foi o escocês quem abriu uma imensa perspectiva para elucidar problemas que se arrastavam por décadas no debate sobre a economia política.

Nesse contexto, qual o mérito de Ricardo?

Ricardo priorizou o tema do valor, razão pela qual o primeiro capítulo de seu livro está destinado à teoria do valor-trabalho, valendo-se do caminho pavimentado por Smith, que dedicou o primeiro capítulo da *Riqueza das Nações* à divisão social do trabalho. Assim, Ricardo argumentou que o valor de uma mercadoria dependia da “quantidade relativa de trabalho que é necessária para sua produção”. Este princípio, que pode parecer evidente para a maioria dos economistas contemporâneos, foi, de fato, uma imensa conquista histórica, que será devidamente reconhecida por Marx algumas décadas depois, posto que a partir dessa noção é que se estrutura uma teoria objetiva do valor, anterior à “teoria” subjetiva do valor defendida pelos neoclássicos. Contudo, é precisamente este princípio ricardiano que impede o economista de afirmar que a formação do preço se dá a partir da “lei da oferta e da demanda”. Ricardo foi explícito a respeito: “A opinião de que o preço das mercadorias depende somente da proporção entre oferta e demanda, ou entre demanda e oferta, se transformou em um axioma da Economia Política, e tem sido fonte de muitos erros nesta ciência.” (RICARDO, 1959, p.285). Enfim, “é o custo de produção que deve regular em última instância o preço das mercadorias e não, como se tem afirmado com frequência, a proporção entre a oferta e a demanda”.

No capítulo em que Ricardo faz a importante distinção entre valor e riqueza, podemos ler que “a riqueza difere essencialmente do valor, já que este não depende da abundância, mas da facilidade ou dificuldade da produção” (RICARDO, 1963, p.205). Enfim, a obra de Ricardo está repleta de trechos reafirmando este princípio decisivo da economia capitalista.

Palavra do Professor



Mas vale fazer uma importante observação: neste texto apenas anunciamos o princípio da teoria do valor-trabalho, que somente pode ser observado na plenitude na consulta direta à obra de David Ricardo.

Finalmente, vamos insistir em alguns aspectos do comportamento político de Ricardo, quase sempre desconhecidos dos economistas. Sua atuação parlamentar não deixou de ser singular. Em questões econômicas, ninguém possuía mais notabilidade que Ricardo em função de seus longos anos de estudo sobre as questões monetárias. Nesse terreno, chama a atenção – para o objeto de nossa análise – que não poucas vezes ele teve de interromper seu discurso para responder à pergunta de outros parlamentares: “de que planeta você chegou?” Nosso esforço se resume em

mostrar que, para Ricardo, o livre-comércio não era mais do que “livre-comércio de grãos”, ou “livre câmbio cerealeiro”.

Palavra do Professor

A esse respeito, Blaug adverte que o “[...] modelo se propunha a demonstrar a inconveniência das leis de grãos, que protegiam os cultivadores de trigo britânicos proibindo o trigo estrangeiro exceto nos anos de preços muito elevados. As restrições impostas à importação de trigo barato tendem a reduzir a taxa de benefício, ao obrigar a expansão rápida do cultivo a terras cada vez menos férteis dentro do país” (BLAUG, 1985, p.xx). É claro que Ricardo está descartando os impactos da revolução tecnológica na agricultura.

Esta questão fica bastante clara quando se consulta o *Informe sobre a proteção da agricultura*, obra publicada em abril de 1822. O preço do trigo figura sempre entre as preocupações centrais da obra ricardiana, e mais importante ainda é sua opinião sobre o valor desse produto:

Quando falo sobre o valor do trigo, me refiro a algo um tanto diferente de seu preço; quando sobe seu valor, de maneira geral sobe seu preço, e subirá sempre se o dinheiro, no qual se calcula constantemente o preço, tivesse um valor invariável. Porém o trigo pode não variar em relação com todas as demais coisas, pode não ser resultado de uma quantidade de trabalho maior ou menor, e não obstante pode subir ou baixar o preço, porque o dinheiro pode ser mais abundante e mais barato, ou mais escasso e mais caro. Nada tem menos importância, no que diz respeito aos lucros e riqueza, que a alta ou a baixa do preço do trigo quando o dinheiro segue com seu valor fixo e invariável. (RICARDO, 1963, p.174)

Ricardo foi talvez o primeiro a estabelecer a contradição entre lucro e salário e, em consequência, sua defesa da desvalorização dos salários o levava, inevitavelmente, à defesa da importação de trigo. O único caminho era a defesa do livre-comércio! Em suas próprias palavras: o estabelecimento do “[...] que pode chamar-se um comércio substancialmente livre do trigo” (RICARDO, 1963, p.197). Portanto, Ricardo defendeu para a Inglaterra o livre-comércio **somente** para o trigo, nada mais! Os economistas contemporâneos – especialmente aqueles que vivem e trabalham nos países subdesenvolvidos como o Brasil – estenderam para todo e qualquer produto aquela regra. Dessa forma esquecem as recomendações expressas de Adam Smith e reafirmadas por David Ricardo tempos depois. Não podemos creditar esse comportamento somente às deficiências de formação intelectual; creio que, em grande medida, é uma posição que expressa a mais rasa charlatanice destinada a enriquecer

exportadores, jamais um caminho seguro para a riqueza da nação.

Portanto, o apoio histórico para a teoria das “vantagens comparativas” de Ricardo era evidente, como era evidente também que o “teorema” era o único caminho para a grandeza da Grã-Bretanha. Uma vez que seu reinado foi efêmero, que se limitou à Inglaterra e que, no fundo, se tratava de aplicar um estrito protecionismo enquanto pregava o livre-comércio aos adversários, podemos nos perguntar sobre a importância da ideologia do livre-comércio como arma fundamental dos impérios. **Seria muito diferente a proposta da ALCA, impulsionada pelos Estados Unidos, para a América Latina diante dos exemplos históricos aqui considerados?** Sim e não.

3.7 O QUE RICARDO ENTENDIA POR LIVRE-COMÉRCIO?

Nesse sentido, avançamos nossa primeira hipótese, ou seja, o *livre-comércio de Ricardo era um “livre câmbio cerealista”*. Com razão, Blaug afirma que

o modelo se propunha a demonstrar a inconveniência das leis de grãos, que protegiam cultivadores de trigo britânicos proibindo o trigo estrangeiro exceto nos anos de preços muito elevados. As restrições a importação de trigo barato *tendem* a reduzir a taxa de benefício, ao obrigar a expansão rápida do cultivo a terras cada vez menos férteis dentro do país. (BLAUG, 1985, p.149)

Na verdade, todo o esforço teórico desenvolvido por David Ricardo consistia em demonstrar que “o livre-comércio aumenta o bem-estar e que a revogação das leis de grãos permitiria que um país como Grã-Bretanha colhera o benefício de sua vantagem comparativa nas manufaturas” (BLAUG, 1985, p.149). Mas nós agora sabemos que as leis de grãos somente foram revogadas na Inglaterra em 1846, razão pela qual se pode concluir que o esforço ricardiano não teve consequências práticas imediatas. Contudo, como reforça Blaug, se por um lado Ricardo não conseguiu revogá-las, por outro, a defesa que realizou desse objetivo ajudou “[...] a fazer do livre-comércio um objetivo popular da política britânica” (BLAUG, 1985, p.183).

David Ricardo, de fato, votava no parlamento contra toda tentativa de abrir o setor manufatureiro, da mesma forma que se opunha a toda tentativa de construção de máquinas nas colônias; é preciso ter sempre presente que a Inglaterra proibiu a venda de máquinas para outros países até 1843, tamanho era o zelo que mantinha pelas conquistas tecnológicas. Era capaz de votar a criação de toda comissão para analisar um determinado problema ou demanda social,

mas não vacilava em utilizar extrema cautela em assuntos relativos aos operários e camponeses, quando manifestava uma atitude claramente conservadora.

A idéia de que o economista defendia uma ampla liberdade de comércio parece exalar de seu próprio discurso, mas basta levar em consideração as objeções que sofria por parte de outros membros do parlamento, para dar-se conta do endereço certo de suas propostas.

Palavra do Professor



Em carta a Malthus, datada de 25 de maio de 1818, antes mesmo de entrar no parlamento, Ricardo se autodefinia como “reformista” no que se refere ao sistema político de representação. Em outra carta, agora dirigida a Trower, Ricardo expõe no que consiste a reforma: “estender o voto aos *casatenentes* [proprietários que pagam impostos], em limitar em um ano a duração do Parlamento, e efetuar a eleição por cédula.” Na mesma carta Ricardo não vacila no diagnóstico afirmando que a Câmara dos Comuns [...] em realidade representa a aristocracia ou, melhor dito, a uma reduzida oligarquia, mas de nenhum modo o povo” (RICARDO, 1963, p. 182). Contudo, creio que a áurea de que se tratava de um progressista lhe confere um comentário de Marx quando menciona que “poderia utilizar Ricardo contra os interesses da aristocracia [...] Posfácio de El Capital.

Exatamente pela razão de que falava de tal forma que deixava a impressão que somente existiam leis na Inglaterra protegendo os proprietários de terra, que são eloqüentes os reparos de outros deputados – neste caso o deputado Brougham – quando indicavam que os ingleses “nos encontramos em um estado social em que temos manufaturas de quase todas as classes, protegidas de todas as maneiras possíveis, até mesmo com disposições delitivas para impedir que as matérias-primas saiam do país com objetivo de ajudar, desta forma, a manufatura nacional” (RICARDO, 1961, p.36).

Portanto, sua luta pelo fim das leis cerealistas – que somente desapareceriam em 1846 –, realmente foi tão central em sua atuação quanto em seus escritos iniciais, mas, ainda assim, sua proposta foi sempre muito cautelosa. Um exemplo notável desta cautela – mesmo em um tema em que ele sempre foi considerado um “radical” – foi a liberalização da importação de grãos, expressa na proposta para reduzir os impostos sobre a importação da malta, na qual o parlamentar propõe a eliminação das tarifas protecionistas, mas com garantia de tarifa para os primeiros dez anos. Após esse período, para cada ano diminuía 1 libra, de tal maneira que somente ao final de 20 anos a tarifa de 20 libras seria finalmente extinta.

Portanto, a idéia segundo a qual o livre-comércio se opunha ao mercantilismo não passa de uma operação puramente ideológica. Essa mitologia sobre o livre-comércio permitiu, inclusive, que se observasse essa política como antagônica ao mercantilismo, sistema necessariamente fechado, improdutivo, limitante das possibilidades dos Estados e seus povos. Contudo, devemos considerar este enfoque como ideológico.

O insuspeito Eli Heckscher vai inclusive mais longe, quando afirma que:

enfocada desde certos pontos de vista, a teoria do livre câmbio é a antítese mais estrita do mercantilismo. Pois bem, apesar disto e por paradoxal que possa parecer, o livre câmbio era, no que se refere às suas premissas, uma teoria tão apegada ao interesses do próprio país como o mercantilismo. Seu cosmopolitismo se transluzia somente nas conclusões a que chegava. (HECKSCHER, 1943, p.460)

Mais adiante, concluiu: “os teóricos do livre câmbio entendiam que era o interesse do seu próprio país o que impunha o livre intercâmbio com outras nações”. Afirmava ainda que “no aspecto da política econômica, o mais importante do livre câmbio é, da mesma forma, sua tendência a justificar-se com o interesse bem entendido do próprio país. Sem isto, não havia tido tampouco grande porvenir em um país como Inglaterra”. No mesmo ritmo, e para não deixar dúvidas, Heckscher afirma que “não cabia dúvidas: o fator primordial decisivo na política era, tanto para os livre cambistas como para os mercantilistas, o interesse do próprio país. Não era aqui onde residia a diferença” (HECKSCHER, 1943, p.460).

Os países que rivalizavam com a Inglaterra pela hegemonia européia e o controle do mundo jamais se enganaram a respeito das reais intenções inglesas. Os franceses, por exemplo, nunca abandonaram a suspeita de que os ingleses contribuíam para práticas de *dumping*, embora alimentassem a fé no livre-comércio. Segundo fonte citada por Wallerstein,

os ingleses vendem seus produtos a preços muito baixos, inclusive mais baixos que aqueles a que os especuladores franceses, que compram suas mercadorias na Inglaterra, podem vendê-los sem perdas, o que me leva a crer que recebem ajuda confidencial do governo. Sabemos que este é seu método para arruinar a indústria dos países nos quais conseguiram introduzir suas mercadorias. (WALLERSTEIN, 1984, p.127)

Neste caso, o Governo inglês efetua uma dupla ajuda a sua indústria: *dumping* e subsídio.

Outra questão importante é que a Inglaterra nunca se limitou a acordos com um único país. Por esta razão, a Grã-Bretanha estimulou acordos comerciais com

vários países entre 1785 e 1793, período anterior à guerra com a França, forçando negociações com Portugal, Espanha, Prússia, Holanda, etc.

Ricardo pertence à época definida brilhantemente por Karl Polanyi como a “grande transformação”, e não vacilou em colocar-se ao lado ou mesmo liderar no parlamento a luta contra a lei de proteção aos pobres, as compensações derivadas do desemprego, da introdução do tear mecânico, dos subsídios agrícolas, etc. Muitas vezes, aceitamos o caráter progressista de sua obra a partir de uma leitura de *O Capital* que o próprio Marx não autorizaria, senão com extrema cautela.

A situação inglesa poderia ser assim resumida: a miséria no campo é profunda e o parlamento se dedica a estudar a causa do fenômeno. Aumentar os impostos é sempre a saída mais fácil proposta pelo governo. Ricardo se opõe sistematicamente. O governo cria um Fundo de Amortização, na verdade, uma autorização para gastos que Ricardo quer destinar ao pagamento da dívida pública.

Com frequência se diz que Ricardo era totalmente a favor da abertura dos portos para a importação inglesa de grãos. Sua posição, como sempre, é muito cautelosa. É claro que sempre lutou contra o protecionismo férreo que orientava o Estado britânico na defesa dos proprietários de terra, mas tal posição não autoriza a idéia segundo a qual era plenamente favorável a abertura dos portos. Ricardo sabia o desastre que semelhante medida produziria em seu país. Um exemplo definitivo de sua cautelosa posição, podemos observar quando a Câmara dos Comuns analisou o Informe da Comissão, datado em 1 de abril de 1822, sobre a penúria agrícola, principal tema durante o período em que David Ricardo esteve como deputado por Portarlington. A respeito, Ricardo foi enfático em afirmar que “acreditava que os agricultores eram a classe mais angustiada do país e a que mais cruelmente sofria” (RICARDO, 1963, p.100). O mais importante economista inglês não aceitava o fato de que “quando sobem os preços em consequência de uma má colheita, e quando os agricultores deveriam ter uma compensação, seus lucros diminuía e se permitia entrar o trigo de todas as partes do mundo” (RICARDO, 1963, p.100).

Antes de votar o plano apresentado pelo governo através de Lord Londonderry, Ricardo anunciou um conjunto de medidas que poderíamos caracterizar de extrema moderação sobre o que atualmente se entende por “livre-comércio”, precisamente em defesa dos proprietários de terra. Na prática, tudo se resumia a um sistema de controle de preços nacionais que supõe uma produtividade média mundial que pressionaria os preços nacionais no sentido de maior produtividade. Sua resolução continha cinco pontos, e o segundo deles deixava absolutamente clara a prudência que indiquei anteriormente: tanto o trigo, o centeio e a cevada pagariam direitos de importação ainda consideráveis.

Palavra do Professor



Não creio que exista algo mais definitivo para caracterizar a distância entre o postulado geral em “favor de livre-comércio” que está presente nos *Princípios de Economia Política e Tributação* e sua prática como destemido representante na Câmara. Afasta-se para sempre – espero – a ingênua idéia de que a abertura dos portos era uma medida imediata, sem compensações, em proveito da nação e outras bobagens que comumente se associam a David Ricardo. Ele era, antes de defensor da Economia Política, um inglês! Ou, em termos mais adequados: ele desenhou a Economia Política e dela tornou-se seu mais notável defensor, adequando-a aos interesses nacionais da Inglaterra e de seu projeto hegemônico.

Na maioria das vezes, a leitura que fazemos de David Ricardo está filtrada pelo tratamento marxiano reservado ao notável economista inglês. Nesse contexto, Ricardo aparece como sendo expressão do progresso burguês, uma espécie de consciência pura em uma Inglaterra já completamente burguesa, berço da Revolução Industrial e soberana no mercado mundial.

Uma apreciação de conjunto nos obriga a concluir que o capitalismo jamais conseguiu cumprir suas promessas tão bem sintetizadas no lema da Revolução Francesa (igualdade, liberdade, fraternidade).

3.8 EPÍLOGO: LIVRE-COMÉRCIO OU INTERCÂMBIO DESIGUAL?

Você pode ler mais a esse respeito em: OURIQUES, Nildo. *Teoria da dependência: uma história crítica*. Tese de Doutorado, UNAM, México, 1994.

Raul Prebisch, 1901 – 1986. Principais obras: *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Seus Principais Problemas* (1949), *Crescimento, Desiquilíbrio e Disparidades: Interpretação do processo de desenvolvimento econômico* (1950) e *Capitalismo Periférico: Crise e Transformação* (1981).

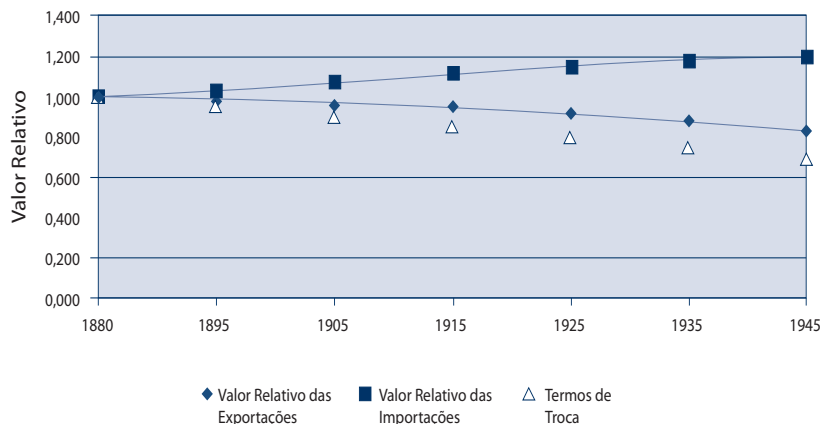
Os latino-americanos parecem não gozar de boa memória. A longa história da conquista do mundo pelos europeus – em grande medida graças a políticas de livre-comércio – voltou a ser o credo dominante entre os economistas da periferia capitalista de tal forma que nem parece que foi aqui na América Latina que a melhor crítica aos postulados liberais surgiu. Não poderei recuperar aqui esta longa história, mas é essencial recordar seus pilares fundamentais, ainda que rapidamente. Wallerstein afirma que “a troca desigual é uma prática antiga. O que é notável no capitalismo como sistema histórico é a maneira como essa troca desigual pôde ser escondida; foi tão bem escondida que até mesmo os oponentes confessos do sistema só começaram a desvelá-la, de forma sistemática, quinhentos anos depois” (WALLERSTEIN, 1995, p.29).

A primeira crítica à teoria ricardiana do comércio exterior é indubitavelmente de [Raul Prebisch](#) que observou que na relação das trocas internacionais a América Latina estava submetida ao que denominou “deterioração dos termos

de troca”. Observando a evolução de uma série de preços das mercadorias exportadas pela região, entre 1870 e 1930, Prebisch verificou que, quando comparada com a evolução dos preços das mercadorias importadas, sempre restava um saldo favorável para os países centrais. Esta simples observação constitui um fato revolucionário para o pensamento econômico latino-americano, que apenas começava a esboçar seus primeiros passos.

A deterioração dos termos de troca é uma importante contribuição de Raul Prebisch para o estudo das origens da dependência latino-americana. Ela seria efeito da estrutura desigual do mercado internacional e levaria ao agravamento das trocas desiguais em perspectiva histórica. Reduzida a sua origem à natureza dos produtos envolvidos na troca (como fizera a CEPAL e seus principais teóricos), o diagnóstico básico de sua superação veio a ser a industrialização, que na América Latina deu-se, em termos gerais, via substituição de importações e através dos gastos do Estado. A permanência da dependência (aliás, seu agravamento) mesmo realizada a industrialização ensina que a causa desta deterioração não está na natureza dos produtos envolvidos nas trocas, mas sim na natureza das relações de produção destes produtos, isto é, na manutenção da super-exploração da força de trabalho.

Gráfico: A Dinâmica Histórica da Deterioração dos Termos de Troca na América Latina.



Fonte: dados reunidos a partir da leitura da obra “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Seus Principais Problemas”, de Raul Prebisch.

Os escritos da primeira e segunda fase da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), lamentavelmente, são desconhecidos da maioria absoluta dos professores de economia e, por extensão, também dos estudantes e dos políticos. Mas não podemos esquecer que a contribuição cepalina é decisiva para entender o desenvolvimento do capitalismo e a evolução do pensamento econômico na América Latina. Sem exageros, é possível afirmar

que o papel reservado à economia clássica na Inglaterra tem seu equivalente nos escritos dessa instituição para os latino-americanos.

Sobre o significado teórico da teoria do desenvolvimento da CEPAL e acerca do corolário político desta, recomendamos a leitura do artigo *Industrialização Dependente e Teorias do Desenvolvimento na América Latina*, de Luís Felipe Aires Magalhães. Este artigo está no AVEA da disciplina, e é importantíssimo para o complemento da leitura.

Palavra do Professor

Para obter mais informações a esse respeito, você pode consultar a página do Escritório da CEPAL em Brasília: <http://www.eclac.org>

Raul Prebisch, ao negar validade para a teoria ricardiana do comércio exterior, deu uma contribuição revolucionária para o pensamento econômico na América Latina e para toda a periferia capitalista. É verdade, igualmente, que sua construção também representava um projeto ideológico na medida em que reservava à burguesia industrial um papel preponderante na industrialização da região, como o grande projeto que finalmente terminaria com a deterioração dos termos de troca. Vimos, com o passar do tempo, que a industrialização, como também todas as reformas preconizadas pelo economista argentino e referendadas pela Cepal, foram claramente insuficientes.

Palavra do Professor

Não podemos desenvolver aqui toda a rica trajetória de Raul Prebisch, mas, em defesa do autor, podemos afirmar que terminou sua vida alimentando forte ceticismo em relação às suas próprias convicções e, em um ato de extrema honestidade intelectual, afirmou categoricamente que o socialismo era a única saída. Veja-se a este respeito: *Capitalismo periférico. Crisis y transformación*. Fondo de Cultura Económica, 1992, México.

É desta insuficiência que partiram os marxistas e sua análise do intercâmbio desigual, revelando dois aspectos fundamentais da economia política dominante. O primeiro refere-se à **natureza desigual do intercâmbio de mercadorias**, mecanismo de ampla aceitação nos estudos de orientação marxista. O segundo, e certamente mais controvertido, refere-se à **superexploração da força de trabalho** como uma decorrência necessária das trocas desiguais, formulada pela primeira vez por **Ruy Mauro Marini** no clássico *Dialética da Dependência*.

MARINI, Ruy Mauro.
Dialética da Dependência.
Editora Vozes: Petrópolis,
2001.

O domínio da categoria de super-exploração da força de trabalho é essencial para se entender o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e seu caráter dependente. Dentro de uma formação econômica e social *sui generis*, o capitalismo latino-americano busca reverter suas debilidades e contradições históricas (deterioração dos termos de troca, transferência de valor, dissociação da esfera da produção de capital da esfera de circulação de capital) através de um mecanismo que retro-alimenta: a super-exploração da força de trabalho, que é o pagamento à classe trabalhadora de uma remuneração que não lhe cobre o tempo de trabalho socialmente necessário para reproduzir-se, não lhe garante sua reprodução social, está aquém de suas necessidades. Concretamente, esta sub-remuneração coaduna-se ao papel que cumpre o Estado e ao relativo servilismo sindical para ser possível, e explica os fatos de o salário mínimo na América Latina não cobrir necessidades básicas e de o capitalismo latino-americano reproduzir-se não obstante a ausência dramática de consumo interno (e ter por isso “vocação exportadora”). Sobre esta categoria e sua potência analítica, recomendamos a leitura do ensaio *A Dialética da Dependência*, de Ruy Mauro Marini, disponível na página eletrônica: www.marini-escritos.unam.mx.

Nossa hipótese central   que quanto maior a liberdade para as trocas internacionais, maior serão as perdas para as economias latino-americanas, pois o problema será sempre a composi o orgânica dos capitais que, nos países centrais, geralmente, são maiores que na periferia, o que permitirá aos primeiros obter lucros sempre maiores. Em termos do debate atual, e certamente configurando uma heresia, quanto maior o livre-comércio, maior o intercâmbio desigual e, portanto, maiores as perdas.   em fun o desta análise que, obrigatoriamente, nos opomos a qualquer acordo comercial com os Estados Unidos.

A elabora o de uma política comercial será sempre um desafio político de primeira ordem. Nesse sentido, esta tem sido uma ausência notável no debate recente sobre o futuro das rela es comerciais dos países latino-americanos. A divulga o das negocia es formais entre os países que este supõe, impediram um horizonte intelectual mais amplo na dire o de uma política comercial que, necessariamente, rompe com a mitologia do isolamento, mas impediria também a submissão “ s vantagens do acordo de livre-comércio”.

Raul Prebisch vinculou o desenho da política comercial a um conjunto de medidas, entre as quais constavam a resposta   deteriora o dos termos de troca e a conseqüente política de industrializa o. Elaborou também um sistema de preferências. Contudo, todas as medidas por ele anunciadas, no distante ano de 1964, estavam precedidas de um requisito fundamental: a integra o latino-americana. A integra o econ mica latino-americana implicava na cria o de um espaço próprio de acumula o de capital que fortaleceria o continente na disputa diante das grandes potências. Foi a partir da crítica   deteriora o

dos termos de intercâmbio, tão importante na formulação cepalina, que os marxistas recuperaram um aspecto nodal da formulação marxiana sobre o funcionamento do capitalismo.

3.9 A CRÍTICA MARXISTA À CEPAL

A hipótese dos marxistas latino-americanos indicava que a industrialização não seria suficiente para superação do subdesenvolvimento e da dependência, tal como preconizava a [Cepal](#). Aqueles afirmavam – de maneira geral – que, se no capitalismo a composição orgânica dos capitais é fator decisivo na concorrência e no processo de distribuição da mais-valia produzida, então somente os capitais com composição orgânica elevada seriam capazes de se apropriar de uma maior quantidade de valor.

As conseqüências dessa interpretação teórica eram imensas. Em primeiro lugar, o processo de industrialização necessitaria não somente avançar em todas as suas etapas, mas, principalmente, criar grandes empresas com alta capacidade de concorrência. O tamanho da empresa, ou mais precisamente, a magnitude do capital empregado é que determinaria sua capacidade de apropriar-se de uma maior quantidade de mais-valia produzida socialmente. Sabemos que o processo de industrialização por substituição de importações foi parcial e em muitos países latino-americanos jamais se realizou, sequer parcialmente. Em geral, as grandes empresas eram estatais, mas a partir dos anos 1980 foram privatizadas e, não em poucas, o processo terminou ou mesmo tinha como objetivo a internacionalização. No conjunto, a industrialização parcial e a privatização sucedida pela internacionalização impediam os capitais nacionais latino-americanos de lutar por uma fatia maior do valor aqui produzido.

Considerando, então, a baixa composição orgânica dos capitais nacionais da região e sua diminuta capacidade de concorrência, a formulação marxista abria outra fronteira no debate: o espinhoso tema da transferência de valor da periferia para o centro.

Muitos são os exemplos de formas de transferência de valor da periferia para o centro: remessas de lucros dos investimentos das multinacionais; pagamento dos juros e amortizações de empréstimos estrangeiros; pagamento de royalties pelo uso da tecnologia estrangeira (muitas vezes “cedida” por ser já obsoleta), sub-faturamento do preço das exportações e super-faturamento do preço das importações no comércio intra-firma, pagamento de assistência técnica ao capital estrangeiro etc.

A CEPAL foi criada em 25 de fevereiro de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago, Chile.

Segundo essa concepção, os países latino-americanos transferiam de maneira permanente significativa massa de mais-valia para os países centrais, na medida em que os capitais com origem naqueles países possuem maior capacidade de apropriação, e que produzem mercadorias com valor individual menor do que a média dos produtores, mas vendem suas mercadorias por uma determinação social (valor médio). Este processo determina uma perda permanente para os capitalistas dos países latino-americanos que, impedidos de estabelecer o valor médio das mercadorias e de disputarem em melhores condições na esfera da circulação, lançariam mão de algo que está a seu alcance: a **superexploração da força de trabalho**.

A superexploração da força de trabalho deslocava o foco da análise para a esfera da produção – o reino de toda ciência, diria Marx – e encontrou no texto de Ruy Mauro Marini sua formulação mais precisa. No esquema teórico de Marx, todos os capitais disputam à base de uma mesma taxa de exploração (100%), porque o objetivo do autor é precisamente mostrar que, em condições iguais, ou seja, quando submetidos à idênticas condições (espaço homogêneo), um capital poderá alcançar uma maior quantidade de mais-valia como decorrência de sua maior magnitude e, portanto, de sua capacidade tecnológica.

Aqueles capitalistas que não o conseguem, podem lançar mão de um mecanismo de compensação pelas perdas infringidas na esfera da circulação (mercado mundial) e aumentar o grau de exploração dos trabalhadores. É em decorrência deste mecanismo que o fenômeno da superexploração tem lugar, pois permite aos capitais periféricos em condições de concorrência desvantajosa obter lucros significativos. Mas é claro que este processo não ocorre impunemente, pois a atrofia do mercado interno é um resultado necessário da superexploração, assim como esta o é da transferência de valor em escala global. Marini indica que esta determinação criava um mercado interno com duas esferas de consumo: a alta e a baixa.

Contudo, o efeito mais importante era que criava uma necessidade permanente para os capitais locais de realizar seus lucros no mercado mundial, já que a possibilidade de realização no mercado nacional estava claramente limitada. Quando consideramos que as multinacionais buscam o mercado mundial como forma de obter taxas de lucro superiores, a capacidade de atuação no mercado nacional dos capitais, que aqui possuem origem e pouco disputam o mundial, torna-se ainda mais reduzida. Por esta combinação de fatores, os capitalistas nacionais devem, obrigatoriamente, buscar sua própria transnacionalização; mas o fazem na forma de criação de uma *economia exportadora*,

conceito decisivo para entender as razões objetivas que levam parte da burguesia de nossos países a defender a Alca como projeto de integração.

É claro que estamos supondo que o país aceita uma determinada divisão internacional do trabalho ou a hierarquização que caracteriza a economia mundial. Não pretende mudá-la, disputar uma melhor posição ou inclusive aspirar à hegemonia sistêmica, mas apenas explorar “nichos de mercado”. Somente assim é que podemos entender o brado de Fernando Henrique Cardoso quando presidente – “exportar ou morrer” – e as esperanças jornalísticas nas exportações como caminho para a riqueza da nação. Compreende-se, assim, por que a adoção do livre-comércio pelas elites empresariais latino-americanas ganhou tanto espaço nas universidades, na grande imprensa e nos organismos empresariais.

Esta é a única forma de explicar o comportamento suicida da burguesia latino-americana que aceitou a redução de sua capacidade competitiva ao adotar a política econômica que ficou conhecida como “neoliberal”. Com efeito, esta orientação na política econômica correspondia à economia política das frações financeiras do capital, como tem sido apresentada com insistência, mas pode, também, ser analisada com mais rigor a partir da **tradição crítica da escola da dependência**.

Palavra do Professor



Não creio exagerado afirmar que somente à luz dessa tradição podemos compreender as razões que levaram setores importantes do capital a aceitar uma posição mais adversa na divisão internacional do capital. Esta nova situação, certamente mais difícil, pôde ser observada quando analisamos as exportações da região que sofreram, especialmente na última década, uma “reprimarização” acentuada, revertendo conquistas industriais significativas do período substitutivo de importações. Nesse contexto, é notório que os discursos em torno da “globalização” são incapazes de explicar este significativo retrocesso econômico e que necessitamos de uma crítica mais profunda.

Em resumo, as elites latino-americanas abandonaram para sempre sua velha retórica em favor da integração da região por uma prática que privilegia a relação bilateral com os Estados Unidos. Nesse contexto, o México inaugurou, com o Tratado Norte-Americano de Livre-comércio (NAFTA), uma perspectiva que seria logo assimilada pela grande maioria dos países. Ao fazê-lo, praticamente determinou o futuro da América Central, uma vez que estes países estavam, em grande medida, presos na dinâmica mexicana e julgavam uma oportunidade de ouro a expansão da indústria “maquiladora” como meio de aumentar suas exportações e enriquecer uma pequena elite em nome das oportunidades oferecidas pela globalização.

Eles próprios não tardaram em assinar acordos de “livre-comércio” com os Estados Unidos e cancelaram também, para sempre, a possibilidade de uma integração centro-americana cada dia mais urgente. O fato de que milhões de trabalhadores devem abandonar os países latino-americanos para buscar trabalho nos países europeus e nos Estados Unidos, e que as remessas derivadas desse trabalho nos países centrais se tornaram um mecanismo valioso para o equilíbrio no balanço de pagamentos revela de maneira muito clara que a condução do país pelas elites empresariais já não pode continuar. Contudo, a situação política mudou consideravelmente nos últimos anos e a hegemonia política conquistada pela modernização conservadora finalmente parece dar demonstração de esgotamento definitivo. É verdade que as mudanças têm sido muito lentas, especialmente no Brasil, mas ninguém poderia desconhecer que a ideologia liberal encontra cada dia mais dificuldades para se sustentar diante de uma realidade crescentemente rebelde para seus interesses.

Contudo, o tempo das ilusões nos tratados comerciais parece haver se esgotado no período recente, e cada dia é mais claro, para amplas maiorias, que este tem sido o caminho que aprofundou o subdesenvolvimento e a dependência da América Latina. Por outro lado, também se tornou evidente para o homem comum que os países centrais jamais adotarão o livre mercado como uma política adequada, pois acumulam riqueza e poder com a prática do protecionismo. Nessas circunstâncias, é evidente que se abriu novamente um período histórico em que se exigirão crescente rigor teórico e lucidez política por parte dos economistas, já não bastando o ensino baseado na aprendizagem dos surrados manuais importados dos Estados Unidos que ainda orientam a formação dos estudantes de economia. Definitivamente, vivemos um novo tempo. Um tempo em que as velhas idéias dominantes já não podem governar o mundo e tampouco a formação dos economistas que atuarão no futuro imediato.

Resumo da unidade:

É importante observar que a tradição da economia política inglesa foi repensada por autores latino-americanos, especialmente pelos economistas que pertenciam à CEPAL que preconizaram a industrialização como o caminho da riqueza dos países de nosso continente desde que lograsse superar, entre outros obstáculos, a “deterioração dos termos de troca”, que David Ricardo desconsiderou. Os autores marxistas aproveitaram o aporte teórico da CEPAL e desenvolveram uma fecunda crítica aos postulados cepalinos ao elucidar o decisivo tema do “intercâmbio desigual”.

Atividade de Aprendizagem - 3



- 1) Você pode observar que David Ricardo não elaborou uma teoria de validade universal, mas que sua contribuição à economia política era produto direto de seu interesse em transformar a Inglaterra, seu país, em uma potência européia e mundial. Estabeleça as diferenças fundamentais observadas entre a perspectiva de Adam Smith e David Ricardo no que se refere ao objeto e ao método da economia política.
- 2) Indique quais os principais argumentos de David Ricardo em favor das políticas de livre-comércio que enriqueceram a Inglaterra e criaram uma periferia agrícola em vários países com os quais este país estabeleceu tratados de livre-comércio.
- 3) Opine sobre a semelhança existente entre os tratados de livre-comércio estabelecidos pela Inglaterra, especialmente aquele com Portugal, e os tratados que os Estados Unidos estão propondo para vários países latino-americanos na atualidade. Você considera que, à luz da experiência histórica, é possível que os países latino-americanos possam superar o subdesenvolvimento e a dependência por meio de tratados de livre-comércio?
- 4) Estabeleça os pontos fundamentais da teoria do valor-trabalho estabelecida por Ricardo e indique as razões pelas quais você considera que ela ainda é vigente.



REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2000.
- BAGÚ, Sérgio. **Economía de la sociedad colonial**: ensayo de historia comparada de América Latina. México: Grijalbo, 1992.
- BLAUG, Mark. **Teoría económica en retrospectión**. México: FCE, 1985.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo. Século XV-XVIII**. v. 3. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- BELL, John Fred. **Historia do pensamento econômico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- CAMPOS, Roberto. **Dois desapontamentos**. Folha de São Paulo. São Paulo, p.4, 2 jan. 2000.
- CAVALCANTE, Carlos. Opção multilateral do Brasil. **Valor Econômico**, cidade, p. , 21 jul. 2008.
- DONGHI, Túlio Alperin. **Historia contemporânea de América Latina**. 10.ed. 1983, México: Alianza Editorial, 1983.
- FERREIRA, Ismael. Atual em qualquer tempo. **A Notícia**, Joinvile, p. ano, 3 ago. 2008.
- FUSFELD, Daniel R. **A era do economista**. São Paulo: Editora Saraiva, 2001.
- GALBRAITH, John Kenneth. **Anales de un liberal impenitente**. v. 1 Barcelona: Gedisa Editorial, 1982.
- HECKSCHER, Eli. **La época mercantilista**. Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de edad media hasta la sociedad liberal. México: FCE, 1943.
- HAMILTON, Alexander. **Relatório sobre as manufaturas, solidariedade ibero-americana**. Rio de Janeiro, 1985.
- HAYEK, F.A. **La fatal arrogancia**: los errores del socialismo. México: Centro de Estudios en Economía y Educación , 1990.
- HECKSCHER, Eli. **La época mercantilista**: Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de edad media hasta la sociedad liberal. México: FCE, 1943.

- HODGSKIN, Thomas. **A defesa do trabalho contra as pretensões do capital**. São Paulo: Abril Cultural 1983. (Os Economistas).
- KEYNES, John Maynard. La autosuficiencia nacional. In: ACOSTA, Alberto. **Livre comercio. Mitos e realidades**. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2004.
- KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2005.
- LISBOA, Euclides. Smith pede passagem, mas não leva. **Diário Catarinense**, Florianópolis, p. , 5 jun. 2008.
- LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- MARX, Karl. **La ideología alemana**. Barcelona: Grijalbo, 1970.
- MARX, Karl. **Teorías de la plusvalía**. México: FCE, 1980.
- MANDEVILLE, Bernard. **La fabula de las abejas: o los vicios privados hacen la prosperidad publica**. México: FCE, 2001.
- MINGA, *Mutirão Informativa* de Movimentos Sociais. **A propósito da ronda de negociações da OMC**. Disponível em: <http://www.movimentos.org/noalca>. Acesso em: 17 set. 2008.
- MOREIRA, Assis. G-20 rejeita tentativa de países ricos de criar cotas agrícolas. **Valor Econômico**, 21 jul. 2008. Disponível em: <http://www.bboxnet.com.br/IMESP/PDF/20080721/economia/02.pdf>. Acesso em 17 set. 2008.
- MEEK, Ronald L. **Economia & Ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- MALTHUS, Robert Thomas. **Ensayo sobre el principio de la población**. 2. ed. México: FCE, 1986.
- MALTHUS, Robert. Thomas. **Principios de economia política**. México: FCE, 1998.
- MARX, Karl; ENGELS, **La guerra civil en los Estados Unidos**, Editorial Lautaro, Buenos Aires, 1946.
- MARX, Karl. **Teorías de la plusvalía**. México: FCE, 1980.
- MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIGE, Adiran. **A Companhia: Breve história de uma idéia revolucionaria**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003.

- MILL, John Stuart. **Principios de economía política**. México: FCE, 1996.
- NÃO PEÇAM ao pobre para comer menos, diz Lula na Indonésia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 jul.2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1307200820.htm>. Acesso em: 17 set.2008.
- NAPOLEONE, Cláudio. **Smith, Ricardo, Marx**. São Paulo, Graal, 1978.
- NOYA PINTO, Virgílio. **O ouro brasileiro e o comércio anglo-português**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.
- PERRY, Anderson. Linhagens do estado absolutista. São Paulo: Brasiliense 1985.
- POLANYI, Karl. **La gran transformación: los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo**. México: FCE, 1984.
- QUINTELA, Sérgio. A política econômica brasileira após 1964: seus reflexos para o desenvolvimento nacional. **Carta Mensal**, Confederação Nacional do Comércio, cidade, v. 53, n. 636, p. . mr. 2008.
- RICARDO, David. Cartas (1816-1818). In: **Obras y correspondência**, Tomo VII, FCE, 1963, México.
- RICARDO, David. Folletos y artículos (1809-1811). In: **Obras y correspondencia**, Tomo III, FCE, 1963, México.
- RICARDO, David. Discursos y Testimonios (1819-1823). In: **Obras y correspondencia**, Tomo V, FCE, 1963, México.
- ROSEMBERG, Nathan; BIRDZELL, L.E. **História da riqueza do ocidente: a transformação econômica do mundo ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- ROSSI, Clóvis. Dólar deixa o Brasil no seu tamanho real. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 31 jul. 2008.
- SCHUMPETER, J.A. **Historia de las ideas económicas**. Barcelona: Ariel, 1994.
- SMITH, Adam. **Investigación sobre la naturaleza y causas de la riqueza de las naciones**. México: FCE, 1990. Edição brasileira: São Paulo: Nova Cultural, 1985. Vol. I e II. (Os Economistas)
- SMITH, Adam. **Teoría de los sentimientos morales**. Barcelona :Alianza Editorial,1997.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**: la segunda era de gran expansión de la economía-mundo capitalista. Tomo III. México: Siglo XXI Editores, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico**: civilização capitalista. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.